



Cooperativa de Habitação
e Educação Popular

**Realizando
o sonho da
casa própria.**

**COOHABRAS – Cooperativa Habitacional Central do Brasil
Caixa Postal – 72693 / São Paulo – SP
CEP – 01405-971**



Cooperativa de Habitação e **Educação Popular**



Ivo Dickmann
Ivanio Dickmann
Cledir Assísio Magri
Aline Mendonça dos Santos

Cooperativa de Habitação e Educação Popular/ Ivo Dickmann... [et al.]. --
São Paulo: COOHABRAS, 2011.
156 f.; 14 cm X 21 cm.

Demais autores: Ivanio Dickmann; Cledir Assísio Magri;
Aline Mendonça dos Santos.

Inclui bibliografia.

I. Cooperativa de Habitação. II. Educação Popular. III.
Mobilização Social.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
BLOCO 1 - INTRODUÇÃO AO COOPERATIVISMO HABITACIONAL	12
Encontro 01 - Curso básico de cooperativismo habitacional.....	13
Encontro 02 - Escolha dos coordenadores.....	17
Encontro 03 - Vida em grupo na cooperativa	20
Encontro 04 - Problemas coletivos, soluções coletivas.....	23
Encontro 05 - Estudo do estatuto social da COOHABRAS	26
Encontro 06 - Estudo do regimento interno da COOHABRAS	29
BLOCO 2 - MODELOS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS	32
Encontro 07 - Modelo construtivo.....	33
Encontro 08 - Fazendo as contas do valor do imóvel.....	36
Encontro 09 - Financiamentos habitacionais	40
Encontro 10 - Definição do tipo de imóvel.....	44
BLOCO 3 - CONSTRUINDO CIDADANIA	47
Encontro 11 - Casa própria: um direito de todos.....	48
Encontro 12 - Direito ao meio ambiente.....	51
Encontro 13 - Questões de gênero	54
Encontro 14 - Juventude e cooperativismo habitacional	57
Encontro 15 - Aspectos sócio-políticos da habitação.....	60
Encontro 16 - Aspectos jurídicos da habitação	63
BLOCO 4 - ECONOMIA SOLIDÁRIA	66
Encontro 17 - Introdução a economia solidária.....	67
Encontro 18 - Empreendimentos econômicos e solidários	70
Encontro 19 - COOHABRAS: Um projeto para o brasil	73
Encontro 20 - Encontro autogestionário.....	76
TEXTOS INTRODUTÓRIOS.....	79
Um breve histórico do cooperativismo habitacional.....	80
Tipos de coordenador.....	86
Vida em grupo: um jeito diferente de viver.	88

Autogestão na coohabras.....	91
Uma análise dos sistemas construtivos.....	95
Conhecendo a história do cub/m2.....	98
Tabela de comparação entre diversos tipos de financiamento	102
Questão da moradia no brasil e o déficit habitacional	103
Ser humano e meio ambiente	107
Gênero e cooperativismo habitacional	110
As juventudes do brasil.....	114
Introdução a economia solidária.....	118
Empreendimentos econômicos solidários	121
Coohabras – um projeto para o brasil	124
O que eu quero, o que eu preciso e o que eu posso pagar. (como tornar possível o que é necessário)	127
Falta de moradia: problema coletivo, solução coletiva	129
TAREFA DO EDUCADOR	133
A tarefa político-pedagógica do educador popular	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
AUTORES.....	152

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, como vão?

Fazer a apresentação deste livro que será um instrumento de trabalho e reflexão sobre o processo inovador da COOHABRAS em nosso país é algo desafiador, mas ao mesmo tempo, muito prazeroso. Significa entregar aos Educadores Populares e aos cooperativados uma ferramenta para a construção de um Brasil mais justo, solidário e cooperativista, transformando as bases históricas de competição e individualismo em espaços de diálogo coletivo para alcançar soluções coletivas para os problemas coletivos. E isso faz toda a diferença!

Esse material pedagógico que foi elaborado tendo como ponto de partida a necessidade de um roteiro mínimo que dê sustentabilidade ao nosso projeto de organização das pessoas sem casa em grupos, chega até vocês com uma característica peculiar: ele está inacabado. Ele é resultado da reflexão dos autores e da autora e servirá para iniciarmos os trabalhos dos encontros mensais nos Círculos de Cooperação e nos Grupos de Incorporação, mas sabemos que na prática cotidiana vão emergir muitos limites que precisarão ser constantemente reelaborados, rediscutidos, reconstruídos, recolocados, enfim, este material pedagógico está em fase de construção permanente.

Não foi fácil definir os temas que estão contidos nesse livro, nem foi um procedimento fácil organizá-los da forma que estamos apresentando nessa versão. Para isso, tivemos a contribuição valiosa de todos os Educadores Populares que fizeram parte dos cursos da COOHABRAS que nos ajudaram, com suas sugestões e críticas, a encontrar a melhor sequência temática. Isso nos permite dizer que esse é um livro escrito e organizado por centenas de autores anônimos, pessoas que farão uso desse livro e que também o construirão.

Os encontros que estão aqui elaborados servirão de referência para que os Educadores Populares se encontrem com seus respectivos grupos e façam uma leitura do mundo e do seu contexto concreto. Obviamente, que um encontro não tem condições de esgotar o assunto, mas serve de base introdutória para despertar a curiosidade dos cooperativados em conhecer mais profundamente a sua realidade. Os encontros são provocativos, alguns até impertinentes, pois precisamos estabelecer um novo parâmetro de reflexão sobre a realidade de exclusão habitacional que vivemos no nosso país.

Neste sentido, organizamos o livro em duas partes. A primeira parte é composta por vinte roteiros para os encontros no Círculo de Cooperação ou Grupo de Incorporação. Na segunda parte estão vinte textos introdutórios que se referem a cada um dos roteiros da primeira parte. Como podemos perceber, a primeira parte é direcionada aos Educadores Populares, que utilizaram os roteiros como referência para a preparação dos encontros mensais com os grupos, sempre adequando cada tema a realidade local do grupo. A segunda parte que contém os textos introdutórios é direcionada aos cooperativados, pois nós entendemos que uma leitura básica sobre o tema que será tratado no encontro do grupo tem o efeito de qualificar o diálogo, possibilitando a construção de novos conhecimentos e de contribuir na transição da consciência ingênua sobre os fatos para uma consciência crítica.

Esperamos que os roteiros não engessem os trabalhos e a criatividade dos Educadores Populares, pelo contrário, esperamos que eles sirvam como um motivador para a elaboração criadora de novos encontros e outros roteiros que poderão ser agregados a esse material nas edições futuras. O mesmo acontece com os textos introdutórios, pois esperamos que eles despertem a curiosidade dos cooperativados e que sirvam para que busquem conhecer mais e melhor sobre os temas. Fizemos um esforço muito grande para escrever sobre os temas em poucas páginas para não alongar demais a leitura nem o tamanho do nosso material pedagógico, mas escrevemos pouco de forma que cada texto se tornasse a aproximação de um aspecto da realidade que precisa ser redescoberto.

E, dentro de cada uma dessas duas partes, os temas estão organizados em quatro Blocos Temáticos que foram reunidos a partir dos assuntos de interesse dos cooperativados e da realidade sócio-habitacional brasileira. Os assuntos de cada encontro nós chamamos de Temas Geradores, expressão criada por Paulo Freire que significa um tema ligado diretamente a realidade concreta das pessoas que participam do diálogo em torno dele.

O primeiro Bloco Temático é de Introdução ao Cooperativismo Habitacional. Este bloco permitirá aos cooperativados aderir com mais convicção ao cooperativismo habitacional, conhecendo a história da COOHABRAS, seus idealizadores, seus princípios e suas origens. É nesse bloco também que serão feitas as escolhas dos coordenadores do grupo e a reflexão sobre o nosso projeto de vida individual e coletivo. Esse primeiro Bloco Temático foi escrito pelo Cledir Magri, que é Mestre em Educação, Educador Popular e profundo conhecedor do cooperativismo, além de transitar com facilidade pelos caminhos da Educação Popular. Foi muito bom ter sua contribuição na elaboração desta parte do livro e foram fundamentais as suas contribuições na discussão da estrutura do nosso material pedagógico.

O segundo Bloco Temático é reservado para a reflexão dos Modelos e Sistemas Construtivos. Essa parte do livro é a mais cativante, pois é nesses encontros que os grupos começam a visualizar como será a sua casa própria e descobre no diálogo com os seus colegas de grupo que há diversas formas de consegui-la, diversos modelos, e que precisa adequar o seu sonho ao seu orçamento familiar. É aqui também que conheceremos alguns parceiros que nos apóiam na superação do déficit habitacional, como é o caso da AFTB e entenderemos juntos que um projeto dessa envergadura não se faz sem a convergência de forças de todos os setores da sociedade. Esse Bloco Temático foi escrito pelo Ivanio Dickmann, Presidente e idealizador da COOHABRAS. Um material com essa originalidade precisava do olhar e da reflexão dele que tem a prática do cooperativismo habitacional desde as experiências no Rio Grande do Sul e tem publicado livro sobre o tema de forma sistemática nos últimos anos. A participação dele no debate dos modelos e sistemas construtivos é resultado da sua prática de acompanhamento de diversas cooperativas habitacionais, o que qualifica muito o nosso material pedagógico.

O terceiro Bloco Temático chamamos de Construindo Cidadania. Nele refletimos sobre os nossos direitos constitucionais, com especial atenção aos direitos a moradia e ao meio ambiente, bem como adentramos em campos não tão conhecido que são os debates sobre gênero e sobre juventude. Neste bloco, com a ajuda de materiais suplementares, aprofundaremos os aspectos sócio-políticos e jurídicos em que a habitação brasileira está envolvida. Este bloco foi escrito pelo Ivo Dickmann, Diretor Pedagógico e idealizador da COOHABRAS. Ele é Mestre em Educação e os seus conhecimentos, publicações sobre Educação Popular, cooperativismo habitacional e o acompanhamento sistemáticos de grupos de base, permitiram dar essa contribuição na produção deste material.

O quarto Bloco Temático ficou com a Economia Solidária. Nesse bloco refletimos sobre os princípios da Economia Solidária, sua história, seus principais conceitos e vamos enxergar a COOHABRAS como um empreendimento econômico e solidário. Ou seja, vamos apresentar a COOHABRAS como um projeto para o Brasil, mas a partir de uma matriz diferente. A responsável por esse bloco foi a Aline Mendonça, que é Doutora em Economia Solidária e pesquisadora sobre o tema. A participação dela no projeto foi fundamental para aprofundarmos a discussão de como a COOHABRAS se consolida como uma alternativa nacional de geração de trabalho e renda aos Educadores Populares e Articuladores Sociais.

Veja na tabela a seguir o que você vai encontrar em cada um dos encontros:

BLOCOS TEMÁTICOS	TEMAS GERADORES / ENCONTROS
1. Introdução ao Cooperativismo Habitacional	1. Curso Básico de Cooperativismo Habitacional.
	2. Escolha dos Coordenadores.
	3. Vida em Grupo na Cooperativa.
	4. Problemas Coletivos, Soluções Coletivas.
	5. Estudo do Estatuto Social da COOHABRAS.
	6. Estudo do Regimento Interno da COOHABRAS.
2. Modelos e Sistemas Construtivos	7. Modelo Construtivo.
	8. Fazendo as contas do valor do imóvel.
	9. Financiamentos Habitacionais.
	10. Definição do tipo do imóvel.
3. Construindo Cidadania	11. Casa Própria – um direito de todos.
	12. Direito ao Meio Ambiente.
	13. Questões de Gênero.
	14. Questões das Juventudes.
	15. Aspectos Sócio-Políticos da Habitação.
	16. Aspectos Jurídicos da Habitação.
4. Economia Solidária	17. Introdução a Economia Solidária.
	18. Empreendimentos Econômicos Solidários.
	19. COOHABRAS – Um projeto para o Brasil.
	20. Encontro Autogestionário.

Vocês perceberão na leitura que vão encontrar poucas referências bibliográficas ou citações, pois como o nosso tema é novo e a forma de organização que a COOHABRAS está inaugurando é completamente inovador, fica difícil buscar referências fora da elaboração que foi feita. Ao mesmo tempo, muito do que está inserido nos textos é resultado de muita leitura dos autores e fica difícil referendar tantos textos. Por isso, fizemos um esforço de elencar nas nossas referências bibliográficas finais, outros textos além dos citados, que contribui para um aprofundamento teórico de quem desejar conhecer melhor cada um dos temas.

O trabalho com esse material não é linear, onde o Educador Popular começa no primeiro encontro e termina no último. Isso acontece efetivamente no primeiro Bloco Temático que é introdutório, porém a disposição e numeração do restante do material são apenas para auxiliar na localização dos textos e organização temática. Cabe ao Educador Popular e aos coordena-

nadores dos grupos definirem a ordem dos encontros a partir da sua vida em grupo.

Por essa razão, colocamos no final do livro um apêndice. É um texto elaborado por nós há algum tempo e que sofreu alguns ajustes e adequações. Ele é direcionado especialmente aos Educadores Populares, pois aprofunda a dimensão pedagógica que perpassa todo o nosso trabalho dentro da cooperativa, embasando teoricamente a prática desses sujeitos tão importantes para o desenvolvimento e expansão da COOHABRAS. Esse texto traz presente as principais características de um Educador Popular e seu papel político-pedagógico na função que exerce ao acompanhar os grupos. Esperamos que todos os Educadores Populares da COOHABRAS se debrucem sobre esse texto para entender melhor qual é o seu trabalho e o que significa ser um agente do novo cooperativismo habitacional.

Esperamos que esse material venha ao encontro do seu objetivo principal, que é dar o suporte pedagógico ao processo social de organização das famílias sem casa do Brasil, porque nós da COOHABRAS não acreditamos em projetos de organização popular sem processos de Educação Popular.

Façam bom uso destes encontros, nos enviem suas sugestões, críticas e dúvidas para que possamos ir melhorando cada vez mais nossos encontros, pois eles precisam ter o nosso jeito, a nossa cara, nós precisamos nos identificar cada vez mais com a COOHABRAS e com o nosso Círculo de Cooperação e nosso Grupo de Incorporação. Para isso, contribuam com os Educadores Populares fazendo as adequações necessárias em cada um deles a partir da realidade local, dos anseios e sonhos, das motivações, criatividade e ousadia que sabemos que é característica do povo brasileiro.

Força na luta, a vitória é nossa!

Ivo Dickmann – Diretor Pedagógico da COOHABRAS

Ivanio Dickmann – Presidente da COOHABRAS.



BLOCO 1

INTRODUÇÃO AO COOPERATIVISMO HABITACIONAL

ENCONTRO 01

CURSO BÁSICO DE COOPERATIVISMO HABITACIONAL

- 1. TEMA GERADOR:** Conhecendo a história do cooperativismo (Qual é a história do cooperativismo habitacional? Quando e porque surge o cooperativismo habitacional).
 - 1.1. OBJETIVO:** Dialogar com os cooperativados e cooperativadas sobre o processo histórico do cooperativismo habitacional brasileiro, expondo os aspectos centrais que compõe este percurso.
 - 1.2. RESULTADOS ESPERADOS:** A partir do estudo deste encontro os cooperativados e cooperativadas terão as noções básicas quanto ao histórico do cooperativismo habitacional. Isto possibilitará despertar nos membros da cooperativa a cultura do cooperativismo e conscientizar-se que o coletivo é a forma mais eficiente de resolução dos problemas sociais.
- 2. ACOLHIDA:** O Educador Popular, juntamente com os coordenadores do grupo, esperará os participantes da reunião mensal na porta de entrada do local do encontro e irá entregar uma cópia do texto sobre o histórico do cooperativismo habitacional e os princípios do cooperativismo. Além do estudo do texto durante o encontro, o material impresso permite que os cooperativados possam ter o material para estudos e leituras em outros momentos, posterior ao encontro além da possibilidade de replicar para outras pessoas (parentes, amigos, vizinhos). Motivar que os cooperativados sentem em círculo, facilitando o trabalho por parte do Educador Popular.
- 3. TEXTO PARA REFLEXÃO: UM BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO HABITACIONAL.**
- 4. DINÂMICA:** valorizando o conhecimento de cada um

O Educador Popular entregará para cada membro da cooperativa uma folha e uma caneta e os motivará para que escrevam em poucas linhas na folha o que estes entendem por cooperativismo. Quais as informações que possuem sobre este tema? Se já fizeram parte de alguma outra cooperativa, associação? Por que este decidiu associar-se a COOHABRAS?

Após o tempo de cinco minutos para os cooperativados pensarem e escreverem sobre as questões apresentadas, o Educador Popular motivará os membros para que espontaneamente possam falar sobre o que escreveram. Importante instaurar um ambiente de tranqüilidade e descontração facilitan-

do que as pessoas falem. O Educador Popular deve estar atento para sistematizar todas as informações levantadas, pois estas servirão de referência para ele identificar o grau de conhecimento dos cooperativados (as) quanto ao tema do cooperativismo e orientará as próximas discussões.

A partir das intervenções dos membros da cooperativa o Educador Popular a partir do texto apresenta algumas informações centrais sobre o cooperativismo habitacional e os princípios do cooperativismo. O ideal seria fazer a leitura do texto, mas caso não seja possível é importante que o Educador Popular possa refletir sobre os pontos centrais levando os cooperativados a refletir sobre o tema em debate. Apresentar os princípios do cooperativismo e diferença entre uma cooperativa com uma empresa particular.

Neste encontro é fundamental definir algumas questões de ordem operacional como:

1. Valor da cota-parte, ou seja, qual será a contribuição de cada cooperado com a cooperativa. Por exemplo:

Se o grupo definir que pode contribuir com R\$ 100,00 todos os meses para a poupança conjunta esse valor fica assim distribuído:
Taxa de administração: R\$ 15,00 (R\$ 100 – R\$ 15,00 = R\$ 85,00).
Valor reservado ao RATES: 15% (dos R\$ 85,00 = R\$ 12,75).
Cota-terreno: R\$ 72,25.

Esse modelo de cálculo pode ser utilizado para demonstrar aos cooperativados como ficará a sua contribuição mensal para a cooperativa e quanto eles vão juntar na poupança conjunta ao longo de 12 a 24 meses. Por exemplo:

Um Círculo de Cooperação de 50 pessoas com a contribuição simulada acima (R\$ 100,00) terá em um ano de contribuição (12 x R\$ 72,25 por pessoa = R\$ 867,00. Isso multiplicado por 50 cooperativados = R\$ 43.350,00) e em dois anos de contribuição (24 x R\$ 72,25 por pessoa = R\$ 1.734,00. Isso multiplicado por 50 cooperativados = R\$ 86.700,00).

2. Nome do Círculo de Cooperação: a partir da sugestão dos cooperativados escolher o nome do Círculo de Cooperação observando a posição da maioria. O grupo pode optar por nomes que representem os sonhos e desejos dos cooperativados, como por exemplo, de cooperativas já existentes (Morada Bem Viver, Sonho Realizado, Bonna

Vitta, Jardim Serrano, Cooper Casa-Nova) ou siglas que representem um nome maior, a exemplo da COOHABRAS.

3. Operacionalidade da COOHABRAS: apresentar a estrutura operacional de funcionamento da cooperativa.

4.1. SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA: Neste encontro o ideal é que os cooperativados compreendam que o cooperativismo é a alternativa que estes possuem para resolver o seu problema habitacional e realizar o seu sonho da casa própria. Neste sentido existe um canal de acesso à moradia que é a COOHABRAS. As estratégias da COOHABRAS para realizar o sonho da casa própria tem que ficar bem claras na consciência dos cooperativados. Desta forma os cooperativados permanecerão firmes no Círculo de Cooperação e divulgarão estas informações a sua rede de contatos. Os cálculos financeiros são muito importantes neste estágio. É pelas contas que as pessoas compreendem a força que tem o grupo e isso ajuda muito na tomada de decisão de permanecer no grupo.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

ENCONTRO 02

ESCOLHA DOS COORDENADORES

1. **TEMA GERADOR:** Coordenadores do grupo.
 - 1.1. **OBJETIVO:** Dialogar com os cooperativados e cooperativadas sobre as necessidade de identificar e escolher no grupo algumas pessoas que serão os coordenadores do Círculo de Cooperação ou Grupo de Incorporação. Debater sobre as características dos coordenadores.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** A partir do encontro os cooperativados e cooperativadas possam qualificar sua compreensão quanto ao tema da importância de termos lideranças empenhadas em construir uma sociedade pautada pelos princípios do cooperativismo e da solidariedade. No final do encontro o Círculo de Cooperação terá alguns cooperativados que auxiliarão na coordenação de cada encontro, mobilização dos membros do Círculo, relação com a comunidade dentre outras ações que poderão ser desenvolvidas por estas lideranças. Cabe a eles também, contribuir com o Educador Popular na preparação dos encontros.
2. **ACOLHIDA:** O Educador Popular, juntamente com os coordenadores do grupo, esperará os participantes da reunião na porta de entrada do local do encontro e irão entregar o material de subsídio para este encontro com a reflexão sobre a importância de termos lideranças envolvidas no fortalecimento das organizações sociais e, neste caso, da cooperativa de habitação.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO: TIPOS DE COORDENADOR.**
4. **DINÂMICA:**

Dividir o grupo de acordo com cada uma das características de um coordenador para que os cooperativados possam fazer uma rápida apresentação sobre cada forma de coordenar um processo organizativo. Acreditamos que no momento da escolha dos coordenadores podemos levar os cooperativados a pensar sobre o tema na lógica da formação de cada sujeito envolvido no processo, considerando que a reflexão sobre esta temática permite melhorar as relações em todos os espaços da sociedade.

Posterior a apresentação dos grupos é importante que o Educador Popular possa problematizar com os cooperativados qual tipo de coordenador

temos que construir? Já pensamos sobre este tema? Refletir com qual dos tipos nos identificamos e qual queremos para o nosso Círculo de Cooperação ou Grupo de Incorporação?

O grupo precisa escolher os seguintes componentes:

- Coordenador (coordena a reunião);
- Vice-Coordenador (prepara a acolhida);
- Secretário (faz a Ata de Registro);
- Vice-Secretário (cuida da Lista de Presença).

Para o ato de escolha é fundamental motivar para que os cooperativados possam se colocar a disposição para ajudar na condução do Círculo de Cooperação. Neste momento o Educador Popular pode falar de forma breve o que consiste a responsabilidade de cada membro escolhido destacando que terá um momento específico para a formação destes coordenadores e que, de modo geral, ninguém nasce sabendo fazer as coisas, é um aprendizado constante.

4.1. SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA: importante que neste encontro se reforce a importância da participação de todos os cooperativados e cooperativadas em todas as atividades da cooperativa. Motivar os cooperativados a mobilizarem outras pessoas que possam participar deste processo visando à constituição de novos Círculos de Cultura e ajudando outras famílias a ajudar a realizar o sonho da casa própria. Cada participante trazer para o próximo encontro o contato de pelo menos um potencial cooperativado. Isso serve como um exercício prático de somos capazes de mobilizar a nossa comunidade em torno de um tema em comum, de um problema que pode ser superado.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

Lined writing area with 30 horizontal lines.

ENCONTRO 03

VIDA EM GRUPO NA COOPERATIVA

1. **TEMA GERADOR:** Vida em grupo (Qual o significado da vida em grupo? Estamos preparados para vivermos de forma coletiva? Já participamos de outros processos organizativos/coletivos?).
 - 1.1. **OBJETIVO:** Refletir com os cooperativados e cooperativas a importância e a necessidade da vida em grupo e nesta perspectiva a COOHABRAS possui valorosa contribuição, pois além de ajudar na realização do sonho da casa própria permite a formação e capacitação dos seus cooperativados na busca da construção de uma cultura do cooperativismo.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** Reforçar e despertar nos cooperativados e cooperativas a importância da convivência em grupos enfatizando que coletivamente a possibilidade de resolução dos problemas é infinitamente maior do que individualmente. Espera-se que esta etapa fortaleça a cultura do cooperativismo nos participantes.
2. **ACOLHIDA:** O Educador Popular, juntamente com os coordenadores do grupo, esperará os participantes da reunião na porta de entrada do local do encontro, para um abraço coletivo.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO: VIDA EM GRUPO - UM JEITO DIFERENTE DE VIVER**
4. **DINÂMICA:** Dinâmica do Cabo de Guerra.
 - 4.1. **SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA:** Motivar para que cada cooperativado possa durante o próximo mês desenvolver ações concretas que fortaleçam ações do ponto de vista social, coletivo como, por exemplo, a visita a uma instituição de cunho social, filantrópico, ou até mesmo, a visita entre os participantes do grupo, pois isso motivará a construção de relações internas.
5. **AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:**
 - Identificar se todos assinaram a lista de presença.
 - Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
 - Local e horário do próximo encontro mensal.
 - Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.

- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

ENCONTRO 04

PROBLEMAS COLETIVOS, SOLUÇÕES COLETIVAS

1. **TEMA GERADOR:** Problemas coletivos, soluções coletivas.
 - 1.1. **OBJETIVO:** Refletir com os cooperados e cooperadas em vista de aprofundar sobre as condições de resolver coletivamente os problemas coletivos e desta forma a COOHABRAS se apresenta como uma forma primordial de resolução dos problemas.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** Reafirmar a premissa que problemas coletivos devem ser resolvidos coletivamente, ou seja, explicitar para os cooperados que individualmente as possibilidades de resolução são menores. Trata-se de um momento valioso para aprofundar a importância do cooperativismo.
2. **ACOLHIDA:** O Educador Popular, juntamente com os coordenadores do grupo, esperará os participantes da reunião mensal na porta de entrada do local do encontro. Entregar para cada cooperado um envelope com uma folha em branco no seu interior o qual será usado durante o encontro.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO: PROBLEMAS COLETIVOS, SOLUÇÕES COLETIVAS**
4. **DINÂMICA:** Dinâmica do Quebra-Cabeça.
 - Qual as lições que podemos tirar desta dinâmica?
 - Esta dinâmica possui relação com nossa vida? Por quê?
 - Como me percebo dentro do Círculo de Cooperação ou Grupo de Incorporação?

Após a dinâmica refletir com os cooperativados sobre o projeto de vida pessoal e o coletivo. Motivar para que cada cooperativado possa escrever na folha qual é seu projeto de vida pessoal e qual é o coletivo. Importante que as pessoas possam escrever sobre estas duas questões e posterior a isso permitir que quem sentir-se motivado possa externar o que conseguiu elaborar.

- 4.1. **SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA:** O Educador Popular motiva os membros do Círculo de Cooperação para levarem para casa seu envelope com a reflexão produzida e durante a semana possam realizar ações práticas em vista de fortalecer ações coletivas.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

Lined writing area consisting of 25 horizontal lines.

ENCONTRO 05

ESTUDO DO ESTATUTO SOCIAL DA COOHABRAS

1. **TEMA GERADOR:** O Estatuto Social da COOHABRAS
 - 1.1. **OBJETIVO:** Conhecer as partes do Estatuto Social da COOHABRAS, percebendo como funciona a cooperativa.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** Proporcionar aos cooperativados que conheçam o Estatuto Social da COOHABRAS, conhecendo assim o projeto que está delineado em um dos seus principais documentos.
2. **ACOLHIDA:** O Educador Popular, juntamente com os coordenadores do grupo, acolherá os membros do Círculo de Cooperação ou Grupo de Incorporação dando-lhes as boas vindas na porta do local do encontro. Estimulará a todos e todas a sentarem-se em círculo para facilitar a comunicação e a aprendizagem. Orientará para que encontrem no Manual do Cooperativado o Estatuto Social da COOHABRAS.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO:** Estatuto Social da COOHABRAS disponível no Manual do Cooperativado. (O Educador Popular orienta no encontro anterior que todos e todas façam uma leitura preliminar do documento).
4. **DINÂMICA:** Leitura dos tópicos principais do Estatuto Social para que os cooperativados conheçam melhor este importante documento da COOHABRAS. Cabe ao Educador Popular fazer a seleção dos tópicos e reflexão com o grupo.
 - 4.1. **SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA:** O estudo dos documentos da cooperativa é uma tarefa que cada cooperativado deve assumir para seu comprometimento consciente enquanto membro do grupo. Os documentos da COOHABRAS, como o Estatuto Social, versam sobre a concepção de projeto e de sociedade, além de estabelecer prioridades de ação. Ele não é burocracia desnecessária, ele serve para dar transparência para todas as ações da cooperativa. Por isso, é importante que o Educador Popular motive os cooperativados a fazer a leitura integral do texto e, se possível, mais de uma vez, para que todos tenham identidade com o projeto.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

ENCONTRO 06

ESTUDO DO REGIMENTO INTERNO DA COOHABRAS

1. **TEMA GERADOR:** O Regimento Interno da COOHABRAS
 - 1.1. **OBJETIVO:** Conhecer as regras internas da COOHABRAS através do seu Regimento Interno, estudando em grupo os seus artigos.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** Fazer com que os cooperativados e cooperativadas conheçam as regras da COOHABRAS e compreendam o quanto é necessário seguir os passos descritos em seus documentos para obter um bom resultado no grupo. Sintonizar todos e todas quanto aos seus direitos e deveres na cooperativa habitacional. Construir conhecimentos acerca do cooperativismo habitacional autogestionário.
2. **ACOLHIDA:** O Educador Popular, juntamente com os coordenadores do grupo, acolherá os membros do Círculo de Cooperação dando-lhes boas vindas na porta do local do encontro. Estimulará a todos e todas a sentarem-se em círculo para facilitar a comunicação e a aprendizagem. Orientará para que encontrem no Manual do Cooperativado o texto do Regimento Interno da COOHABRAS.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO:** Regimento Interno da COOHABRAS disponível no Manual do Cooperativado. (É recomendável que o Educador Popular oriente que todos e todas façam uma leitura preliminar antes do encontro).
4. **DINÂMICA:** Leitura dos tópicos principais do Regimento Interno para que os cooperativados conheçam melhor este importante documento da COOHABRAS. Cabe ao Educador Popular fazer a seleção dos tópicos e reflexão com o grupo.
 - 4.1. **SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA:** O estudo dos documentos da cooperativa é uma tarefa que cada cooperativado e cooperativada deve assumir para seu comprometimento consciente enquanto membro do grupo. Os documentos da COOHABRAS são as regras internas da cooperativa e vincula a todos. Estas regras vão fazer com que todos andem juntos em direção de sua casa própria, pois elas foram pensadas para dar a direção certa para os cooperativados e cooperativadas. Elas não são burocracia desnecessária, elas servem para dar transparência para todas as ações da cooperativa. Tudo o que se pode

ou não fazer na COOHABRAS está devidamente registrado em seus documentos. Portanto, poderia se motivar uma nova leitura do Regimento Interno como tarefa de casa de todos os membros do Círculo de Cooperação, assim, estas regras ficariam cada vez mais sólidas entre os cooperativados.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.



COOHABRAS

BLOCO 2

MODELOS E SISTEMAS
CONSTRUTIVOS

ENCONTRO 07

MODELO CONSTRUTIVO

1. **TEMA GERADOR:** Modelo Construtivo (Que tipo de moradia vamos fazer?).
 - 1.1. **OBJETIVO:** Dialogar com os cooperativados e cooperativadas sobre os modelos construtivos existentes e possíveis de serem executados pela COOHABRAS.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** Ajudar o grupo a conhecer melhor os modelos de CASAS, APARTAMENTOS e SOBRADOS. Visualizar as vantagens de cada modelo e definir qual deles se encaixa melhor na média de renda familiar dos membros do Círculo de Cooperação.
2. **ACOLHIDA:** O Educador Popular, juntamente com os coordenadores do grupo, colocarão na porta de entrada do local de reunião imagens de casas, apartamentos, prédios e sobrados. Assim, quando as pessoas forem chegando serão orientadas a visualizar os modelos construtivos e serão motivados a colocar no local organizado pela coordenação os seus recortes que trouxeram de casa. Isso estimulará a criatividade e a curiosidade.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO: UMA ANÁLISE DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS**
4. **DINÂMICA: CASA – INQUILINO – TEMPESTADE.**

Nesta dinâmica vamos dividir o grupo em trios. Cada trio se organizará desta maneira: dois membros se colocarão um de frente para o outro e formarão com as mãos um telhado tocando as palmas das mãos (casa). O membro que sobrou (inquilino) vai morar na casa que surgiu do encontro dos outros dois participantes.

O Educador vai gritar as palavras de ordem da dinâmica e os trios devem seguir a orientação.

CASA: quando se grita “casa” os dois membros que formam o telhado devem trocar de inquilino e de par para formar o telhado.

INQUILINO: quando se grita “inquilino” os moradores devem trocar de casa.

TEMPESTADE: quando se grita “tempestade” todos devem trocar de trios e formar novos trios.

Como o educador estava de fora dos trios, no primeiro grito ele ocupará o lugar de algum participante, fazendo com que alguém fique de

fora (sobrando) e este dará continuidade a brincadeira. Sempre quem sobrar escolherá a palavra que quiser chamar, e assim sucessivamente.

4.1 SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA: Esta dinâmica ajuda na reflexão sobre onde queremos morar. Ajuda a ilustrar a vulnerabilidade de quem está pagando aluguel, pois se hoje tem um lar, amanhã pode não ter mais. É como o “inquilino” que tem que abandonar a casa e de repente se vê sem ela, ou como a “casa” que no final da brincadeira não arrumou parceria para cobrir alguém. Ou uma grande “tempestade” que deixa todos e todas sem lar e nos obriga a recomeçar.

Nesta dinâmica queremos refletir com o grupo o quanto precisamos de uma casa e como reagimos quando não temos uma. O Educador pode pedir ao grupo que comente suas sensações quando perdeu a casa na brincadeira, quando teve que ir buscar outra casa rapidamente antes que todas fossem ocupadas, como é ter que se colocar junto com pessoas que antes não conhecia, e assim por diante. É importante deixar o grupo falar abertamente sobre estas reações.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Relatório da Secretaria sobre a quantidade de cotas-terreno o Círculo de Cooperação tem até a data.
- Relatório de ausências no encontro. Lembrar da importância da participação.
- Local e Horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro (Número do encontro e páginas da Cartilha).
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Despedida dos Coordenadores.

ENCONTRO 08

FAZENDO AS CONTAS DO VALOR DO IMÓVEL

1. **TEMA GERADOR:** Valor do Imóvel (Quanto custa a moradia que queremos?).
 - 1.1. **OBJETIVO:** Dialogar com os cooperativados e cooperativadas sobre quanto custam os imóveis na sua cidade e região para compreender as vantagens de construir coletivamente na COOHABRAS.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** Ajudar o grupo a ter uma noção clara e precisa do mercado imobiliário de sua cidade e região. Estes novos conhecimentos deverão ajudar os membros do grupo a compreender o porquê de não terem acesso a moradia pelo Mercado e verem na COOHABRAS o canal de acesso ao direito a moradia.
2. **ACOLHIDA:** O Educador Popular, juntamente com os coordenadores do grupo, esperará os participantes da reunião mensal na porta de entrada do local do encontro e irá entregar uma folha com uma montagem de vários classificados de jornais locais e regionais com valores de imóveis a venda. Irá motivando a todos para que formem um círculo com as cadeiras e pedirá que leiam as informações contidas na folha entregue.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO: CONHECENDO A HISTÓRIA DO CUB/M2**
4. **DINÂMICA:** Fazendo as contas...

O Educador Popular utilizará lousa ou quadro (ou cartolina, ou papel pardo) para fazer as seguintes anotações a partir das seguintes perguntas que fará ao grupo:

- Quem gostaria de ter uma casa (apartamento) de um quarto?
- Quem gostaria de ter uma casa (apartamento) de dois quartos?
- Quem gostaria de ter uma casa (apartamento) de três quartos?

Depois de anotar o Educador Popular pedirá que cada um verifique os preços dos imóveis na folha que entregara na acolhida do encontro. Esta análise causará um espanto no grupo ao verificar os altos preços e a impossibilidade de adquirir com suas rendas um imóvel do jeito que gostariam.

Neste momento o Educador Popular reforça as estratégias COOHABRAS:

- Compra Coletiva de Materiais de Construção;
- Eliminação gradual dos intermediários;
- Construção de moradias em grandes escalas nacionais;
- Poupança Conjunta (canalização de recursos financeiros);
- Repasse dos imóveis a “preço de custo” aos cooperativados...

Neste último item o Educador Popular deve discutir o que é “preço de custo” e comparar com “preço de venda” do mercado imobiliário. Os cooperativados devem identificar que nos imóveis que estão à venda há altos lucros e que estes lucros não existem na construção de moradia em cooperativa de habitação autogestionárias. Assim, a consciência de viver e construir em cooperativa de habitação ganha sentido para os cooperativados. Não é apenas mais um jeito do trabalhador e da trabalhadora ter seu lar, é o único jeito de construir sem pagar o preço do lucro.

Para fazer um contraponto aos valores de mercado o Educador Popular usará os exemplos das obras da COOHABRAS e analisará junto com os participantes a diferença dos valores. É importante ressaltar que a COOHABRAS não tem lucro em suas obras. Ela constrói para os próprios cooperativados e com os recursos dos cooperativados. Portanto, seria injusto cobrar mais que o preço justo pelos imóveis. Nesse preço de custo é preciso saber que há nele todos os valores de construção, mão-de-obra e toda a documentação para a regularização e legalização do imóvel.

4.1. SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA: Neste encontro o ideal é que os cooperativados compreendam com muita propriedade que os imóveis que eles sempre sonharam em ter e comprar não estão a seu alcance no mercado imobiliário e que existe um canal de acesso a moradia que é a COOHABRAS. As estratégias da COOHABRAS para realizar o sonho da casa própria têm que ficar bem clara na consciência dos cooperativados. Desta forma os cooperativados permanecerão firmes no Círculo de Cooperação e divulgarão estas informações a sua rede de contatos. No final do encontro o Educador Popular precisa perceber se estas informações novas foram compreendidas pelos membros do grupo.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

A page of horizontal lines for writing, consisting of 30 evenly spaced lines spanning most of the page width.

ENCONTRO 09

FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS

1. **TEMA GERADOR:** Como e Onde Financiar um Imóvel?
 - 1.1. **OBJETIVO:** Entender como funcionam os sistemas de financiamento habitacional de bancos públicos, privados e de outras instituições de financiamento habitacional.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** Ter uma visão mais ampla de todos os tipos de financiamento habitacional existente e conhecer a forma de acessar cada um deles. Buscar conhecimentos sobre alternativas de crédito em outras instituições de financiamento habitacional para os cooperativados que não tem acesso aos bancos públicos e privados.
2. **ACOLHIDA:** O Educador Popular, juntamente com os coordenadores do grupo, acolherá os membros do Círculo de Cooperação dando-lhes boas vindas na porta do local do encontro. Estimulará a todos e todas a sentarem-se em círculo para facilitar a comunicação e a aprendizagem.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO: TABELA DE COMPARAÇÃO ENTRE DIVERSOS TIPOS DE FINANCIAMENTO.**
4. **DINÂMICA:** Me dá um dinheirinho aí?!

Me Dá Um Dinheiro Aí

(Ivan Ferreira, Homero Ferreira, Glauco Ferreira)

Ei, você aí!
Me dá um dinheiro aí!
Me dá um dinheiro aí!
Não vai dar? Não vai dar não?
Você vai ver a grande confusão
Que eu vou fazer bebendo até cair
Me dá, me dá, me dá, oi!
Me dá um dinheiro aí?

O Educador Popular usará a famosa marchinha de carnaval para ilustrar a dificuldade que temos de ter acesso ao dinheiro (financiamento). O quanto os trabalhadores e trabalhadoras tem sido excluídos das instituições financeiras e, por consequência, do acesso aos bens que estes financiamentos proporcionariam.

O mais importante a ser debatido é a capacidade de pagamento que cada cooperativado tem, ou seja, quanto realmente cada um poderia comprometer de sua renda em um financiamento habitacional de longo prazo. Pois as instituições financeiras aceitam, na média, 30% de comprometimento de renda para financiamentos de moradia.

O Educador Popular precisa fazer algumas contas (simulações) com alguns membros do grupo. Pedir quanto de renda tem na família e calcular, com a ajuda de uma calculadora, quanto é 30% desta renda. Isto vai ilustrando para todos quanto cada um pode comprometer de sua renda no financiamento. Quanto mais simulações o Educador Popular fizer, mais claro vai ficar para os cooperativados seu alcance de financiamento.

4.1. SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA: No final do encontro pode-se utilizar uma estratégia para visualizar o poder de financiamento do grupo. O Educador Popular, juntamente com o grupo, vai escolher três ou quatro membros para ir, durante o mês seguinte, até as instituições financeiras e solicitar uma simulação de crédito habitacional a partir de suas rendas.

É importante escolher pessoas de famílias diferentes e com níveis de renda diferente. Isso dará uma boa panorâmica de capacidade de financiamento do grupo. Também simular tipos de imóveis diferentes, por exemplo: de dois dormitórios e de três dormitórios.

Deve-se, também, escolher instituições bancárias diferentes e os cooperativados selecionados para a tarefa devem ir a todas as instituições escolhidas.

No encontro do próximo mês estas pessoas partilharão como foi a experiência e qual é a capacidade de financiamento habitacional de sua renda – o que reflete a capacidade de praticamente todo o grupo.

A tabela a seguir contribui para a síntese da busca.

Renda da Família	Banco ou Instituição de Financiamento	Imóvel de 2 quartos	Imóvel de 3 quartos	Quanto pode Financiar	Valor da Prestação

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

Lined writing area with 30 horizontal lines.

ENCONTRO 10

DEFINIÇÃO DO TIPO DE IMÓVEL

1. **TEMA GERADOR:** Que tipo de imóvel vamos fazer?
 - 1.1. **OBJETIVO:** Definir coletivamente o tipo de imóvel a ser feito para os membros do grupo. Quantos dormitórios, áreas coletivas, garagens e áreas de lazer, entre outras.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** Formatar com o grupo o que vai ser construído no imóvel a ser adquirido com suas cotas-terreno. Contemplar as necessidades de cada família no futuro imóvel a ser construído pela COOHABRAS.
Encaminhar a elaboração do projeto arquitetônico para o grupo.
2. **ACOLHIDA:** O Educador Popular, juntamente com os coordenadores do grupo, acolherá os membros do Círculo de Cooperação dando-lhes boas vindas na porta do local do encontro. Estimulará a todos e todas a sentarem-se em círculo para facilitar a comunicação e a aprendizagem.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO: O QUE EU QUERO, O QUE EU PRECISO E O QUE EU POSSO PAGAR. A DIFERENÇA ENTRE O POSSÍVEL E O NECESSÁRIO.**
4. **DINÂMICA:** Recortes de jornais e revista.
A dinâmica consiste em motivar no encontro anterior para que todos os componentes do grupo recortem de jornais e revistas – ou até mesmo desenhem – o que seria a sua casa dos sonhos. Todos trazem o que recortaram e o Educador Popular estimula que as pessoas falem de porque aquela casa significa e simboliza o que ele gostaria de ter. As falas devem ser interpretadas, comentadas, criticadas, compreendidas a partir dos desejos e sonhos de cada um que partilha. Isso possibilita ao grupo conhecer um pouco mais do que os outros componentes estão pensando em construir na COOHABRAS.
 - 4.1 **SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA:** Neste encontro não estamos preocupados em induzir o grupo para escolher uns dos modelos construtivos. Nosso interesse é apresentá-los para que as famílias dialoguem sobre o tema gerador e com o passar do tempo vão se definindo sobre o melhor sistema para o grupo.

É importante deixar como tarefa de casa para os cooperativados e cooperativadas o compromisso de, no próximo encontro, tra-

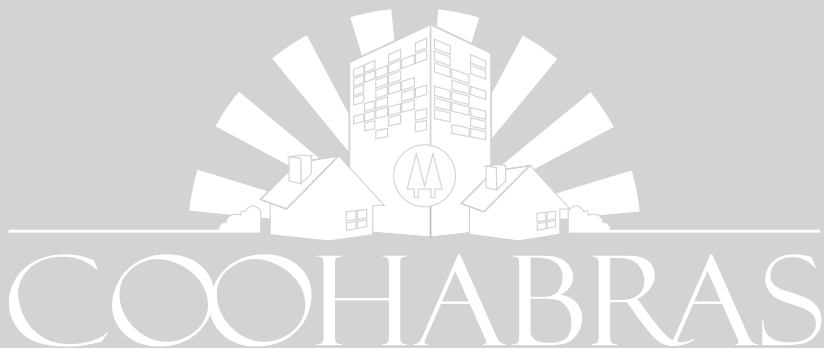
zerem sugestões de que sistema construtivo gostariam para sua família. Assim o Educador Popular poderá ir conduzindo sua intervenção e pesquisa de valores para o próximo encontro que tratará sobre os custos da obra.

As famílias participantes precisam compreender que projetos coletivos custam mais barato, pois reduzem os custos e que, a busca individual de solucionar o problema da moradia tem deixado a todos sem um lar. A força da coletividade é a principal aprendizagem deste encontro.

É importante que o Educador Popular reflita sobre os diversos modelos construtivos que os cooperativados trazem para que vão percebendo que há uma diversidade de sonhos individuais que precisam ser processados de forma coletiva. Essa é a função dos encontros mensais da COOHABRAS, contribuir para que o sonho se realize e que ele seja do tamanho que todos possam construir – e pagar! Finalmente, o Educador Popular recomenda a leitura do texto **“O que eu quero, o que eu preciso e o que eu posso pagar. A diferença entre o possível e o necessário.”** para fazer a reflexão final.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Relatório da Secretaria sobre a quantidade de cotas-terreno o Círculo de Cooperação tem até a data.
- Relatório de ausências no encontro. Lembrar da importância da participação.
- Local e Horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro (Número do encontro e páginas da Cartilha).
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Despedida dos Coordenadores.



BLOCO 3

CONSTRUINDO
CIDADANIA

ENCONTRO 11

CASA PRÓPRIA: UM DIREITO DE TODOS

1. **TEMA GERADOR:** Casa Própria (Direito a Moradia).
 - 1.1. **OBJETIVO:** dialogar sobre a questão da moradia no Brasil e construir uma reflexão com os cooperativados e cooperativas sobre sua realidade concreta de falta de moradia (exclusão social e negação do direito de cidadania).
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** perceber que a falta de moradia é um problema coletivo e que existem alternativas de superação do déficit habitacional que podem ser utilizadas por todos, inclusive pela cooperativa de habitação. Essas alternativas são formas organizativas coletivas e populares, além de modelos alternativos de crédito.

2. **ACOLHIDA:** acolher as pessoas do grupo entregando um cartão em forma de casa, onde está escrito o nome do Círculo de Cooperação ou Grupo de Incorporação e o espaço para todos colocarem o seu próprio nome, criando com isso uma identidade com o problema da falta de moradia, mas também com a solução do problema. O cartão deve ser feito em papel colorido (de no mínimo três cores diferentes), transmitido a ideia de diversidade, sendo colada um triângulo sobre um quadrado da mesma cor. Esse cartão será um elo importante para o Educador trabalhar o tema do encontro na dinâmica.

3. **TEXTO PARA REFLEXÃO: A QUESTÃO DA MORADIA NO BRASIL E O DÉFICIT HABITACIONAL**

4. **DINÂMICA:** O Educador orienta que os componentes do grupo caminhem pelo local do encontro conversando uns com os outros sobre a realidade habitacional. Enquanto conversam, anotam em seu cartão a cor do cartão do colega e alguns aspectos da sua fala. A dinâmica encerra quando todos já tenham conversado com, pelo menos, cinco colegas de grupo. Pode-se avançar mais se sentir que o diálogo está sendo produtivo.
 - 4.1. **SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA:** O Educador solicita num primeiro momento que algumas pessoas falem sobre o que ouviram dos colegas de grupo, suas opiniões sobre o que significa não ter uma casa, quais outros problemas que isso gera, se moram de aluguel ou residem com outros familiares, enfim, fazer uma rodada de falas que explicitem o problema.

Depois disso, o Educador pede para as pessoas olharem seus cartões em forma de casa e analisa com eles que, de modo geral, todos tem mais de uma cor anotada. Isso significa que o problema de cada um se transformou em problema de todos, portanto, a construção da mudança é tarefa coletiva daquele momento em diante.

E, para resolver esses problemas, o Educador demonstra através dos dados contidos no texto que o Círculo de Cooperação ou o Grupo de Incorporação da cooperativa é o local adequado para a superação dos problemas coletivos de forma coletiva, pois é ali que se partilha a vida e se constrói alternativas reais. Todos são chamados a participar efetivamente da vida e da mobilização social do grupo.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

ENCONTRO 12

DIREITO AO MEIO AMBIENTE

1. **TEMA GERADOR:** Relação ser humano e natureza.
 - 1.1. **OBJETIVO:** Construir uma nova perspectiva de abordagem das questões ambientais, relacionando com aspectos sociais, culturais, econômicos, tecnológicos e de vida e consumo. Divulgar a Carta da Terra.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** Entender que o meio ambiente é parte integrante da realidade sócio-cultural, que os bens naturais são finitos e nem todos os recursos são renováveis. Re-estabelecer a relação ser humano e natureza a partir de uma matriz sustentável. Fomentar ações cotidianas concretas de respeito e preservação do meio ambiente dentro dos grupos da COOHABRAS.
2. **ACOLHIDA:** Neste encontro sobre meio ambiente a equipe de acolhida pode confeccionar pacotinhos com diversas sementes e entregar aos participantes do grupo quando vão chegando ao local do encontro. Outra alternativa pode ser a busca de mudas de árvores nativas para ser plantadas nos quintais das famílias, que pode se tornar uma ação concreta do grupo em defesa do meio ambiente.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO: SER HUMANO E MEIO AMBIENTE**
4. **DINÂMICA:** O Educador utilizará um círculo de papel onde pode escrever uma palavra ou frase que sintetize a ideia geral do encontro. Além disso, confeccionará pétalas para formar uma grande flor (parecida com uma margarida). Cada componente do grupo recebe uma pétala e, depois da reflexão do texto, todos são convidados a expressar na sua pétala o que fará para restabelecer sua relação com o meio ambiente, porém, agora na nova perspectiva projetada pela ação cooperativa, tendo como ponto de partida a sua vida cotidiana.
 - 4.1. **SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA:** O Educador provocará todos do grupo para construir coletivamente as ações imediatas que podem ser postas em prática no cotidiano de cada um (na sua casa, no seu trabalho, na escola), como compromisso concreto com a preservação do meio ambiente natural e cultural. Depois das falas, ele organiza tudo num quadro mural e deixa exposto no local do encontro do grupo.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

ENCONTRO 13

QUESTÕES DE GÊNERO

1. **TEMA GERADOR:** Feminino e masculino.
 - 1.1. **OBJETIVO:** dialogar sobre as relações entre homens e mulheres e suas diferenças sociais. Tematizar o preconceito com o diferente como uma violência social.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** Redimensionar a relação homens e mulheres contribuindo para um Brasil mais justo e igualitário entre ambos, superando o conceito de sexo frágil e patriarcado. Superar o preconceito contra qualquer tipo de opção e/ou orientação sexual.
2. **ACOLHIDA:** neste encontro, para fixar a ideia do respeito ao outro e ao diferente, os responsáveis pelo encontro preparam as cadeiras em círculo, colocando as pessoas posicionadas de forma intercalada (um homem e uma mulher). Isso vai facilitar o debate e proporcionará um clima propício para perceber que a diferença é o que nos aproxima e não o que nos separa.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO: GÊNERO E COOPERATIVISMO HABITACIONAL**
4. **DINÂMICA:** com um pedaço de papel dividido ao meio as mulheres são motivadas a responder uma questão numa das partes (Se eu fosse homem eu...) e os homens são motivados a responder a mesma questão (Se eu fosse mulher eu...). Assistir juntos o filme “Acorda Raimundo, acorda!”.
 - 4.1. **SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA:** cabe ao Educador Popular fazer a síntese dos trabalhos, das reflexões, da dinâmica e com isso ir construindo um novo conhecimento sobre o tema. Perceber que é nas brincadeiras corriqueiras que mais expressamos o nosso preconceito. Esse encontro é um dos mais difíceis de construir síntese, visto que o tema é delicado; cabe ao educador se preparar bem para que saiba trabalhar as provocações e preconceitos que aparecerem.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

ENCONTRO 14

JUVENTUDE E COOPERATIVISMO HABITACIONAL

1. **TEMA GERADOR:** Juventudes no Brasil.
 - 1.1. **OBJETIVO:** conhecer as concepções de juventude e entendê-la como um sujeito social. Refletir sobre os problemas sociais que atingem a juventude no Brasil.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** incluir a juventude nos trabalhos dos grupos para que contribuam com dinamismo e inovação na construção da COOHABRAS como um projeto para todos no Brasil, inclusive para os jovens, potencializando a quebra do ciclo geracional da pobreza.
2. **ACOLHIDA:** neste encontro precisa ter música para criar um ambiente descontraído, proporcionando um diálogo em torno do que significa ser jovem atualmente, quais os seus principais desafios, suas maneiras de viver em grupo, suas manifestações, suas reivindicações. A coordenação do encontro pode aproveitar esse momento para incentivar os jovens para uma maior participação interna, nos encontros e eventos do grupo. Como sugestão, distribuir uma fita para amarrar no pulso dos componentes do grupo simbolizando o compromisso com a juventude e a mudança do país.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO: AS JUVENTUDES DO BRASIL**
4. **DINÂMICA:** neste momento podemos utilizar a dinâmica do círculo dividido em quatro partes separando a nossa idade e percebendo o que cada um fazia quando jovens. Isso permite refletir que em cada tempo temos uma juventude com perfil diferente e que os jovens atuais também tem a sua identidade adequada ao seu tempo atual. Cabe ao educador popular refletir bem cada etapa da vida apresentados na dinâmica e ir mostrando que para os pais dos adultos (jovens daquela época) que havia a tensão entre as gerações e que isso é permanente.
 - 4.1. **SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA:** neste encontro pode-se estabelecer internamente um pacto geracional, onde os jovens contribuem para a construção de novas visões de mundo e os adultos contribuem para que os jovens aprendam com a experiência de vida deles. Isso redimensiona as relações entre os participantes e cria a necessária harmonia para o desenvolvimento do grupo e o alcance dos objetivos sociais da cooperativa.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

A series of horizontal lines for writing, consisting of 28 lines spaced evenly down the page.

ENCONTRO 15

ASPECTOS SÓCIO-POLÍTICOS DA HABITAÇÃO

1. **TEMA GERADOR:** Habitação social e políticas públicas.
 - 1.1. **OBJETIVO:** conhecer os aspectos sociais e políticos da habitação no Brasil, compreendendo a luta histórica do povo brasileiro pela conquista da casa própria nos diferentes movimentos sociais no Brasil e na América Latina.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** construir uma nova consciência social, onde o problema da moradia passe a ser entendido como uma luta por direito social e a solução é a organização da comunidade em grupos autogestionários.
2. **ACOLHIDA:** a coordenação do grupo aguarda os cooperativados no local do encontro motivando-os a sentar-se em círculo para facilitar o diálogo em torno deste tema. É importante que todos os cooperativados tenham buscado notícias da TV ou em jornais e revistas do mês para que se possa estabelecer um paralelo entre os dados atuais de diversas regiões do Brasil.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO:** neste encontro o texto de referência estará disponível no livro Manifesto Habitacional Brasileiro, nos blocos dos aspectos social e político. Cabe ao Educador Popular indicar a leitura dos textos.
4. **DINÂMICA:** a partir dos recortes de jornal e revista que os cooperativados trouxeram de casa, o Educador Popular faz uma análise de cada um deles e vai colocando-os presos num “varal” feito com barbante pendurado na parede da sala onde acontece o encontro. Isso possibilita a todos os presentes visualizar o seu mundo a partir da leitura dos seus colegas, perceber que a nossa visão de mundo (e do tema habitação) é diferente dos outros, porém, complementar. Na reflexão das notícias vai-se fazendo a relação com o contexto concreto do grupo, seus problemas e potenciais soluções e alternativas.
 - 4.1. **SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA:** cabe ao Educador Popular fazer a síntese dos trabalhos e das reflexões, demonstrando ao grupo a pluralidade de ideias internas e das diferentes formas de pensar a habitação no Brasil. É o momento de provocar para a intervenção e a mobilização social, fazendo um chamamento para as ações concretas na realidade que se pretende mudar. Convocar para o compromisso social. É nesse momento que os cooperati-

vados podem perceber o quanto são fortes trabalhando em grupo organizados.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

ENCONTRO 16

ASPECTOS JURÍDICOS DA HABITAÇÃO

1. **TEMA GERADOR:** Habitação e justiça brasileira.
 - 1.1. **OBJETIVO:** conhecer os principais códigos e leis que colocam o direito a habitação como um direito fundamental. Perceber juntos que sem habitação digna, há exclusão social e negação do direito de cidadania.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** esclarecer os aspectos jurídicos que estão envolvidos no tema habitação para que as pessoas conheçam como as leis podem beneficiar o grupo a partir de sua organização.

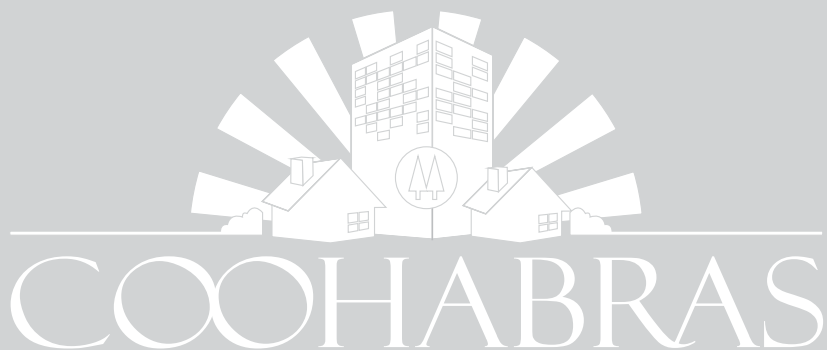
2. **ACOLHIDA:** pensar esse momento antecipadamente, onde o Educador Popular e os líderes do Círculo de Cooperação chegam antes e recebem os cooperativados. É um momento muito rico de integração e de se conhecer melhor. Esse momento continua até o início do encontro e a apresentação da pauta do encontro.

3. **TEXTO PARA REFLEXÃO:** neste encontro o texto de referência estará disponível no livro Manifesto Habitacional Brasileiro, no bloco dos aspectos jurídicos. Cabe ao Educador Popular indicar a leitura dos textos.

4. **DINÂMICA:** como todos os Educadores Populares vão receber um livro com 120 dinâmicas e mais 60 histórias, esse é o momento de utilizar esse material. Além do mais as dinâmicas são momentos de vivência da vida, portanto, de conscientização. O Educador Popular deve estar atento a todos os movimentos da dinâmica e precisa anotar tudo o que acontece para posterior sistematização do trabalho da COOHA-BRAS (podemos indicar as dinâmicas).
 - 4.1. **SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA:** cabe ao Educador Popular fazer a síntese dos trabalhos, das reflexões, da dinâmica e com isso ir construindo um novo conhecimento sobre o tema. É o momento de provocar para a intervenção e a mobilização social, fazendo um chamamento para as ações concretas na realidade que se pretende mudar. Convocar para o compromisso social.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.



BLOCO 4

ECONOMIA
SOLIDÁRIA

ENCONTRO 17

INTRODUÇÃO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. **TEMA GERADOR:** Economia Solidária.
 - 1.1 **OBJETIVO:** Discutir a gênese, história e os principais conceitos da economia solidária.
 - 1.2 **RESULTADOS ESPERADOS:** Compreender a economia solidária como um processo de construção coletiva com valores diferentes dos empreendimentos capitalistas – sendo assim, alternativa para uma sociedade justa e solidária. Entender a COOHABRAS como uma forma de processo coletivo e economia solidária.
2. **ACOLHIDA.** Neste encontro o grupo já está bem entrosado, pensando o coletivo e já superou a fase inicial do individualismo que o caracterizava. Por isso, podemos fazer uma acolhida solidária. Pode-se motivar um Amigo Secreto e cada um trazer um presente para partilhar. Isso movimentará a Economia local, pois os presentes vão ser comprados nas lojas locais e se torna um ato Solidário com o colega de grupo. Pode-se aproveitar a compra do presente na discussão em torno da economia local (onde comprei o presente? Por que? Fomentando o diálogo sobre o consumo crítico).
3. **MATERIAL PARA REFLEXÃO: INTRODUÇÃO A ECONOMIA SOLIDÁRIA**
4. **DINÂMICA:**

Remando Juntos

Objetivo:

- elaborar um tema;
- exercitar o raciocínio;
- levar ao espírito de cooperação;
- Treinar a socialização

Material: folhas A4 e canetas

Passos metodológicos:

- 1) O grupo é dividido em pequenos grupos; as equipes se formam e cada elemento do grupo deve ter um número (1, 2, 3...);
- 2) Os números 1 recebem um tema, os dois outros e assim por diante. Os temas devem ser bem preparados conforme o que se quer;
- 3) Cada participante do grupo deve anotar o tema numa folha em

- branco na qual deve constar seu nome e seu número no grupo;
- 4) Dado o sinal todos começam a escrever sobre o tema anotado na folha. Depois de alguns minutos o animador dá um novo sinal e pede para passarem a folha ao companheiro da direita, que continua escrever o que seu companheiro iniciou;
 - 5) A cada sinal do animador os participantes devem efetuar a troca das folhas, passando-as ao companheiro da direita, e assim sucessivamente até chegar a pessoa que iniciou o trabalho.

Avaliação

No final os números iguais se encontram e fazem uma síntese do que foi feito sobre o tema proposto e o apresentam no plenário. Os temas dos grupos podem ser discutidos novamente em plenário com discordâncias e acréscimos.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

Lined writing area consisting of 25 horizontal lines.

ENCONTRO 18

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS E SOLIDÁRIOS

1. **TEMA GERADOR:** Empreendimentos Econômicos Solidários
 - 1.1 **OBJETIVO:** Pontuar elementos que compõem os empreendimentos econômicos solidários (EES), para fazer uma reflexão sobre a Economia Solidária e o Cooperativismo Habitacional.
 - 1.2 **RESULTADOS ESPERADOS:** Compreender as características dos EES a fim de diferenciá-los da lógica capitalista de outros empreendimentos, entendendo que a COOHABRAS está inserido nessa nova dinâmica.
2. **ACOLHIDA:** pensar esse momento com algo diferente do que já foi feito nos outros encontros, introduzindo com a acolhida dos participantes do grupo a perspectiva de que no encontro teremos algo diferente, algo novo para conhecer e se reconhecer nesse novo, que é a COOHABRAS.
3. **TEXTO PARA REFLEXÃO: EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**
4. **DINÂMICA:** *O traço da vida.*

Objetivo: conhecimento pessoal; entrosamento; comunicação; trabalho cooperativo.

Material: folhas A4 e canetas ou pincéis atômicos.

Passos metodológicos:

- 1) O Educador Popular encaminha a dinâmica convidando o grupo fazer um círculo com todos sentados;
- 2) No meio da sala estão as canetas e os papéis A4;
- 3) Convida a todos a desenhar, em silêncio, o traço que representa sua própria vida (não diz mais nada);
- 4) À medida que os participantes terminam, vão colocando o que fizeram no centro da sala;
- 5) Quando todos tiverem feito os procedimentos anteriores, o Educador Popular convida para que, juntos, unam os traços e formem um desenho, uma figura, um painel, etc.;
- 6) Livremente, os participantes partilham o que representa o desenho construído e seu significado para a vida no grupo.

4.1 SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA. O Educador Popular começa a síntese da dinâmica falando da diversidade de traços, das diferentes cores que cada um escolheu para desenhar a parte da sua vida representada por aquele traço. Isso liga com a diversidade de empreendimentos que co-existem na nossa sociedade, com diferentes finalidades e atendendo diferentes público alvo.

Ao mesmo tempo, pode construir a percepção de que a COOHABRAS é um empreendimento alternativo ao mercado tradicional de construção de habitação e, por isso, pode ser considerado um empreendimento econômico e solidário.

Como ação concreta, o grupo pode estar sugerindo várias atividades ou ações coletivas que fomentem a organização de base a partir de empreendimentos econômicos e solidários para geração de trabalho e renda, como assumir novamente o compromisso de divulgação da COOHABRAS como um projeto para o Brasil sem casa.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

ENCONTRO 19

COOHABRAS: UM PROJETO PARA O BRASIL

1. **TEMA GERADOR:** COOHABRAS – Um projeto para o Brasil.
 - 1.1. **OBJETIVO:** Discutir sobre os elementos que fazem da COOHABRAS uma proposta diferenciada de acesso à moradia digna, confrontando a expectativa dessa alternativa com os problemas sociais da sociedade.
 - 1.2. **RESULTADOS ESPERADOS:** Compreender criticamente a dinâmica da sociedade atual que produz uma lógica de moradia que não é para todos e absorver a proposta da COOHABRAS como uma alternativa para o Brasil.
2. **ACOLHIDA:** este encontro precisa refletir o que significa o projeto da COOHABRAS para o nosso país. Portanto, a acolhida precisa refletir o movimento dinâmico que queremos inaugurar pelo acesso a casa própria a todos os brasileiros. Sugiro que o grupo faça um retrospecto da sua caminhada e resgate alguma simbologia desse percurso para servir de motivação para esse dia.
3. **MATERIAL PARA REFLEXÃO:** COOHABRAS – UM PROJETO PARA O BRASIL
4. **DINÂMICA:** Os Bombons.

Objetivo: capacidade de observação; vivência num mundo classista; reflexão sobre a realidade social.

Material: Um quilo de bombons ou balas.

Passos a passo:

- a) Formar 4 grupos (não falar nada): (1) o grupo menor (classe privilegiada); (2) grupo um pouco maior (classe média); (3) grupo maior (classe desprivilegiada); (4) grupo observador
- b) O grupo 1 recebe excesso de bombons; o grupo 2 recebe uma quantidade que dá mais ou menos para todos; o grupo 3 recebe uma quantidade que é totalmente insuficiente; o grupo 4 não recebe nada – apenas observa.
- c) Deixar que o grupo mesmo perceba o que está acontecendo e observar as reações.
- d) O grupo quatro 4 anota tudo o que acontecem.

- 4.1 SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA:** Aos grupos 1, 2 e 3 perguntar: O que sentiram? Como se sentiram? O que representa cada grupo? Como reagiram diante da situação vivenciada? Ao grupo observador (4) perguntar: O que viram? Que fatos e atitudes chamam a atenção? Perguntar a todos: Que lições podem tirar daquilo que viveram nesta dinâmica? (se possível anotar no quadro e sistematizar).

Nesse encontro é possível que o grupo esteja maduro o bastante para fazer a comparação do projeto da COOHABRAS com os demais projetos que eles conhecem ou conheceram. O Educador Popular deve aproveitar a dinâmica e todas as informações e impressões que vieram do grupo de observação para fazer uma análise da realidade concreta dos cooperativados e reafirmar a importância da participação no grupo, visto que no histórico de vida de cada um, provavelmente não visualizavam a realização da casa própria. Ou, se visualizavam, era algo muito distante.

Como ação concreta na realidade local, o grupo precisa pensar algo bem prático, como convidar para conhecer a COOHABRAS algumas pessoas que estão bem próximas, como os parentes e vizinhos que pagam aluguel.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.

ENCONTRO 20

ENCONTRO AUTOGESTIONÁRIO

1. TEMA GERADOR: Autogestão na COOHABRAS.

1.1. OBJETIVO: Dialogar com os cooperativados e as cooperativas sobre a importância de estarem preparados para autogestionar o seu Círculo de Cooperação ou Grupo de Incorporação e, respectivamente, a COOHABRAS.

1.2. RESULTADOS ESPERADOS: Ajudar o grupo a estar preparado para autogestionar o Círculo de Cooperação e o Grupo de Incorporação juntamente com os Educadores Populares e que os cooperativados possam coordenar as reuniões de forma democrática e participativa.

2. **ACOLHIDA:** Os coordenadores do grupo esperam os participantes da reunião mensal na porta de entrada do local do encontro. O Educador Popular neste encontro faz o papel de acompanhamento do encontro e debate um tema previamente selecionado e avalia ao final do encontro o desempenho dos coordenadores, dando orientações para a qualificação dos mesmos, junto com o grupo de maneira geral e diretamente com os coordenadores em particular.

3. TEXTO PARA REFLEXÃO: AUTOGESTÃO NA COOHABRAS.

4. **DINÂMICA:** É importante que o Educador Popular faça uma reunião de preparação deste encontro Autogestionário. Esta reunião ajudará na constituição deste encontro.

Nesta reunião propõe-se que seja feita uma prestação de contas do Círculo de Cooperação ou Grupo de Incorporação;

1. Montante de recursos do Círculo de Cooperação;
2. Andamento da obra do Grupo de Incorporação;
3. Deixar um momento na qual cada cooperativado e cooperativa possa avaliar as ações da Cooperativa, as suas expectativas, propostas de ações para o futuro.
4. Integração. Comemoração de Aniversários dos cooperativados e cooperativas.

4.1 SÍNTESE E AÇÃO CONCRETA: Motivar que no próximo encontro outros cooperativados possam inserir-se na coordenação do encontro Autogestionário, fazendo com isso uma rotação de

participantes, para que todos possam sentir e fazer a experiência do que significa coordenar um encontro ou um grupo.

5. AVISOS E ENCAMINHAMENTOS:

- Identificar se todos assinaram a lista de presença.
- Relatório de ausências no encontro e lembrança da importância da participação.
- Local e horário do próximo encontro mensal.
- Combinar a leitura dos materiais pedagógicos do próximo encontro.
- Avisos da comunidade (entidades parceiras).
- Relatório da Secretaria sobre as cotas-terreno do Círculo de Cooperação.
- Relatório da obra do Grupo de Incorporação.
- Aviso sobre eventos da COOHABRAS.



COOHABRAS

TEXTOS
INTRODUTÓRIOS

UM BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO HABITACIONAL

1. Os princípios do cooperativismo

As sociedades cooperativistas iniciaram suas atividades por necessidades econômicas e sociais, muitas vezes com objetivo de unir forças para alcançar as necessidades básicas de um determinado grupo. Com isso, cada vez mais a população percebeu que, unindo pessoas com o mesmo objetivo, pode-se alcançar o resultado destinado à satisfação das necessidades econômicas dos membros a ele interligados. Torna-se de extrema relevância observar a base de toda essa estrutura, sendo esta os ideais cooperativistas. Nesta perspectiva se constitui os princípios cooperativos os quais são diretrizes orientadoras, através das quais as cooperativas levam à prática os seus valores.

1º Adesão livre e voluntária

Cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas para usarem seus serviços e dispostas a aceitarem suas responsabilidades, sem discriminação social, político ou religiosa.

2º Controle democrático pelos sócios

As cooperativas democráticas são controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e Mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas de primeiro grau o sócio tem igualdade de votação (um sócio, um voto), as cooperativas de outros níveis também são organizadas de maneira democrática.

3º Participação do sócio

Os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Ao menos, parte desse capital é usualmente propriedade comum da cooperativa. Eles recebem uma compensação limitada, se houver alguma, sobre o capital subscrito e realizado, como uma condição de sociedade. Os sócios alocam as sobras para os seguintes propósitos:

Desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas, parte das quais poderão ser indivisíveis, retornos aos sócios na proporção de suas operações com a cooperativa, e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

4º Autonomia e independência

As cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controlada por seus membros. Se elas entram em acordo com outras organizações,

incluindo governamentais, ou recebem capital de origens externas, elas devem fazê-lo em termos que assegurem o controle democrático de seus sócios e mantenham sua autonomia.

5º Educação, formação e informação

As cooperativas oferecem treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários.

Assim eles podem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opiniões, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6º Cooperação entre as cooperativas

As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º Preocupação com a comunidade

As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros.

São estes princípios que constituem a essência de todo o cooperativismo em geral e de forma específica o habitacional.

2. O cooperativismo habitacional

No Brasil, o déficit habitacional vem, desde 1900, originado pela vinda de imigrantes estrangeiros e pelo êxodo rural, concentrando-se nas áreas urbanas, gerando moradias precárias na periferia, bem como o surgimento de cortiços em condições sobre humanas de ocupação, caracterizado por uma parcela da população sem nenhum recurso financeiro.

No dia 21 de agosto de 1964, o Estado cria o Sistema Financeiro da Habitação, através da Lei Federal 4.380, cujo objetivo foi facilitar o acesso à aquisição de moradia própria, principalmente para a população de baixa renda.

O Cooperativismo Habitacional foi contemplado nessa Lei, como uma das formas de prioridade na aplicação dos Recursos. (Artigos 4º. III; 8º. IV e 55 “e”). A fragilidade do sistema e o desvio de finalidade, gerados pela forma de administração e liberação dos financiamentos junto ao BNH, o Governo Federal, em 21 de novembro de 1986 extinguiu o Banco Nacional da Habitação, pelo Decreto-Lei n.º 2.291, transferindo à Caixa Econômica Federal a responsabilidade pela gestão do Sistema Financeiro da Habitação, bem como, de todas as relações jurídicas e processuais.

Para adentrarmos no cooperativismo habitacional brasileiro vamos apresentar uma reflexão acerca da legislação brasileira sobre o setor analisando a relação do cooperativismo com o Estado e suas políticas públicas desde a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) até a legislação que hoje rege o cooperativismo no Brasil.

Quanto às políticas públicas de habitação atuais faremos uma análise mais intensa no segundo capítulo, que se deterá neste assunto. Porém, teceremos uma crítica à política do BNH já que esta é fundamental para a compreensão dos vícios cooperativistas em relação à intervenção estatal nos processos de geração de lote urbanizados e moradias.

2.1A Legislação Brasileira e o Cooperativismo Habitacional

Com a edição do primeiro decreto, a considerar o assunto em 1903, se inicia o histórico da legislação brasileira no tocante ao cooperativismo. A primeira lei especialmente criada sobre o tema foi promulgada em 1907 e dava direito de criar sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. No decorrer dos anos o Brasil teve diversas alterações na sua legislação até a edição da Lei 5.764 em 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas, em vigor até hoje.

Segundo Bucci, esta lei vigente, “... reflete a tendência intervencionista do Estado forte da década de 70 de regular em pormenores e de forma imperativa a organização e o funcionamento das sociedades em geral...”¹. Na área do urbanismo é a década em que a concentração da população urbana supera a rural. Durante o “milagre brasileiro” se consolidam as metrópoles com milhões de habitantes à custa da desorganização das cidades, despreparadas para acolher tamanha demanda populacional e garantir-lhes habitação com o mínimo de dignidade. O reflexo disso foi à desordem urbana e por trás dela o caos urbano, plenamente visível na degradação ambiental e nas habitações miseráveis dos bairros pobres que se formavam no perímetro urbano e em áreas impróprias como nos morros.

Nos primeiros anos deste contexto, o Banco Nacional da Habitação (BNH) foi criado na década de 60. Vamos citar suas ações para entender melhor sua função em uma sociedade marcada pela especulação imobiliária e mascarada pelo incentivo a organização de cooperativas habitacionais durante os anos iniciais da ditadura civil-militar no Brasil.

O BNH é instituído com a Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964. A ementa desta lei dá uma idéia das ambições do governo em organizar e disciplinar o

¹Op. Cit. BUCCI, Maria Paula Dallari. p. 52.

financiamento público imobiliário: “Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH) e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências”. No que diz respeito ao setor habitacional, a história do cooperativismo brasileiro praticamente se inicia nesta data.

É importante entendermos as motivações político-ideológicas desta ação governamental no início de um processo ditatorial em nosso país. Considerada uma iniciativa mais vantajosa do ponto de vista econômico que social, o BNH surge num momento em que o novo regime tem que dar provas de que é capaz de lidar com problemas sociais das grandes massas pobres da nação, já despertadas politicamente pelo governo de João Goulart. Esta subdimensão do BNH e de seu sistema financeiro fica evidente em um trecho da correspondência enviada por Sandra Cavalcanti, principal idealizadora e primeira presidente do BNH, ao então Presidente da República, onde é encaminhada a proposta de criação do plano nacional de habitação e a sugestão de criação do BNH:

Aqui vai o trabalho sobre o qual estivemos conversando. Estava destinado à Campanha Presidencial de Carlos (Lacerda)², mas nós achamos que a Revolução[sic] vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter de nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívic³.

Dez anos mais tarde pôde-se perceber que, tanto na meta de “pacificação das massas” quanto na redução do déficit habitacional da população mais pobre, o sistema revelou sua incapacidade gerencial e operacional. O programa acabou por beneficiar gradativamente as camadas mais ricas que tinham capacidade de dar retorno aos empréstimos. Uma possível causa deste desfecho teria sido a confusão dos dados econômicos com os sociais.

Para Souza, “a principal causa do déficit habitacional é o fator renda, que não é suficiente para estimular o sistema a construir moradias em número adequado. O surgimento de favelas não se explica pelo déficit de moradia, mas pela falta de renda (...) sempre houve ‘crise de habitação’ para os oprimidos e explorados.”⁴ Fica constatado, então, que o objetivo social do BNH não logrou êxito e que acabou operando da classe média para cima. Isto fica mais

²Nota do autor.

³Carta transcrita em Berenice Guimarães Vasconcelos Souza, O BNH e a política do governo, tese de mestrado apresentada no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, mimeografado, agosto de 1974, p. 157.

evidente empiricamente nas precárias condições das moradias dos pobres brasileiros que parecem não ter avançado no tempo e estarem ainda vivendo em meados de 60.

Contudo o BNH acabou alcançando outro objetivo que foi o de estimular a indústria da construção civil no Brasil. Esta estava imbuída, unicamente, de princípios capitalistas e aproveitando as condições favoráveis de financiamento imobiliário geradas pelo BNH prosperou e acumulou muito capital e propriedades, o que acabou por reforçar ainda mais a especulação imobiliária⁵. Outra faceta resultante desta indústria é a construção de grandes conjuntos habitacionais distantes dos centros urbanos, gerando problemas quase insolúveis de transportes, de infra-estrutura urbana, de serviços de saúde, entre outros, sempre em prejuízo dos mais pobres.

Para encerrar esta crítica à política habitacional patrocinada pelo BNH, transcreveremos uma análise pertinente de Bucci⁶, que apresenta o contexto da especulação imobiliária na década de 60, e que pode ser tranqüilamente relida como atual, haja vista a realidade da questão atualmente. Observemos:

A lógica que regeu a implantação de conjuntos habitacionais nas grandes cidades brasileiras desde a criação do BNH e das Cohab's, na década de 60, partia do pressuposto que esses núcleos deveriam ser de grande dimensão e localizados no extremo da periferia. Desarticulada da política urbana, esta política de localização de conjuntos contribuiu para agravar os problemas urbanos, estendendo a área urbanizada para além do que seria necessário para abrigar a população, gerando custos elevados na implantação de infra-estrutura e equipamentos sociais, além de tornar necessária a criação de linhas de transporte coletivo deficitárias, submetendo o trabalhador ao sacrifício de longos percursos no trajeto local de moradia/local de trabalho.

Esta lógica é derivada da política do BNH e das Cohab's. Sem se preocupar com os custos indiretos gerados pela construção da habitação, com a qualidade de vida do morador e com o futuro da cidade, a intenção primeira foi gerar mais obras para as empreiteiras e manter o processo de especulação imobiliária, através da criação de novas zonas vazias entre a área já urbanizada da cidade e os novos conjuntos.

⁴Op. Cit. SOUZA, Berenice Guimarães Vasconcelos. p. 210.

⁵Especulação Imobiliária: Fenômeno que consiste na realização de investimentos privados em terrenos vazios, os quais aguardam a valorização que será produzida com o crescimento da cidade naquela direção. O trabalho do especulador resume-se a esperar os efeitos dos investimentos públicos em ruas e infra-estrutura urbana, que virão a valorizar o terreno. Ocorre desta forma a apropriação privada do investimento coletivo (público).

⁶Op. Cit. BUCCI, Maria Paula Dallari. p. 54-55.

Outra medida introduzida e utilizada pelo BNH que teve grande influência no desenvolvimento futuro das cooperativas habitacionais foi a criação dos INOCOOP's (Institutos de Orientação de Cooperativas). Com a finalidade inicial de prestar assistência técnica às cooperativas acabaram por se tornar intermediários destas, e até de seus associados, e o BNH, cobrando para isso até 5% do valor da construção, o que acabou por onerar ainda mais o custo das obras.

A criação dos INOCOOP's acabou ferindo um dos princípios fundamentais do cooperativismo, que é a gestão democrática da cooperativa pelos próprios associados, e inserindo intermediários em processos onde não havia a menor necessidade. Os associados e seus órgãos deliberativos acabaram reféns de um processo impositivo e se reduziram a meros executores de planos e decisões tomados sem sua plena participação, na suposição de falta de competência e incapacidade dos principais interessados. Como a obtenção do financiamento era condicionada a Cooperativa, esta acabou por se tornar mero instrumento das construtoras ou imobiliárias.

Este foi o triste legado deixado pelo BNH e por seus INOCOOP's à história do cooperativismo habitacional brasileiro. A forte interferência estatal desterrou os princípios rochdaleanos das cooperativas e ainda às instrumentalizou para atividades de empresas da construção civil de cunho capitalista. Assim foi durante as décadas de 60 e 70, até sua extinção em 21 de novembro de 1986, durante o governo Sarney, depois de prolongada crise financeira e sérios problemas estruturais, embora muitos acreditassem que uma reestruturação fosse possível e teria sido um passo mais acertado na direção de uma nova política para o setor habitacional brasileiro. Com sua extinção as suas funções foram transferidas para a Caixa Econômica Federal.

TIPOS DE COORDENADOR

Os coordenadores do grupo, juntamente com o Educador Popular, são peças fundamentais para que ocorra uma boa reunião. Eles farão parte de um processo formativo na prática que os projetará para outros espaços dentro da COOHABRAS, pois a experiência adquirida na coordenação do grupo possibilitará fazer o futuro acompanhamento das obras, a gestão do condomínio, a organização de outros grupos da cooperativa e a articulação da comunidade.

Um fator importante nessa relação interna dos grupos é que os coordenadores trabalhem articulados com o Educador Popular e com os Articuladores Sociais, mas estarão intimamente conectados aos cooperativados e precisam motivar todos a estarem sempre participando e tomando as decisões no grupo. Esta não é uma tarefa fácil, pois, assim como há diversos tipos de coordenadores, há também, diversos tipos de participantes, cada um com algo para contribuir de forma diferente, e essa diversidade no perfil das pessoas é o que mais enriquece o grupo e a COOHABRAS.

Coordenador Autoritário:

Características: Desconfiança e medo. Por causa disso se apega a autoridade e impõe suas decisões ao grupo, não levando em conta as opiniões dos membros. Com medo de ser contrariado trás tudo pronto para a reunião. Não delibera tarefas, e quando o faz é de forma impositiva. Não pergunta sobre os desejos dos membros. Quando alguém sugere algo logo coloca resistência a idéia nova, desestimulando a criatividade e o diálogo do grupo.

Coordenador Anárquico:

Característica: Insegurança, para ele tudo vale, tudo está certo, é desorganizado. Nunca prepara a pauta da reunião, e quando o faz é de última hora e mal feita. Não consegue conduzir o grupo, pois não transmite confiança. Pra ele(a) tudo é possível desde que não precise assumir compromissos. Geralmente chega atrasado para a reunião. Não trás os materiais necessários, esquece de tudo (hora, lugar, datas...).

Coordenador Democrático:

Característica: Confiança no grupo e em si mesmo. É organizado. Prepara e organiza a pauta do grupo em reunião com os demais membros da coordenação. Delibera as tarefas entre os membros da equipe, integrando a maioria nos trabalhos. Está sempre aberto ao diálogo e busca sempre o consenso nas decisões a serem tomadas. Conduz o grupo a partir das decisões coletivas. Fomenta permanentemente a participação de todos.

Coordenador Paternalista/Maternalista:

Característica: É um “paizão”, uma “mãezona”. Trata os membros

como crianças. Assume todas as tarefas para si, faz tudo, não deixa ninguém participar, pois duvida da capacidade do grupo. Manda. Não abre espaço para o surgimento de novas lideranças. Centralizador.

Qualidades de um coordenador:

1. Amor incondicional à classe trabalhadora;
2. Fidelidade;
3. Honestidade;
4. Humildade;
5. Disposição permanente;
6. Convicções firmes;
7. Espírito de sacrifício;
8. Solidariedade e Companheirismo;
9. Disciplina e dedicação;
10. Crítica e auto-crítica;
11. Leitura da realidade;

Tarefas de coordenador:

- Cooperação no bom andamento da reunião;
- Cumprimento da pauta estabelecida;
- Atenção e participação efetiva na discussão;
- Cumprimento dos objetivos da reunião;
- Ordem na vez de falar;
- Clareza na colocação de idéias;
- Respeito ao grupo;
- Assumir com convicção, boa vontade e eficácia as tarefas e responsabilidades...

Tipos de Participantes:

- Tagarela;
- Tímido;
- Questionador;
- Sabe-tudo;
- Sim-senhor;
- Avoado;
- Apressado;
- Nervosinho;
- Desanimado;
- Participante;
- Comprometido;
- Criativo;
- Sugestivo e Propositivo;

VIDA EM GRUPO: UM JEITO DIFERENTE DE VIVER.

Nós participamos de vários grupos na nossa vida cotidiana, mesmo sem perceber. Vejamos: a turma da escola, os colegas de trabalho, os irmãos da Igreja, a nossa família, entre tantos outros. E, de agora em diante, estaremos fazendo mais uma experiência de vida em grupo na COOHABRAS, no nosso Círculo de Cooperação ou Grupo de Incorporação. Nós aprenderemos que viver em grupo é um processo gostoso, quanto mais participamos, mais gostamos de estar com os outros que são iguais a nós.

Para entendermos melhor como isso funciona, vamos usar um exemplo. Vamos supor que estaremos fazendo uma viagem de ônibus e que o nosso ônibus está lotado, portanto, temos muitas pessoas junto conosco. A partir de agora podemos ir compreendendo a vida em grupo nessa comparação.

Primeiramente, precisamos de um motorista, pois sem ele o ônibus não sai do lugar, ele é nosso guia porque conhece a estrada, sabe dirigir e já fez esse trajeto antes, o que facilita muito a nossa viagem. No grupo é a mesma coisa, precisamos de alguém que nos ajude no processo, que nos guie, mas que nos leve onde queremos chegar. O motorista não define o destino da viagem, ele apenas conduz o grupo. Por isso, o motorista, nesse caso, se parece muito com o nosso Educador Popular e os nossos coordenadores de grupo, que ajudam a conduzir o grupo, que tomam decisão juntos conosco e não sozinhos.

Definido o motorista, precisamos ter clareza de onde queremos chegar: o nosso destino. No caso da viagem de ônibus, depois dessa definição é só traçar o caminho e ir para a estrada. Já no grupo da cooperativa temos certeza de onde queremos chegar que é dentro de casa. Por isso, nossa viagem para dentro de casa é uma viagem rápida, porque fazemos de forma coletiva. Isso porque o trabalho coletivo do grupo da cooperativa antecipa a realização do sonho da casa própria, já sabemos que o que levaria 50 anos fazendo sozinho, podemos fazer em 5 anos coletivamente. Porém, não podemos pensar que no caminho não haverá obstáculos, mas assim como pode furar um pneu do ônibus, acabar o combustível, entre outras coisas, e isso é fácil de concertar; no grupo também vai ser assim, as diferenças entre os participantes vão fazer emergir diferenças de como chegar ao objetivo. Longe de ser algo negativo, esses entraves de diversidade de pensamento ajudam a criar também uma diversidade de respostas ao mesmo problema, acelerando o ritmo do grupo.

É importante dizer que para chegar ao destino definido, podemos fazer vários trajetos, por isso, precisamos buscar o mais acessível que, geralmente, é o que leva menos tempo e seja o mais barato. No tema da casa própria o caminho mais barato e mais rápido é a cooperativa de habitação. Não existe outra experiência no nosso país que gera casa própria a preço de custo em

tão pouco tempo, tendo como ponto de partida a organização das pessoas em grupo. Por isso, estamos no caminho certo.

Durante a viagem de ônibus, o ambiente interno precisa ser dinamizado, porque ninguém gosta de participar de espaços que não sejam alegres e onde se é mal recebido. Na viagem pode-se pensar alguém para ser o animador, fazer brincadeiras, charadas, tocar um violão, enfim, ser alguém que faça o “tempo passar” até chegar ao destino. No nosso grupo nós temos os coordenadores que possibilita imprimir um jeito diferente de viver com os outros. Os coordenadores são responsáveis por pensar e executar os encontros juntamente com os Educadores Populares. Cabe a eles dinamizar os encontros, tornando o Círculo de Cooperação e o Grupo de Incorporação lugares bons de se viver o cooperativismo, tornando os nossos grupos um lugar e um momento de vivência solidária, da partilha da vida, das experiências e da construção de um novo mundo possível, onde os aprendizados ali adquiridos se disseminem nos outros espaços que vivemos.

Feito a viagem, cabe agora ao chegar no destino aproveitar ao máximo a estadia no lugar que escolhemos. No grupo depois de feita a caminhada mensal dos encontros do grupo, só resta entrar para dentro de casa. Casa coletiva, construída coletivamente. Nossa casa própria, nossa vida nova! Não há possibilidade de fazer todo o trajeto e não chegar ao destino, seria como admitir que alguém do nosso ônibus chegasse ao destino e não quisesse desembarcar, preferisse ficar dentro do ônibus. O mesmo acontece na COOHABRAS, não há possibilidade de fazer o caminho de acordo com as regras do nosso projeto e não acessar a casa própria. Isso é o combustível que nos move na direção da transformação de um Brasil que se caracteriza por desigualdades sociais em um país mais justo e solidário, onde todos os cidadãos retomam para si o direito a habitação e se tornam protagonistas de sua própria história.

Mas, não basta fazer a viagem e aproveitar o que o destino tem para oferecer. É preciso retornar e contar para os outros que ainda não foram até lá, que vale a pena passar por todos os percalços e momentos bons da viagem. Por isso, na COOHABRAS nós não fechamos as portas depois que o primeiro grupo realiza o sonho da casa própria, ao contrário, aproveitamos o êxito dessa experiência para fomentar a formação de novos grupos, em todos os lugares do Brasil onde ainda há pessoas sem casa e sem perspectiva de realização desse sonho.

Cada grupo da COOHABRAS tem que alimentar essa atitude ética de contar aos outros como que a cooperativa de habitação tem ajudado a aproximar as famílias brasileiras do seu maior sonho. É uma falta grave saber como acessar o direito à habitação via o projeto de cooperativismo habitacional e

através do processo de Educação Popular e não contar isso para ninguém. Esse é nosso caminho de volta, usando a comparação com a nossa viagem de ônibus.

O cooperativismo habitacional e a vida em grupo para a conquista da casa própria não é algo recente, já fazem 15 anos que é feito desta forma no Rio Grande do Sul na região serrana, com um foco grande em Bento Gonçalves e Veranópolis, tendo origem na experiência uruguaia de mais de 40 anos de cooperativismo habitacional da FUCVAN (Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua). Por isso, as pessoas que estão participando dos nossos grupos sabem que já fazem parte de um processo consolidado, porém, pouco divulgado e que agora encontrou o canal de multiplicação que se chama COOHABRAS.

Por isso, boa viagem a todos e todas e a gente se vê dentro de casa!

AUTOGESTÃO NA COOHABRAS

A COOHABRAS é uma cooperativa que abrange todo território nacional e não há como reunir todos os cooperativados em um mesmo espaço para discutir, refletir e deliberar, por isso, o desafio de viver a autogestão no cotidiano do empreendimento será enorme, mas possível. Para garantir espaços de discussão democráticos e uma gestão de todos a COOHABRAS está apostando numa metodologia que envolve Educação Popular, construção descentralizada e o “aprender fazendo”.

A metodologia consiste na formação de Círculos de Cooperação e Grupos de Incorporação. O Círculo de Cooperação é o espaço onde os cooperativados vão participar da cooperativa contribuindo para o desenvolvimento da mesma, mas, sobretudo contribuindo para o desenvolvimento do espaço onde estão se inserindo. Trata-se de um grupo motivado, organizado por um Articulador Social e acompanhado por um Educador Popular com o objetivo de arrecadar recursos financeiros, definir o modelo de imóvel a ser construído para o conjunto dos participantes e, principalmente, garantir um canal de comunicação e reflexão entre os cooperativados vinculados a determinada região.

A partir dos Círculos de Cooperação as pessoas se conhecem, estabelecem identidade (tendo em vista os interesses comuns) e criam relação de confiança. O Círculo de Cooperação oportuniza a participação de todos e, neste processo participativo, os sujeitos vão alinhavando os sonhos de moradia.

No Círculo de Cooperação as pessoas vão se reeducando e adquirindo novas representações sociais, novas leituras de mundo sobre as dificuldades e as alternativas para conseguir a casa própria. Esta mudança de representação é de suma importância para se romper com a lógica da aquisição de moradia de forma isolada. A descoberta de que o problema da falta da “Casa Própria” não é um problema individual, mas coletivo, faz com que se crie a consciência de que a solução também deve ser coletiva. Os Círculos de Cooperação são os instrumentos de autogestão e construção coletiva da COOHABRAS.

Depois de já estar participando dos Círculos de Cooperação, o passo seguinte é integrar aos Grupos de Incorporação. Todos os cooperativados que já depositaram quantidade suficiente de cotas-terreno⁷ para fazer parte

⁷É o valor depositado por cada cooperativado mensalmente para a aquisição de um lote ou fração ideal de terreno onde será construída sua moradia através da COOHABRAS. O valor é definido pelo próprio cooperativado de acordo com sua capacidade financeira.

de algum projeto arquitetônico em obras da COOHABRAS serão reunidas no Grupo de Incorporação. O Grupo de Incorporação é um coletivo de famílias que estão ligadas com uma obra específica da COOHABRAS, ou seja, já arrecadaram recursos suficientes para a compra do lote ou fração ideal de um lote e a partir de então vão construir suas moradias.

Os Grupos de Incorporação vão se organizando conforme a COOHABRAS vai adquirindo as áreas de terra e formatando os projetos arquitetônicos, com os recursos dos Círculos de Cooperação ou a partir de parcerias. Depois disso, os cooperativados com cotas-terreno compatível com os custos da obra vão se inscrevendo e compondo o Grupo de Incorporação.

Os Grupos de Incorporação, embora partes de um projeto maior, são autônomos para decidir sobre os rumos de seu projeto arquitetônico. A autogestão dos grupos é uma premissa da COOHABRAS. Cada grupo de cooperativados reunidos em seus Círculos de Cooperação poderá definir coletivamente onde deseja morar. Para isso serão efetuadas reuniões onde será pautada a análise de conjuntura com objetivo específico de compreender a dinâmica do mercado imobiliário local e as variantes deste mercado a fim de analisar as várias possibilidades que o grupo tem diante de sua capacidade financeira de compor a poupança conjunta, bem como analisar o projeto arquitetônico mais adequado para cada área de terra em questão. A escolha do local onde futuramente se construirá as moradias do grupo é uma escolha livre que os cooperativados poderão exercer de acordo com a poupança conjunta do grupo.

Para dinamizar o processo de autogestão micro e, mais adiante, interferir na autogestão macro, têm-se a figura do Educador Popular que por sua vez responde por um agente social fomentador e mobilizador do cooperativismo habitacional que contribui para a organização e acompanha os Círculos de Cooperação e Grupos de Incorporação da COOHABRAS. Para assumir tamanha responsabilidade, o educador popular passa por um processo de formação ministrado pela Diretoria Pedagógica da COOHABRAS a fim de aglutinar os conhecimentos necessários para trabalho e, depois de capacitado, é contratado.

Além do Educador Popular também há a figura do Articulador Social. Este por sua vez tem como compromisso divulgar a proposta da COOHABRAS para os mais diferentes públicos passíveis de interesse, por exemplo: igrejas, comunidades, empresas, Poder Público, associações, outras cooperativas, etc. O Articulador Social dissemina a proposta de organização coletiva, poupança conjunta e construção de moradias populares a fim de provoca e mobilizar adesões para a COOHABRAS. O Articulador Social também passa por um processo de formação ministrado pela Diretoria Pedagógica.

Embora a existência dos agentes sociais, sobretudo o educador popular, seja de suma importância na dinâmica da COOHABRAS (pois garantem um acompanhamento sistemático que deve ocorrer desde o começo da organização do grupo e permanecer até o final das obras), estes não devem assumir condição de protagonistas no processo de autogestão. As discussões e o consequente poder de decisão são dos coletivos autogestionário representados na figura dos Círculos de Cooperação. Estes terão o educador popular como um assessor com direito de voz, mas não de voto.

O processo de reunião e coordenação dos espaços de encontro autogestionário será feito pelos próprios cooperativados que devem reunir uma vez ao mês⁸ e se organizar delegando um coordenador e um secretário. O coordenador é responsável por organizar a pauta da reunião, garantindo transparência – sobretudo na prestação de contas (seja ela de cunho político ou referente ao projeto arquitetônico) e também é responsável em garantir que os encaminhamentos da reunião sejam resultados de um espaço democrático e participativo. O secretário tem como responsabilidade a documentação do grupo, assim precisa registrar as deliberações das reuniões em ata a fim de guardar as decisões do coletivo evitando distorções posteriores.

Os cooperativados precisam ter o cuidado de realizar reuniões produtivas – não interessa reunir por reunir. Assim é preciso organizar as reuniões a partir de três momentos: 1) Preparação da pauta; 2) Desenvolvimento da pauta; e 3) Encaminhamentos. A preparação da pauta deve ser feita antes da reunião – na convocatória da reunião já deve constar uma proposta de pauta. No início da reunião o coordenador deve consultar o restante do coletivo se estão de acordo com a proposta de pauta ou se tem algum ponto para incluir ou excluir. Tendo a aprovação de todos, o coordenador começa a reunião obedecendo a sequência da pauta. Dentre os pontos de uma pauta, os “informes” são um importante componente, pois se trata do momento que as pessoas socializam a participação (como delegados do grupo) em alguma atividade e/ou divulgam algum evento, etc. No segundo momento – desenvolvimento – as pessoas discutem os pontos da pauta de forma minuciosa. É o momento de opinar e garantir o direito de voz. Por fim, os encaminhamentos – trata-se de elencar as decisões resultadas da discussão anterior. É preciso muita atenção para este momento, pois às vezes, no calor das discussões, as pessoas se perdem e deixam de encaminhar os processos – isso desgasta o grupo. É necessário que a reunião acabe com questões definidas e encaminhadas, pois não há sentido uma reunião sem desdobramentos futuros. O coletivo é o pro-

⁸As reuniões mensais são livres, mas suas decisões, tomadas depois de ampla discussão e votação democrática são registradas em atas, e vinculam a todos, presentes ou ausentes. Por isso é importante estar presente e ajudar a decidir sobre a futura moradia e os trâmites da cooperativa. Quem não participa acaba delegando aos outros membros do grupo esta decisão.

tagonista e para que não se corrompa é preciso cuidados como garantir certa circularidade das pessoas nas condições de coordenador e secretário.

A partir destas reuniões, os cooperativados vão vivenciando a experiência autogestionária que aos poucos vai transcendendo a dinâmica da cooperativa para ser vivenciado também nos outros espaços que ele participa, com a família, a comunidade, o local de trabalho, configurando desta forma outro modo de ser e viver.

UMA ANÁLISE DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS

A análise dos sistemas construtivos é um momento onde as pessoas que participam da COOHABRAS vão se aproximar de diferentes perspectivas de moradia. Normalmente o que se tem em mente é a solução individual da falta de moradia e a imagem de uma casa isolada, desconectada das demais surge inconscientemente. Porém, nosso objetivo é reconstruir esta imagem na vida dos cooperativados e cooperativadas, fazendo com que compreendam que para o problema coletivo há uma solução coletiva.

Durante este encontro o Educador Popular precisa apresentar os sistemas construtivos com muita clareza. Fazendo com que os membros dos Círculos de Cooperação possam ter uma nova panorâmica sobre suas futuras moradias. Esta nova consciência é coletiva e coletivizante, ou seja, as pessoas vão perceber as vantagens de fazer obras onde cada um vai economizar se construir junto com os outros, e vai também estimular os demais a pensar assim.

Vamos analisar rapidamente algumas características e vantagens de três sistemas construtivos mais utilizados no Brasil e que a COOHABRAS quer estimular com alternativas viáveis e possíveis de ser construídas por nossa cooperativa habitacional.

CASAS: Quando se fala em casa-própria, logo temos uma imagem latente em nossa mente: uma casa em um terreno pra chamar de nossa. Essa idéia inicial é fruto de uma construção idealizada de que todos merecemos um lar. E isso é verdade. A Casa de nossos sonhos é um direito de todos e todas.

Na COOHABRAS podemos construir casas para cada cooperativado e cooperativada se houver uma área de terra que comporte lotes para cada membro do Círculo de Cooperação. Este modelo construtivo é viável e dá uma liberdade imensa para as famílias elaborarem projetos arquitetônicos diferenciados uns dos outros.

Mesmo em terrenos diferentes conseguimos baratear o custo dos imóveis com a compra coletiva de materiais de construção e com a contratação de empresas para construir várias casas (ou todas) do mesmo loteamento criado pelos Círculos de Cooperação.

Casa individuais são ótima alternativa para cidades pequenas que ainda dispõe de grandes volumes de terras a disposição para ser loteada.

SOBRADOS: Outro sistema construtivo coletivo que potencializa o terreno, uma vez que os sobrados são geminados, ou seja, um ao lado do outro, partilhando as paredes laterais. Este sistema é utilizado por grupos que tem a possibilidade de comprar uma área mediana, onde se pode contemplar os participantes do Círculo de Cooperação em sobrados geminados em blocos, com arruamento interno.

Por ser uma obra coletiva potencializa economias com compras em escala de materiais de construção e mão-de-obra. Os sobrados são ótima alternativa para terrenos em declive, podendo ser espalhados pelo lote e forma a ocupar o máximo do terreno.

Como tem dois andares, tem ótima iluminação e ocupam pouca área o que facilita sua multiplicação no projeto arquitetônico. Os sobrados podem ser uma ótima alternativa para cidades médias e pequenas.

APARTAMENTOS: Este sistema construtivo é muito visto sendo executado por grandes construtoras em nossas cidades. É um modelo muito comum e fácil de ser executado. Potencializa muito o terreno, pois subindo vários andares, pode-se contemplar com um lote muitas famílias.

A COOHABRAS tem intenção de utilizar o máximo possível de cada lote que adquirir. Portanto, a construção de prédios de apartamentos é um sistema construtivo muito especial para nossas famílias que tem dificuldade de juntar cotas-terreno, pois quanto mais apartamentos, menor é a cota-terreno necessária aos cooperativados.

A COOHABRAS tem em seu site alguns modelos de apartamentos para a visualização. É importante lembrar que são idéias para servir de inspiração. Os Círculos de Cooperação poderão fazer ajustes e sugestões se necessário.

Os apartamentos têm uma vaga de garagem cada e podem ainda ter espaços coletivos de convivência, como praças para as crianças e salão de festas com churrasqueiras.

Os apartamentos são uma ótima alternativa para cidades médias e grandes, onde a disponibilidade de terras urbanas já está escassa ou quase indisponível.

Estes sistemas construtivos demonstram a versatilidade e a diversidade que permeia a construção civil e a habitação popular. Eles nos dão novos rumos, novas perspectivas do que construir e como construir em conjunto no Círculo de Cooperação. Não precisamos ficar presos a sistemas construtivos

que reproduzem padrões que não satisfazem nossas necessidades. A COOHABRAS tem como objetivo inovar nos sistemas construtivos tornando-os mais baratos, mais amplos e mais rápidos de serem executados.

Neste encontro com o Círculo de Cooperação a principal idéia nova que tem que se materializar no final da reunião é que somos livres para inovar na COOHABRAS e que existem muitas formas de construir uma moradia de forma coletiva.

A força do grupo oportuniza a todos e todas ter sua tão sonhada casa-própria que poderá ser uma casa, propriamente dita, um belo sobrado ou um apartamento num lindo prédio. Qualquer uma das situações será resultado de um amplo debate sobre quais dos projetos se enquadra melhor na realidade local e na renda que o grupo dispõe.

Vários fatores interferirão nesta decisão, e não é uma decisão que se toma em um encontro. É preciso tempo para estas informações se tornar parte de cada cooperativado e cooperativada. Cabe ao Educador Popular conter a ansiedade dos participantes e dar um tempo para todos refletirem sobre as possibilidades que nasceram neste encontro.

Depois de alguns meses voltaremos a discutir este tema com o grupo e todos já terão amadurecido suas opiniões sobre qual seria o melhor sistema construtivo para seu Círculo de Cooperação. Neste dia as sugestões começarão a se transformar em um projeto arquitetônico e de engenharia que motivará a todos na sua participação mais efetiva no grupo.

Este é o papel da COOHABRAS, criar espaços de participação e auto-gestão onde os cooperativados e cooperativadas possam dar forma, cor e vida aos seus sonhos mais importantes. E o sonho da casa-própria é, sem dúvida, um destes sonhos.

CONHECENDO A HISTÓRIA DO CUB/M2

1 – O Custo Unitário Básico (CUB/m²): informações gerais (SINDUS-CON-MG).

1.1 – Origem

O Custo Unitário Básico (CUB/m²) teve origem através da Lei Federal nº 4.591 de 16 de dezembro de 1964. Em seu artigo 54, a referida Lei determina:

Art. 54: Os sindicatos estaduais da indústria da construção civil ficam obrigados a divulgar mensalmente, até o dia 5 de cada mês, os custos unitários de construção a serem adotados nas respectivas regiões jurisdicionais, calculados com observância dos critérios e normas a que se refere o inciso I, do artigo anterior.

Então, para complemento, é necessário observar as considerações estabelecidas pelo artigo 53 da Lei:

Art. 53: O Poder Executivo, através do Banco Nacional da Habitação, promoverá a celebração de contratos com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (A.B.N.T.), no sentido de que esta, tendo em vista o disposto na Lei nº 4.150, de novembro de 1962, prepare, no prazo máximo de 120 dias, normas que estabeleçam, para cada tipo de prédio que padronizar:

I - critérios e normas para cálculo de custos unitários de construção, para uso dos sindicatos, na forma do art. 54;

II - critérios e normas para execução de orçamentos de custo de construção, para fins de disposto no artigo 59;

III - critérios e normas para a avaliação de custo global de obra, para fins da alínea h, do art. 32;

IV - modelo de memorial descritivo dos acabamentos de edificação, para fins do disposto no art. 32;

V - critério para entrosamento entre o cronograma das obras e o pagamento das prestações, que poderá ser introduzido nos contratos de incorporação inclusive para o efeito de aplicação do disposto no § 2º do art. 48.

§ 1º O número de tipos padronizados deverá ser reduzido e na fixação se atenderá primordialmente:

a) o número de pavimentos e a existência de pavimentos especiais (subsolo, pilotis etc.);

b) o padrão da construção (baixo, normal, alto), tendo em conta as condições de acabamento, a qualidade dos materiais empregados, os equipamentos, o número de elevadores e as inovações de conforto;

c) as áreas de construção...

Portanto, estes dois artigos da Lei Federal 4.591/64 esclarecem três aspectos muito importantes:

1. A responsabilidade de calcular o CUB/m² é dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil;

2. Período para divulgação: os Sindicatos da Indústria da Construção Civil devem divulgar o CUB/m² até o dia 05 do mês, ou seja, o CUB/m² de janeiro deve ser divulgado até o dia 05 de fevereiro, o CUB/m² de fevereiro deve ser calculado e divulgado até o dia 05 de março e assim sucessivamente;

3. Cabe à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da Comissão de Estudo de Avaliação de Custos Unitários na Construção Civil (CE-02:139.13) do Comitê Brasileiro da Construção Civil (ABNT/CB-02), elaborar a Norma que estabelece a metodologia a ser adotada pelos Sinduscons de todo o país para o cálculo do CUB/m².

Assim, o CUB/m² passou, a partir da publicação de sua primeira Norma Brasileira (ABNT NB-140:1965), a ser calculado e divulgado todos os meses pela maioria dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil, atendendo as diversas especificações estabelecidas.

1.2 - Aparatos legal e técnico

Conforme detalhado anteriormente, o CUB/m² possui um aparato legal que é a Lei 4.591/64. Além dele, o CUB/m² também possui seu aparato técnico, conforme esclarecido pelo artigo 53 da referida Lei. Atualmente a Norma Brasileira que estabelece a metodologia de cálculo do CUB/m² é a ABNT NBR 12721:2006, portanto, este é o arcabouço técnico do CUB/m².

1.3 – Conceito

De acordo com o item 3.9 da Norma Brasileira ABNT NBR 12721:2006, o conceito de Custo Unitário Básico é o seguinte:

“Custo por metro quadrado de construção do projeto-padrão considerado, calculado de acordo com a metodologia estabelecida em 8.3, pelos Sindicatos da Indústria da Construção Civil, em atendimento ao disposto no artigo 54 da Lei nº 4.591/64 e que serve de base para a avaliação de parte dos custos de construção das edificações.”

O CUB/m² representa o custo parcial da obra e não o global, isto é, não leva em conta os demais custos adicionais. De acordo com a ABNT NBR 12721:2006, item 8.3.5:

“Na formação destes custos unitários básicos não foram considerados os seguintes itens, que devem ser levados em conta na determinação dos preços por metro quadrado de construção, de acordo com o estabelecido no projeto e especificações correspondentes a cada caso particular: fundações, submuros, paredes-diafragma, tirantes, rebaixamento de lençol freático; elevador(es); equipamentos e instalações, tais como: fogões, aquecedores, bombas de recalque, incineração, ar-condicionado, calefação, ventilação e exaustão, outros; playground (quando não classificado como área construída); obras e serviços complementares; urbanização, recreação (piscinas, campos de esporte), ajardinamento, instalação e regulamentação do condomínio; e outros serviços (que devem ser discriminados no Anexo A - quadro III); impostos, taxas e emolumentos cartoriais, projetos: projetos arquitetônicos, projeto estrutural, projeto de instalação, projetos especiais; remuneração do construtor; remuneração do incorporador.”

1.4 – Objetivo

O objetivo básico do CUB/m² é disciplinar o mercado de incorporação imobiliária, servindo como parâmetro na determinação dos custos dos imóveis. Em função da credibilidade do referido indicador, alcançada ao longo dos seus mais de 40 anos de existência, a evolução relativa do CUB/m² também tem sido utilizada como indicador macroeconômico dos custos do setor da construção civil. Publicada mensalmente, a evolução do CUB/m² demonstra a evolução dos custos das edificações de forma geral.

1.5 - A Evolução Normativa

Desde a sua criação, o CUB/m² já passou por algumas alterações normativas.

ABNT NB-140:1965: Norma original elaborada para atender a Lei 4.591/64 e disciplinar as incorporações imobiliárias.

ABNT NBR 12721:1992: Esta norma atualizou os acabamentos dos projetos-padrão da ABNT NB 140:1965 sem alteração dos projetos-básicos da década de 60. Incorporou, ainda, novos lotes básicos de insumos (material e mão-de-obra).

ABNT NBR 12721:1999: Através desta Norma introduziram-se no cálculo do CUB/m² os projetos comerciais (salas, lojas e andares livres), casa popular e galpão industrial. Mantiveram-se os projetos habitacionais antigos.

ABNT NBR 12721:2006: A maior revisão da Norma desde a sua criação, com a introdução de novos projetos-padrão e novo lote básico. Foi uma ampla revisão, que será detalhada posteriormente neste trabalho, e que entrou em vigor em 01/02/2007.

O Sinduscon-MG, através de sua Assessoria Econômica, participou ativamente de todos os processos de revisão e/ou atualização desta Norma, compondo e/ou coordenando as Comissões de Estudos, no âmbito da ABNT.

2 - A ABNT NBR 12721:2006

A ABNT NBR 12721:2006 foi publicada no dia 28 de agosto/2006 e é resultado de um amplo processo de revisão da Norma anterior, a ABNT NBR 12721:1999. Esta revisão iniciou-se em maio/2000 e foi de grande importância para o setor da construção civil. Resultado de mais de seis anos de estudos técnicos e de amplas discussões no âmbito da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e suas entidades filiadas, envolveu todos os agentes do mercado imobiliário nacional. Ela mantém os conceitos teóricos básicos anteriores, mas apresenta profundas alterações em seu conteúdo, em função da sua obrigatória adaptação ao disposto na legislação e aos novos projetos arquitetônicos atualmente praticados.

A revisão da Norma buscou a modernização do CUB/m² e a melhor adaptação à atual realidade dos novos insumos, novas técnicas e tecnologias, novos índices de produtividade, enfim, do atual processo construtivo nacional, uma vez que a antiga Norma baseava-se nos processos construtivos de 1964. E, sem dúvida alguma, de lá para cá, muita coisa mudou.

Entre as principais alterações introduzidas estão os novos projetos-padrão. Novos projetos arquitetônicos, estruturais e de instalações. Além disso, ocorreu a adaptação às novas legislações urbanas; solos; terrenos definidos; projetos diferentes para cada padrão de acabamento; inexistência de diferenciação pelo número de quartos; novo lote básico de insumos e introdução de metodologia de orientação para a coleta de preços do CUB/m².

Os projetos-padrão foram totalmente refeitos, sem qualquer ponto de equivalência ou semelhança com os projetos anteriores. Foram considerados os aspectos do mercado atual de edificações na definição dos projetos arquitetônicos, levando-se em conta que a Norma, por ter abrangência nacional, deve procurar consolidar um projeto que atenda as inúmeras legislações municipais.

Em 01/02/2007 entrou em vigor a Norma Brasileira ABNT NBR 12721:2006, estabelecendo uma completa alteração na Norma anterior (ABNT NBR 12721:1999). O processo de revisão, que resultou na Norma hoje em vigor, atendeu antiga aspiração do setor e da sociedade. Para a sua realização ocorreu a interação de toda a cadeia produtiva da construção e agentes afins.

TABELA DE COMPARAÇÃO ENTRE DIVERSOS TIPOS DE FINANCIAMENTO

	SAC	Banco Privado	Banco privado fixo	Banco público	Consórcio c/ sorteio	Consórcio c/ lance	Cooperativa de crédito
Valor financiado	R\$ 100.000	R\$ 70.000	R\$ 70.000	R\$ 70.000	R\$ 38.158	R\$ 38.158	R\$ 70.000
Prazo recebimento crédito	6 a 36 meses	1 a 2 meses	1 a 2 meses	1 a 2 meses	180 meses	1 a 2 meses	1 a 2 meses
pagamento antecipado	R\$ 3.600	R\$ 1.400	R\$ 1.400	R\$ 1.400	R\$ 61.500	R\$ 342	Variável
pagamento contrato	R\$ 100	R\$ 36.000	R\$ 36.000	R\$ 36.000	R\$ 6.342	R\$ 67.500	R\$ 36.000
pagamento posterior/mês	R\$ 378	R\$ 833	R\$ 1.170	R\$ 833	R\$ 342	R\$ 342	R\$ 690
Seguro obrigatório	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Entrada poupança	Zero	30%	30%	30%	Zero	65%	30%
Taxas de juros	Zero	12%	18%	12%	Zero	Zero	12%
Renda Familiar	R\$ 1.134	R\$ 2.499	R\$ 3.510	R\$ 2.499	R\$ 1.026	R\$ 1.026	R\$ 2.070
Comprovante de renda	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Correção monetária	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Taxa de abertura de crédito	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Custos de escritura	Ind. Crédito	Á vista	Á vista	Á vista	Á vista	Á vista	Á vista
Custos de documentos	Ind. Crédito	Á vista	Á vista	Á vista	Á vista	Á vista	Á vista
Custo total	R\$ 137.880	R\$ 331.280	R\$ 452.600	R\$ 331.280	R\$ 123.120	R\$ 123.120	R\$ 278.400
Custo total/ financiamento	137.88%	430.40%	603.71%	430.40%	595.99%	161.33%	397.71%
Recursos	Públicos	Privados	Privados	Públicos	Privados	Privados	Privados
Finalidade da operação	Social	Econômica	Econômica	Econômica	Econômica	Econômica	Cooperativista

QUESTÃO DA MORADIA NO BRASIL E O DÉFICIT HABITACIONAL

Os problemas habitacionais brasileiros não surgiram há pouco tempo, eles foram se construindo juntamente com a longa história do nosso país. E é exatamente por isso que eles tomaram a dimensão atual atingindo milhões de famílias segundo dados dos institutos de pesquisa sobre o tema.

O que nós precisamos saber é como podemos enfrentar esse problema social e conhecer melhor como ele é composto, compreendê-lo como uma situação concreta na vida das pessoas, mas possível de ser superada. Para tanto, estaremos descrevendo alguns dados que nos permitirão uma aproximação do tema habitacional nos ajudando a construir as alternativas contra esse problema e auxiliando no entendimento da COOHABRAS como uma possibilidade real de enfrentamento e superação do déficit habitacional.

O artigo 6º da Constituição Federal do Brasil descreve os nossos direitos sociais e entre eles está o da habitação (além da habitação constam a educação, segurança, trabalho, lazer...). É importante salientar que o direito a habitação somente entrou nos direitos sociais no ano de 2000 (Emenda Constitucional nº 26, em vigor desde 14 de fevereiro de 2000), ou seja, havia um entendimento no ano em que foi promulgado a nossa Carta Magna que o direito a casa própria não era um direito fundamental, ou entendido como um direito de segunda ordem.

Hoje, no Brasil, o déficit habitacional atingiu números estratosféricos. No ano de 2009 faltavam cerca de 6,273 milhões de domicílios, segundo a Fundação João Pinheiro e uma projeção da Fundação Getúlio Vargas prevê um déficit de 21 milhões de moradias para o ano de 2023, isso sem falar dos mais de 1,5 milhões de pessoas que residem em áreas de risco irregulares. Isso significa que a cada ano que passa o problema vai se agravando ainda mais.

O Déficit Habitacional precisa ser analisado em dois segmentos distintos:

1. O déficit habitacional, que é entendido como a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais específicos de habitação;
2. A inadequação de moradias, que reflete problemas de qualidade de vida dos moradores que não se relacionam ao dimensionamento do estoque de habitações.

O conceito de déficit habitacional está ligado às deficiências do estoque de moradias. Engloba tanto aquelas moradias sem condições de ser habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de ter sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas, quanto à necessidade

de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não-habitacionais. Portanto, o déficit habitacional pode ser entendido como “déficit por reposição do estoque” e como “déficit por incremento de estoque”.

O “déficit por reposição do estoque” refere-se aos domicílios rústicos, acrescidos de uma parcela devida à depreciação dos domicílios existentes. Os domicílios rústicos não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto para seus moradores e risco de contaminação por doenças e devem, portanto, ser repostos. A depreciação do domicílio está relacionada ao pressuposto de que há um limite para a vida útil de um imóvel.

O “déficit por incremento de estoque” contempla os domicílios improvisados e a coabitação familiar. O conceito de domicílios improvisados engloba todos os locais destinados a fins não-residenciais que sirvam de moradia, o que indica claramente a necessidade de novas unidades domiciliares. O componente coabitação familiar compreende a soma das famílias que vivem junto a outra família em um mesmo domicílio e das que vivem em cômodos cedidos ou alugados.

A esses dois componentes agrega-se ainda o “ônus excessivo com aluguel”, que corresponde ao número de famílias urbanas, com renda de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel.

A análise destes dados nos permite ainda saber que aproximadamente 90% do déficit habitacional está situada nas famílias que tem renda mensal menor que três salários mínimos e se elevarmos esse índice a cinco salários mínimos, atingiremos 96% do déficit.

Essas informações nos dão uma panorâmica da realidade habitacional em nosso país, porém, conhecer os dados de nada adianta se não pensarmos formas organizadas de enfrentar e superar o déficit para construir um novo Brasil, temos que utilizar essas informações como dado complementar para a construção de um grande projeto nacional.

Uma alternativa que já está testada e aprovada há mais de 15 anos é a cooperativa de habitação. Através dela muitas famílias já conseguiram realizar o sonho da casa própria de forma mais barata, mais rápida e mais ampla. A região serrana do Rio Grande do Sul desenvolve sistematicamente o processo de organização de grupos cooperativistas que contribuem mensalmente para uma poupança conjunta e, a partir dela, adquirem um lote e constroem suas

casas, sobrados ou apartamentos. Essa experiência gaúcha é herdeira da experiência uruguaia, onde há mais de 40 anos se trabalha a superação do déficit habitacional a partir do processo cooperativo.

Essa forma bem sucedida de organizar as famílias para resolver os problemas coletivos foi sistematizada e resultou num movimento que pretende atingir o Brasil inteiro através de uma cooperativa de habitação que reúna todos os interessados em ter a sua casa através da participação de um grupo que se encontra para partilhar a vida e construir alternativas. Esses grupos são chamados de Círculos de Cooperação, pois são espaços onde todos tem o mesmo compromisso e as relações internas no grupo são horizontais. É um espaço onde prevalece o diálogo, o respeito mútuo, a cooperação. É o início de uma caminhada de transição do individual para o coletivo.

A COOHABRAS é esse espaço para as pessoas que ainda não conquistaram a sua casa, ela foi desenvolvida para disseminar no país esse processo organizativo que possibilita as pessoas a terem seu direito constitucional respeitado e garantido: o direito a habitação.

Atualmente, através de sistemas alternativos de crédito e da organização da cooperativa de habitação é possível construir moradias a preço de custo e com parcelas que cabem no orçamento das famílias de baixa renda. Isso hoje é uma realidade, é um sonho realizado, pois permitirá que muitas famílias acessem a sua casa através destes modelos organizativos alternativos.

Um desses modelos alternativos é a AFTB (Associação Frutos da Terra Brasil) que já contemplou muitas famílias com crédito sem juros. Desde 2007 já foram mais de 170 famílias num montante que ultrapassa 10 milhões de reais. A AFTB acredita no processo cooperativista habitacional e apóia a organização de grupos a partir de seus associados e nas suas áreas de atuação em todo o Brasil. É agregando forças sociais como as da COOHABRAS e da AFTB que vamos tecendo uma rede social forte, com soluções práticas e viáveis para os problemas sociais.

A casa própria é uma conquista e deveria ser para todos. É um direito que está garantido nos mais altos códigos e leis, no Brasil e no mundo, porém, ainda é muitas vezes desrespeitado. Como direito fundamental, a habitação é afirmada como uma necessidade, mas não é dito como o Estado (âmbitos federal, estadual e municipal) vai fazer para garanti-lo. A casa é um direito de cidadania, portanto, para sermos cidadãos completos precisamos ter casa, isso é um imperativa para o exercício pleno da nossa cidadania.

A casa é o espaço onde fazemos a vivência da nossa cultura, ou seja, nosso modo próprio de vida, que é diferente em cada parte do nosso país.

Há lugares que privilegiam um espaço maior de convivência na sala, outros preferem cozinhas grandes, outros pintam a casa de amarelo, de verde ou de branco. Enfim, a nossa casa é reflexo dos nossos gostos e preferências culturais. Mas, quando não temos a nossa casa própria, quando moramos de aluguel ou habitamos uma casa com outras pessoas, não podemos expressar a nossa cultura, não podemos modificar nossa casa, ajustar ao nosso jeito de ser e viver. Não nos identificamos com ela, apenas temos um endereço fixo, mas isso não resolve a questão de nossa identidade cultural.

Outro fator importante para nossa análise é que a casa é o lugar para ser feliz. Seria ingenuidade pensar que haverá um dia um lugar onde seremos felizes. Não é assim! O tempo e o lugar para ser feliz é aqui e agora. E esse aqui significa a nossa casa. Mas, então, surge a pergunta: se o meu aqui não é meu, como posso ser totalmente feliz? A resposta é simples: temos momentos de felicidade, mas ela não é uma felicidade por inteira nem constante. A realização dos sonhos é que nos dá felicidade de verdade, uma felicidade que permanece em todos os momentos, isso nós conseguimos quando entramos na nossa casa, no nosso lugar para ser feliz.

Enfim, casa é nossa luta. Casa é o que nós merecemos como cidadão e cidadã brasileiros. É por isso que estamos aqui e sabemos o que temos que fazer para conquistar esse direito.

SER HUMANO E MEIO AMBIENTE

Para início de conversa vamos estabelecer um entendimento do que significa o meio ambiente e qual a compreensão que temos do ser humano. Acreditamos que dessa forma poderemos ir nivelando o nosso conhecimento e construindo uma sintonia em relação ao que devemos e podemos fazer em defesa ao meio ambiente no nosso cotidiano.

Provavelmente, pouco de nós tem uma opinião formada para responder a pergunta: o que é o ser humano? Isso porque esta é uma questão que trata daquilo que somos como pessoa, como indivíduo. A verdade é que somos todos inacabados, nunca estamos prontos, estamos sempre aprendendo e nos tornando cada vez mais humanos. O ser humano é um ser de relações, é com os outros que ele se completa, cria redes, dialoga sobre a vida e os sonhos. Deste modo, temos um ser humano que é um projeto em construção, é dinâmico, aberto as múltiplas experiências cotidianas.

O mesmo acontece com a compreensão de meio ambiente. De modo geral, as pessoas consideram como parte do meio ambiente as árvores, os animais, as pedras, rios e mares, e não incluem as pessoas. Na verdade, o meio ambiente é composto por vários elementos, o que inclui os naturais, os culturais, os sociais, os econômicos, entre outros. Desta forma, a compreensão de meio ambiente se expande para tudo o que existe, tudo o que faz parte da realidade.

O que precisamos saber é que por muito tempo se trabalhou de forma desconectada a realidade natural da realidade cultural. Hoje essa compreensão está sendo superada aos poucos e sendo substituída por uma visão de realidade que congrega esses vários aspectos. Além disso, nunca houve tanta preocupação com a defesa do meio ambiente como nos tempos atuais. Vivemos num tempo de grandes mudanças climáticas, também chamado de aquecimento global.

Para podermos entender melhor essa realidade e as transformações que estão ocorrendo, podemos partir das seguintes afirmações:

1. **A crise ambiental é uma crise civilizatória:** o problema é a maneira que as pessoas passaram a se relacionar com a natureza há vários anos, ou seja, é uma herança que recebemos pela má gestão dos recursos naturais não-renováveis do planeta. Isso se deveu a compreensão de que a natureza era um objeto para uso das pessoas (antropocentrismo) e ela estaria sempre se renovando e que os recursos seriam infinitos.
2. **Produção e consumo:** o mito do desenvolvimento infinito pela produção de bens de consumo deu a humanidade a ideia de que era possí-

vel e sustentável um modo de vida centrado no consumo irresponsável e na criação permanente de falsas necessidades. Com isso, tudo se tornou descartável, provisório, substituível a todo o momento pelo novo modelo mais avançado. O que acontece é que só uma parte das pessoas acessa a última versão, o restante fica excluído.

3. **Deterioração e preservação:** Apesar de termos percebido muitas ações do ser humano para a preservação do meio ambiente, foi no momento de crise que se começou a pensar num movimento permanente de transformações dos modos de vida e de produção que gerasse um impacto menor na vida do planeta, percebendo os limites do crescimento e o esgotamento dos recursos naturais não-renováveis.
4. **Direito ao Meio Ambiente como Direito Humano:** devido a importância de termos um ambiente sadio para a garantia da vida das pessoas e do planeta, muitos encontros se realizaram ao longo dos anos para discutir alternativas. Depois de muitas discussões o Meio Ambiente foi alçado a categoria de Direito Fundamental, ou seja, entrou para o grupo dos mais importantes direitos dos seres humanos, sem distinção. Apesar disso, infelizmente, isso não é o bastante para que tenhamos esse direito garantido, pois eles dependem de ações do Estado e da sociedade civil organizada para sua efetivação. Cada um em que fazer a sua parte.
5. **Países ricos e países pobres:** há uma incompatibilidade entre o desenvolvimento centrado na economia de mercado e a preservação do meio ambiente devido ao modo de produção capitalista instaurado nas grandes economias mundiais. Enquanto isso, nos países pobres a incompatibilidade entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento passa pela escassez de recursos para a aplicação neste campo. O que é convergente nos dois espaços é a dificuldade de implantação de legislação específica e de uma política pública de meio ambiente que seja eficiente.
6. **Aspectos formais e jurídicos:** pela complexidade do tema do meio ambiente e a gravidade dos problemas ambientais que precisam ser superados para salvar o planeta, porém, a simples constituição de leis e códigos não nos permite um cenário tranquilo sobre a temática. É preciso construir uma consciência ecológica e cidadã que permita integrar a necessidade de defesa e proteção da natureza com a participação do cidadão na preservação da realidade que está inserido.
7. **Educação ambiental:** o enfrentamento da crise ambiental é uma luta para onde convergem vários aspectos da vida social. Talvez um dos mais importantes é a contribuição que a Educação pode dar nessa mudança da consciência das pessoas. Em nenhum outro espaço social nós

permanecemos sistematicamente tanto tempo como na escola, por isso, ela precisa estar atenta ao seu entorno para problematizar a questão ambiental com os educandos. Para isso, precisamos de processos formativos de educadores que conheçam e dialoguem com os educandos sobre os problemas e construam alternativas locais de superação destes problemas socioambientais.

- 8. Ética da responsabilidade:** a capacidade reflexiva do ser humano possibilita pensar antes de agir, ponderar sobre valores e tomar decisões, portanto, toda ação humana consciente gera uma responsabilidade. Nós somos responsáveis por todas as nossas ações (e também por nossas omissões), e pelas conseqüências que elas venham a ter de forma indireta. A ética que vai perpassar essa nova consciência ecológica é a ética da responsabilidade, que nos ensina a agir com responsabilidade frente aos outros e ao planeta.

Poderíamos enumerar muitos outros fatores que estão relacionados nessa teia ambiental, mas para início de conversa já temos um panorama sobre a problemática. Cabe a cada um de nós buscar mais informações e conhecer cada vez mais os problemas atuais sobre o nosso modo de vida e sobre o impacto dele no planeta.

A nossa cooperativa de habitação tem um compromisso com o meio ambiente e entende que é preciso disseminar práticas socioambientais dentro de seus grupos organizados. Por isso, todas as pessoas precisam pensar em fazer a sua parte e os grupos precisam projetar ações que contribuam na defesa da natureza e na construção de um meio ambiente sadio.

No entendimento da COOHABRAS, o direito ao meio ambiente está conectado ao direito a habitação, bem como a todos os outros direitos fundamentais. O que nos impulsiona a construir uma rede nacional de defesa dos nossos direitos, divulgando os documentos dos grandes encontros sobre meio ambiente (como a Carta da Terra e o Tratado das Sociedades Sustentáveis) e construindo a nossa agenda ambiental para que as obras da nossa cooperativa de habitação estejam de acordo com o que há de mais avançado nas técnicas e projetos de preservação ambiental.

As questões relativas ao meio ambiente vão se inserindo nos debates da COOHABRAS gradativamente até construirmos uma sintonia fina com o texto e as proposições da Carta da Terra que é um documento internacional de denúncia das problemáticas socioambientais e de anúncio de uma nova relação dos seres humanos com o meio ambiente. Além disso, vamos construir nossa própria Agenda Socioambiental demonstrando nossa predisposição a ajudar a preservar o meio ambiente e construir um novo mundo.

GÊNERO E COOPERATIVISMO HABITACIONAL⁹

O conceito de gênero surge como uma tentativa de explicar as desigualdades e as relações de opressão existentes entre homens e mulheres ao longo da história, para além das explicações até então existentes, que relacionavam essas diferenças exclusivamente com as classes sociais, ou com a psicologia dos indivíduos, ou simplesmente por diferenças biológicas.

O conceito de gênero mostra que, a partir das diferenças biológicas se criam comportamentos, valores e atributos para homens e mulheres, que caracterizam o feminino e o masculino socialmente aceitos. São padrões que variam de acordo com a sociedade em cada período histórico. Este conceito indica que a desigualdade de gênero é uma construção cultural e histórica que não pode ser justificada como parte da natureza de cada indivíduo. Dessa forma, é possível modificá-lo, o que implica “desconstruir” estes valores e reconstruir novos, partindo dos princípios da equidade e igualdade social e respeitando as diferenças anatômicas e fisiológicas.

Já faz algum tempo que se utiliza a ideia de “relações de gênero” para fazer referência ou para explicar as relações existentes entre homens e mulheres. Há vários espaços de debate sobre a terminologia gênero e até nossos dias não há uma visão unívoca acerca do tema, visto a sua complexidade. Os movimentos feministas e organizações de mulheres adotaram este conceito por entenderem que ele seria uma ferramenta útil e adequada para mostrar as origens e as formas de manifestação das desigualdades entre homens e mulheres, ajudando a pensar formas de superá-la. No entanto, em muitas lutas e espaços sociais ainda se confunde “questões de gênero” com “questões de mulheres”.

Isso é problemático, principalmente porque tende a situar a desigualdade existente na sociedade como problema localizado em um dos sexos (o problema das mulheres), ocultando a relação entre os gêneros, que é complexa e composta de vários componentes.

O conceito de gênero é atualmente utilizado de várias formas, às vezes complementares e outras conflitantes entre si:

- **Como categoria descritiva:** nas universidades e em instituições de pesquisa acadêmica com frequência se utiliza o conceito de gênero como um conceito descritivo. A preocupação está em descrever como vivem os homens e as mulheres, quais são seus costumes e como se

⁹ Texto do Centro de Educação e Assessoramento Popular – CEAP do Rio Grande do Sul, que compõe o Caderno Temático nº 1, de elaboração de Elenice Pastore, Angelita Maria Weber e Nilva Rosin. A presente versão é parte do texto com algumas adaptações feitas por Ivo Dickmann.

organizam. Esta é uma forma importante de valorizar e dar visibilidade às relações, mas é insuficiente porque não analisa as causas e as conseqüências que esta relação traz para a sociedade como um todo.

- **Categoria analítica:** esta categoria ajuda a entender como e porque os fatos ocorrem, porque socialmente as pessoas estruturam suas relações de uma ou de outra forma. Ecas podem querer ou não querer mudar. Aí surgem questões como: as mulheres são uma categoria social? As mulheres de diferentes segmentos sociais (ricas, pobres, brancas, negras, indígenas...) tem os mesmos interesses? Como as relações de gênero podem explicar as relações entre diferentes etnias, raças e classes?
- **Ferramenta política e instrumento de luta:** há contradições entre mulheres e homens, mas elas também existem entre mulheres, entre classes e entre etnias diferentes. Portanto, a luta pelo fim das desigualdades de gênero deve ser combinada com outras lutas para garantir conquistas de direitos e oportunidades para todas as pessoas. Todas estas contradições devem ser entendidas, articuladas e trabalhadas na perspectiva de forjar alianças possíveis na luta contra todas as formas de opressão e pela libertação integral.

Deste modo, gênero é uma expressão culturalmente determinada da diferença sexual que questiona os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens, permitindo uma compreensão do ser mulher e do ser homem como uma construção simbólica. A noção de gênero parte da ideia que os papéis e as identidades de homem e de mulher se definem dentro de uma determinada cultura, o que significa que a posição de cada sexo não é construída biologicamente, mas sim, culturalmente, relaciona-se gênero a existência de desigualdades nas relações entre sexos e posição inferior que a mulher ocupa nestas relações.

As relações de Gênero estão baseadas essencialmente na hierarquia, que supõe a dominação masculina, de tal forma que o masculino sempre fique supervalorizado em relação à mulher que atua em relativa subordinação ao homem. Esta hierarquização sexual se materializa em sistemas sociais e políticos patriarcais. O patriarcado estabelece uma hierarquia entre os sexos na qual homem é concebido como um ser superior, que domina o ser considerado inferior, a mulher.

É importante perceber que os comportamentos e atributos definidos para homens e para mulheres, a partir das definições de cada sociedade sobre gêneros, passam a ser naturalizados naquela sociedade, representadas através da relação estabelecida entre o feminino e masculino. Isto quer dizer que as diferenças entre os gêneros passam a ser aceitos como “da natureza” dos homens e das mulheres, e não como construções sociais e históricas.

A divisão sexual do trabalho expressa uma das formas de tornar natural o que se constituiu culturalmente, definindo-se socialmente que alguns tipos de trabalhos e tarefas são atribuídas aos homens e outras as mulheres. Para as mulheres é reservada a esfera da reprodução, não só biológica (gravidez e lactação), mas da casa, como atividades domésticas. Portanto, cabe-lhe cuidar da prole e da família. Esta é a esfera privada, também chamada de esfera doméstica. E aos homens cabe cuidar da produção e do mundo público (negócios, bens, propriedade, política).

Somos diferentes biologicamente, mas o padrão cultural e as normas se estendem muito além disto. Dessas diferenças biológicas derivam uma série de características “típicas” das mulheres: mais intuitivas, dispersas, afetivas, emotivas, voltadas par o lar..., e dos homens: objetivos, organizados, voltados par ao público, a grandes questões de gestão social. Tais características básicas estabelecidas são esperadas em nossa sociedade para quem nasce menino ou menina, sob o peso de severas sanções aos transgressores. E os símbolos e instituições sociais, influenciados historicamente pela sociedade patriarcal, favorecem para a manutenção de relações desiguais expressas na relação dominador (homem) e dominada (mulher).

Nascemos com características biológicas próprias de masculinidade e feminilidade. Estas caracterizam e diferenciam os sexos masculino e feminino. Muitas vezes, essas diferenças biológicas entre os sexos são confundidas com as características femininas e masculinas construídas socialmente nos diferentes contextos culturais. Aí se encontra a justificativa histórica para a inferioridade das mulheres em relação aos homens, com uma compreensão essencialmente biológica e natural, mas ambígua, que “naturaliza” o que foi criado cultura e historicamente.

Nesta análise a construção do conceito de feminino e masculino implica em significações e valores que estão de acordo com a visão de mundo, podendo instituir a diferença entre os corpos biológicos em fundamento objetivo da diferença entre os sexos, no sentido de gêneros construídos como duas essências sociais hierarquizadas. Esta visão de mundo, organizada em forma de divisão de gêneros relacionais masculino e feminino, institui o sexo masculino como símbolo da superioridade e o feminino como símbolo da fragilidade.

No quadro a seguir podemos entender melhor a diferença entre gênero e sexo:

SEXO	GÊNERO
É biológico	É uma construção social
Nascemos com ele	Não nascemos com ele
Não pode ser mudado integralmente	Pode ser revisto
Exemplo: somente as mulheres podem dar a luz, somente homens podem fecundar.	Exemplo: mulheres e homens podem ser professores, engenheiros, ambos podem cuidar de crianças e idosos.

Por todos esses motivos que dentro da COOHABRAS nós precisamos reconstruir as relações sociais de gênero, redimensionando as nossas atitudes, revendo nossos valores e contribuindo para a construção de um Brasil mais equitativo entre homens e mulheres, além de respeitar todas as opções e orientações sexuais em suas mais diversas manifestações. Esse é nosso desafio, mas também é o que nos coloca em movimento.

AS JUVENTUDES DO BRASIL

Quando vamos falar da identidade da juventude, temos que perceber as diversas expressões de juventudes¹⁰ que estão presentes hoje, mas em especial em duas dessas expressões o aspecto local é determinante: a cidade e o campo. Há uma dualidade entre essas duas, ao contrário do que se tem a impressão algumas vezes de que há uma dicotomia entre elas.¹¹

Nessa mesma dimensão, percebemos que a dimensão que caracteriza esses dois espaços é a questão do trabalho. Trabalhar no campo é diferente de trabalhar na cidade. A proximidade e a lida com a terra é uma relação que não tem na cidade, isso é parte da identidade das pessoas do campo: semear, cuidar, colher, partilhar. O deslocamento diário de casa para o trabalho, a convivência em bairros ou conjuntos habitacionais multifamiliares, são experiências que só os jovens da cidade fazem cotidianamente.

Campo e cidade são matrizes centrais para entender as juventudes, depois delas podemos desdobrar em outras que vamos tentar expor mais adiante. Porém, as outras categorias que nos auxiliam na compreensão da juventude precisam ser conhecidas por nós para podermos dialogar com as diferentes concepções. Para isso, traçaremos brevemente algumas noções e compreensões sobre juventude a partir de pesquisas realizadas sobre a juventude brasileira e sobre a concepção de alguns organismos internacionais e nacionais.

Em primeiro lugar, devemos reforçar que a juventude não pode ser vista como um *problema social*, mas como um *sujeito social* – mesmo que em construção – pois isso muda todo o enfoque de abordagem. Precisamos reconstruir uma imagem de juventude que esteja desvinculada da afirmação que ser jovem é fazer parte da geração da insociabilidade, da revolta, do descontentamento.

Existem hoje várias definições de juventude e cada uma delas influenciam diretamente no planejamento e investimentos públicos e privados para os jovens de uma maneira geral. O que vamos fazer deste ponto em diante é olhar de forma rápida para algumas e problematizá-las. Como referência, vamos utilizar cinco definições: faixa etária, ciclo de vida, modo de vida, auto-representação e geração.¹²

¹⁰ Quando usamos a palavra juventude no plural (juventudes) queremos significar a diversidade de expressões juvenis que existem hoje como a juventude urbana, do campo, operária, meio popular, estudantil, sindical e cooperativista, entre tantas outras.

¹¹ DUALIDADE significa uma tensão saudável entre os dois termos em questão, enquanto que uma DICOTOMIA seria a tensão inconciliável entre eles.

¹² Essas definições ou conceituações estão baseadas no texto: WEISHEIMER, Nilson. Juventudes rurais: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministérios do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos NEAD; 7) p. 20-27.

1. Faixa Etária: A abordagem por faixa etária difere muito e até algumas delas se cruzam, o que dificulta trabalhar com ela. Por exemplo, a UNESCO define como “jovem” o grupo de pessoas que tem entre 15 e 24 anos, já o Estatuto da Criança e do Adolescente caracteriza como público alvo pessoas entre 12 a 18 anos e o IBGE divide a juventude em três subgrupos (15-17; 18-20; 21-24), mas absorve a concepção da UNESCO. Essa definição por faixa etária representa apenas de forma parcial o que realmente é a juventude, até porque não há um consenso entre os órgãos que se utilizam dele, havendo assim dissenso em relação aos seus resultados.

O que é preciso ser considerado aqui é o contexto em que o jovem está colocado, pois é muito diferente, por exemplo, ser um jovem de 18 anos que vive na cidade e está empregado numa fábrica do que ser um jovem da agricultura familiar que tem a terra como recurso de subsistência. O fator local é muito mais preponderante que a idade para definir o que é ser jovem.

2. Ciclo de Vida: Quando falamos em juventude como ciclo de vida, temos bem claro o seu começo – a puberdade –, mas não temos construído o seu termo. Em geral, se admite que a concepção de juventude como transição ou ciclo de vida tem seu término na maturidade social, na entrada definitiva dos jovens no mercado de trabalho. Aqui encontramos como fator determinante o ingresso no mundo do trabalho que lhe dá certa autonomia em relação à tutela dos pais. É também entendida como a fase transitória do projeto de vida que se quer no confronto com as atividades e possibilidades reais de efetivação.

Hoje, porém, há uma exigência aos jovens de definirem seu futuro profissional nessa etapa o que impossibilita de fazer muitas projeções, mas de tomar decisões quase que definitivas. É na juventude que as pessoas se inserem no mercado de trabalho e, por isso, que a concepção de ciclo não responde de forma tão satisfatória às características da juventude.

3. Modo de Vida: Outro modo de tratar da juventude é compreendê-la pelo seu modo de vida. Aqui encontramos uma juventude muito suscetível à influência da mídia e da sociedade de consumo. É de certa forma, uma visão pessimista de juventude, pois tem o foco nas limitações juvenis e ignora as suas potencialidades. Está fundamentalmente centrado na perspectiva urbana e os jovens rurais aparecem como sujeitados à modernização do campo. Há também uma assimilação do mundo urbano pelos jovens do campo.

4. Auto-Representação: Nessa abordagem localizamos o anseio de definir quem é e quem não é jovem em um dado contexto sócio-histórico. O que precisamos saber dessa concepção é que ela trabalha com a idéia que a juventude é uma transição da dependência total da criança na infância para a

autonomia e auto-representação da idade adulta. É um processo de afirmação como sujeito social. Segundo essa compreensão, o termo juventude é um conjunto de relações sociais específicas que são vividas por pessoas denominadas jovens em uma dada sociedade.

5. Geração: Essa conceituação tem como pressuposto a semelhança da situação no mesmo tempo histórico de um grupo social – no caso, a juventude. Nesse entendimento, se dá ênfase à dimensão do conflito entre as gerações e entre os próprios jovens o que construiu a idéia de que o jovem é “rebelde” por si mesmo ou que essa “rebeldia” é transitória como a juventude. Mas, também é possível focar nosso olhar na dimensão criadora da juventude, das suas potencialidades e atualidades, onde o jovem aparece como a pessoa que está sempre aberta para aprender, para se construir, ele é um projeto inacabado, capaz de ser mais.

A certeza que nós podemos ter depois de olhar para essas concepções de juventude é de que nenhuma delas abrange a totalidade nem responde de forma satisfatória sobre a identidade da juventude, muito menos, nenhuma delas fala explicitamente sobre a identidade da juventude da agricultura familiar.

Não é um recorte empírico ou teórico que diz o que é a juventude, mas um conjunto de características que precisam ser comparadas, agrupadas e incorporadas para formar uma resposta mais compatível com a diversidade que compõe a identidade da juventude da agricultura familiar. Não podemos correr o risco também de isolar a juventude da agricultura familiar para conceituá-la separadamente, porque ela está inserida na realidade como as outras juventudes.

Outro aspecto que precisamos ficar atentos nessa tentativa de conceituar a juventude e que vem dificultando é que há uma tendência de prolongar a adolescência e, por parte dos adultos, de exercitar comportamentos próprios da fase juvenil. Isso implica numa dificuldade de localizar com exatidão o que é próprio dos jovens, ou ainda, em constatar quais as ações dos adolescentes que são parte do prolongamento dessa fase e quais as atitudes dos adultos que não são próprias deles, mas uma imitação do comportamento da juventude.

A juventude precisa ser levada a sério em sua completude, em sua integralidade, para construirmos a identidade histórica da juventude. É a fase dos grandes conflitos, mas também das grandes afirmações como sujeito social ativo. Podemos dizer que é a fase que se vive, de forma profunda, as grandes tensões e desafios.

Sendo assim, dentro do cooperativismo habitacional há um grande espaço para a afirmação da juventude como sujeito social, visto que é um espaço de participação efetiva onde se exercita desde cedo a democracia e a cidadania, contribuindo para a formação do cidadão. Todos os nossos grupos da COOHABRAS devem proporcionar a presença e participação dos jovens de forma direta, para que possamos construir a consciência coletiva nos jovens que são o presente e o futuro da nossa nação.

INTRODUÇÃO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O conceito de “economia solidária” vem sendo utilizado para se referir a uma grande diversidade de atividades econômicas organizadas de forma coletiva segundo princípios de solidariedade, cooperação e autogestão, tendo como perspectiva a reprodução ampliada da vida¹³, ou seja, a melhoria generalizada e contínua da qualidade de vida de todos aqueles que estão envolvidos no processo da economia solidária. A reprodução ampliada da vida objetiva o ser humano em contraposição à primazia dos objetivos de acumulação e lucro típicos da sociedade capitalista.

A economia solidária é uma herança do cooperativismo que ressurgiu com certa visibilidade no Brasil no final da década de 1990, quando trabalhadores dos mais diferentes segmentos (produção, consumo, comercialização, etc.) e espaços (campo ou cidade) passam a tratar a organização coletiva como alternativa econômica às dificuldades impostas pelo sistema vigente. Trata-se de um movimento colocado em pauta frente à crise social. Historicamente as crises do capitalismo abrem espaço para novas formas de economia, pois estas sempre surgiram na tentativa de superar a questão social da época. Independente do momento histórico, as iniciativas de economia solidária aparecem sob o impulso de uma dinâmica socioeconômica condicionada por uma grande crise econômica.

A economia solidária teve importante contribuição de alguns pensadores socialistas utópicos do século XVIII, entre eles Owen, Proudhon e Fourier. Eles imaginaram a constituição de organizações coletivas que não tivessem apenas um dono, mas vários deles, acreditavam na possibilidade de uma estrutura diferente de gestão e produção que estabelecesse uma nova relação da comunidade com a economia (ANTEAG, 2000). O cooperativismo nasceu na Inglaterra quando teve início a Revolução Industrial. Na época, os trabalhadores (operários e artesãos) controlavam o seu exercício profissional e com a introdução das máquinas, estes trabalhadores perderam espaço na competição com as fábricas e, em pouco tempo, ficaram sem trabalho, assim, formaram sociedades de ajuda mútua.

Owen dizia que a fábrica deveria ser controlada pelos trabalhadores e que o resultado do trabalho deveria ser dividido pelos mesmos. Assim, propôs que ao redor das fábricas se formassem aldeias cooperativas geridas coletivamente por todos os trabalhadores. Levantando a bandeira do cooperativismo, Owen assumiu a liderança do movimento operário, orientando os

¹³ A expressão “reprodução ampliada da vida” foi inicialmente introduzida por Coraggio (1994, 2000) para descrever processos e práticas que, para além da satisfação de necessidades básicas.

trabalhadores a formarem cooperativas de produção cada vez que fizessem greves (SINGER, 2003). Consequência desse processo, mais tarde, em 1844, um pequeno número de trabalhadores, militantes operários, formaram Rochdale (situada na região de Manchester, Inglaterra), cooperativa de produção e consumo que eles chamaram de “A sociedade dos pioneiros equitativos”. Os princípios herdados de Rochdale (oito princípios que compreendem valores de autogestão, participação, autonomia e preocupação humana mútua dos membros da comunidade) ainda hoje são instituídos como princípios cooperativos.

A economia solidária no Brasil passou a ter visibilidade com o processo de fechamento das fábricas, quando os trabalhadores reagiram assumindo as massas falidas e modificando as relações de trabalho a partir de uma prática coletiva, autogestionária e solidária. Mas, antes mesmo deste processo de apropriação de massas falidas, podia-se perceber a economia solidária nas relações de produção de pequeno porte (não apresentando um caráter de geração de emprego e renda, mas de subsistência) organizadas por núcleos familiares e pela comunidade.

O adjetivo solidário na economia solidária é apresentado como nova racionalidade econômica (RAZETO, 1997; GAIGER, 2002). Tal adjetivo ainda é muito questionado, uma vez que alguns pensadores o remetem a uma dependência recíproca, por outro lado, o solidário recupera a igualdade como condição do exercício da liberdade, no sentido de que a realização da solidariedade implica a criação de condições históricas de igualdade. A plenitude da liberdade, neste sentido, não se dá pela livre iniciativa individual, mas na liberdade de iniciativa solidária, que deve levar em conta interesses individuais, passíveis de se tornarem coletivos.

A questão da solidariedade conduz a economia solidária a um ponto fundamental de seu desenvolvimento, pois a prática da economia solidária não se apresenta apenas como uma maneira de inserção na esfera do mercado regular, mas com a realização de um trabalho solidário que interfere diretamente na vida do trabalhador, podendo estabelecer outra leitura de mundo. Esta representação se modifica na medida em que o trabalhador internaliza os resultados do seu próprio trabalho, descartando o caráter alienante da atividade produtiva e promovendo a solidariedade no processo de trabalho. Desta forma, a economia solidária configura-se por novas práticas capazes de impulsionar o trabalhador a se reconhecer como sujeito do seu próprio processo histórico. O êxito econômico e administrativo das iniciativas de economia solidária perpassa a questão da solidariedade, estabelecendo outra relação de trabalho e de comunidade.

As iniciativas de economia solidária se diferem de uma empresa capi-

talista pela organização social da produção, pela relação estabelecida entre os associados consigo mesmos e entre estes com o capital, ou seja, na economia solidária as pessoas trabalham juntas solidariamente e se apropriam de forma igualitária da sobra (lucro no capital) originada pelo trabalho coletivo. As decisões também são coletivas e a assembleia dos associados é soberana.

Raramente as iniciativas de economia solidária inserem-se nos mesmos espaços institucionais do cooperativismo tradicional, pois muitas cooperativas formaram-se a partir de benefícios constitucionais e se burocratizaram. Existem cooperativas cujas práticas de gestão são capitalistas (isto ocorreu muito na década de 1980 com as cooperativas agropecuárias) e estas cooperativas pouco têm em comum com as iniciativas que compõem a economia solidária que são formadas por pessoas que procuram criar para si e, conseqüentemente para a sociedade, alternativas democráticas ao sistema.

A economia solidária tem desencadeado fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, porém, nenhum desses fatores deve se sobrepor ao outro. A eficiência e efetividade da economia solidária dependem de um equilíbrio entre esses fatores engendrando mudanças qualitativas capazes de superar a racionalidade capitalista (GAIGER, 1998).

São muitas as dimensões alternativas da economia solidária. Além de ser apresentada como alternativa ao capitalismo, a economia solidária também é considerada alternativa aos desdobramentos deste sistema como: o trabalho alienado, à exploração do trabalho, o individualismo exacerbado, à submissão do trabalhador etc. Trata-se de experiências que buscam adquirir peso econômico e social. Mas, quando se utiliza a expressão “alternativa”, logo vem o questionamento: alternativa a quê? Vivemos numa época acomodada, há uma sensação de que não existe alternativas ao capitalismo, o índice de aceitação dessa situação parece ser maior hoje do que em toda a história do capitalismo (SANTOS, 2002). Ora, o predomínio do capitalismo não implica que não ocorram variações no interior do mesmo. A economia solidária é baseada em princípios e valores não capitalistas e, portanto, pode possibilitar transformações qualitativas dentro do sistema vigente para mais além (quem sabe?) garantir a superação deste em prol de outra lógica de sociedade. Trata-se de mudanças graduais que compreendem formas de produzir, de consumir e de viver.

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Empreendimentos econômicos solidários (EES) é a nomenclatura utilizada para referir as iniciativas de economia solidária caracterizadas como experiências de geração de renda. Os EES são aquelas experiências que transcendem o patamar da subsistência, com base em uma nova racionalidade, unindo cooperação e busca de eficiência, gerando certo grau de acumulação, crescimento e viabilidade em médio prazo (GAIGER, 1998, p. 57). Em um primeiro momento a nomenclatura EES aparece como conceito teórico que, com o tempo, foi apropriada pelo movimento de economia solidária. O conceito indica um modelo que reúne as características ideais para a economia solidária, mas isso não significa que na prática os empreendimentos correspondam plenamente ao modelo.

Gaiger (1999a) realizou um estudo “Significados e tendências da economia solidária” e elencou elementos que, idealmente, caracterizam os EES. São eles:

- **Autogestão:** controle da gestão pelo conjunto dos associados e autonomia diante de agentes externos.
- **Democracia:** decisões tomadas pelo conjunto dos associados, por meio de instâncias diretivas livremente formada e eleitas, assegurando-se transparência no exercício da direção e sua fiscalização por órgãos independentes.
- **Participação:** regularidade e frequência de reuniões, assembleias e consultas, com elevado grau de comparecimento e mobilização e mecanismos de renovação e alternância dos quadros diretivos.
- **Igualitarismo:** garantido por critérios de remuneração pelo trabalho, por uma divisão eqüitativa dos excedentes e benefícios, pela socialização do capital e pela inexistência de outros regimes de trabalho permanentes para atividades-fim.
- **Cooperação:** responsabilidade partilhada no processo produtivo, relações de confiança e reciprocidade, paridade social entre funções de direção e de execução ou entre tarefas manuais e intelectuais.
- **Auto-sustentação:** atividade produtiva geradora de viabilidade econômico-financeira, sem comprometimento do ambiente social e natural.
- **Desenvolvimento humano:** processos de formação da consciência e de educação integral e iniciativas de qualificação técnica e profissional.
- **Responsabilidade social:** ética solidária socialmente comprometida como melhorias na comunidade e com relações de comércio, troca e intercâmbio; e práticas geradoras de efeito irradiador e multiplicador.

Estes elementos políticos dos EES ativam capacidades criativas, orga-

nizativas e de gestão, pois estes empreendimentos utilizam o fator especial, que Razeto denomina de “fator C” que consiste no fato de a cooperação, o companheirismo, a comunidade e a solidariedade estarem presentes nos EES qualificando-as “por efeito da colaboração no trabalho, do intercâmbio fluido de informações e de conhecimentos, da tomada participativa das decisões, do compromisso com o EES que determina a pertença a uma comunidade de trabalho que é sentida como própria, etc” (RAZETO, 1997).

Além dos elementos políticos que são o grande ganho dos EES há que se considerarem também os elementos econômicos capazes de garantir a viabilidade dos EES no mercado. Para uma viabilidade concreta dos EES, Gaiger sinaliza a necessidade das iniciativas da economia solidária adquirirem uma condição de “Solidarismo Empreendedor” - trata-se da combinação do espírito empresarial (ação planejada e otimização dos diversos fatores envolvidos na atividade: produtivos, humanos e materiais) com o espírito solidário (a cooperação funcionando para uma racionalização econômica).

Não é de hoje que o solidarismo econômico é utilizado como um recurso pelos trabalhadores. Formas comunitárias e autogestionárias de organizar a produção e o consumo existente há bastante tempo. No entanto, o que se percebe atualmente é que poderíamos estar diante da germinação de formas de economia alternativa, por se distinguirem da lógica mercantil capitalista, e de alternativas econômicas para os trabalhadores, por se tratarem de empreendimentos viáveis, ou seja, capazes de assegurar sua autosustentação e sua perdurância social. (GAIGER, 2000, p. 29).

Segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)¹⁴, realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), são considerados EES as seguintes organizações:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fun-

¹⁴ Para os dados do SIES, acessar <<http://www.sies.mte.gov.br>>.

dos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

- São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Dentre as atividades econômicas dos EES estão produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário. Estas atividades são expressas na recriação de práticas tradicionais, as cooperativas de produção¹⁵, típicas das fábricas recuperadas¹⁶, bem como nas formas inovadoras que se desdobram em diversificados segmentos, como, com maior ou menor grau de formalização, as cooperativas de trabalho/serviços, cooperativas de consumo, cooperativas de agricultura familiar – presentes em assentamentos da reforma agrária, associações e/ou grupos informais, comuns às iniciativas de artesãos e catadores de lixo –, redes e cadeias produtivas, organizações de finanças solidárias, entre outros.

O primeiro retrato nacional deste campo tão heterogêneo, produzido pelo SIES ainda é muito recente, tendo sido completado em 2007. Nele foram identificados como economia solidária quase 22 mil iniciativas e empreendimentos solidários¹⁷.

¹⁵ Em outros países, como França e Inglaterra, a cooperativa de produção é também chamada de *cooperativa de trabalho* (*coopérative de travail*) ou de *trabalhadores* (*worker's co-operative*), mas no Brasil o termo “cooperativa de trabalho” é usado para as cooperativas de prestação de serviços.

¹⁶ Fábricas recuperadas são empreendimentos oriundos de massa falida, onde os trabalhadores da empresa que faliu se organizam de forma coletiva e autogestionária para assumir a massa falida e, conseqüentemente, o processo de trabalho e a gestão do empreendimento. A utilização da expressão “fábrica recuperada” é muito recente no Brasil (até pouco tempo falava-se apenas em “empresas autogestionárias”); a expressão era mais comum no movimento argentino e começou a ser utilizada com frequência no Brasil por denotar com mais clareza o tipo de empreendimento a que se refere.

¹⁷ Para um panorama de experiências brasileiras, ver coletâneas organizadas por Singer & Souza (2000), Gaijer (2004), França Filho & Laville (2004), Souza, Cunha & Dakuzaku (2003) e artigos da coleção organizada por Santos (2002).

COOHABRAS – UM PROJETO PARA O BRASIL

Historicamente alguns problemas sociais – expressões da questão social¹⁸ – vêm se destacando no conjunto de elementos que caracterizam a carência de bens e de serviços essenciais – mínimos sociais – para a subsistência humana. Os mínimos sociais estão estreitamente ligados aos direitos de todos os homens e mulheres de trabalhar, de comer, de morar – enfim de viver. No topo destas necessidades está o trabalho e a renda considerados essenciais para combater os problemas oriundos do mundo do trabalho: exploração de trabalho, desemprego e precarização de trabalho. No entanto, a ausência ou a pouca renda implicam muitos outros problemas para milhares de famílias que enxergam com pouco otimismo e dificuldades a garantia de seus direitos.

Dentre os problemas sociais que mais dão visibilidade para o contexto de desigualdades sociais, dado na sociedade vigente, está o problema do abrigo ou da moradia. Nesta sociedade o acesso à moradia dá-se de forma extremamente diferenciada reproduzindo a lógica das relações de produção. A apropriação do espaço da cidade na sociedade capitalista não é igual para todos e por isso a solução para o direito de morar possui contornos diferentes – conforme adesões diferentes das pessoas na vida social. Dependendo desta adesão – que implica ter muito, pouco ou nenhum recurso financeiro – as pessoas asseguram a habitação de suas famílias considerando diferentes alternativas: aluguel ou compra de imóvel, financiamento “facilitado” pelos bancos e políticas públicas, loteamentos, autoconstruções (mercado clandestino formado por moradias sem licença das prefeituras), ocupações coletivas (geralmente de espaço público), cooperativas habitacionais, etc. No entanto, estas alternativas não conseguem atender toda a demanda social por habitações (SILVA, 1992).

A situação desigual reflete uma lógica capitalista perversa. Ter pessoas sem acesso aos mínimos sociais, por exemplo, a moradia, é ter pessoas excluídas da sociedade. Mas a exclusão social é funcional para o sistema capitalista, pois se todos fossem incluídos não haveria desigualdades sociais (necessárias para a permanência do capitalismo). Não basta organizar processos de inclusão social, pois estes seriam esforços de inserção numa sociedade que preza pelo bem estar de poucos. Embora determinada parcela considerada excluída da sociedade seja incluída, o sistema continuará excluindo outros – a lógica continuará sendo reproduzida. Como diria Martins (2004, p.4) “Matar a fome

¹⁸ A questão social é decorrente de uma contradição que se consolida com o desenvolver da sociedade capitalista: trabalho versus capital. Portanto, a questão social expressa a principal contradição da sociedade vigente, que reflete a desigualdade social configurada a partir da exploração de trabalho e, assim, desdobra-se em problemas sociais e produz pobreza. Por outro lado, a questão social expressa o processo de resistência ao status quo, a antítese dialética capaz de potencializar mudanças e transformação na realidade histórica (SANTOS, 2010: 51).

não acaba com a pobreza e nem elimina suas causas estruturais”. Portanto não bastam propostas de inclusão individual e de atendimento a demandas pontuais, pois estes não permitem compreender a totalidade e as contradições sociais, não sendo suficientes para superar a exclusão social.

Houve um tempo em que as cooperativas habitacionais foram incentivadas pelo poder público brasileiro com a perspectiva da inclusão social, mas a repercussão foi pequena e tais cooperativas foram perdendo espaço concedido. As cooperativas habitacionais tiveram visibilidade na sociedade brasileira – principalmente no período que seguiu o golpe militar de 1964, mas poucas perpetuaram ou saíram da condição de cooperativa “pró forma” – apenas para se beneficiar dos incentivos do Estado e da legislação.

O que muda das experiências anteriores para propostas como a que a Cooperativa Habitacional Central do Brasil – COOHABRAS apresenta? A COHABRAS não seria mais uma experiência funcional ao capitalismo?

Uma diferença significativa é que a COOHABRAS não é uma concessão do Estado e sim uma conquista da sociedade civil. Outra diferença é que a COOHABRAS não se pretende uma experiência “pró forma” – cooperativa só no nome – e sim um espaço onde o elemento político-pedagógico é priorizado e a autogestão é preponderante garantindo espaço de voz e vez para todos os cooperativados contribuírem na gestão e na operacionalização da cooperativa¹⁹. Por fim, a dinâmica participativa que a autogestão exige faz com que as pessoas compreendam melhor o espaço onde estão se inserido (seja micro – a cooperativa; ou macro – a sociedade), questionem tal espaço e lutem para transformá-lo. Ou seja, a COOHABRAS não compactua com a lógica excludente – surge com uma perspectiva diversa e propõe envolver a comunidade no enfrentamento direto de suas necessidades e consequentemente na construção de outra realidade social.

Desta forma, estamos falando de uma iniciativa que vai além do atendimento pontual a demanda da moradia. De imediato os cooperativados da COOHABRAS podem perceber que há muito mais chances de conquistar o mercado imobiliário se estiverem organizados coletivamente do que se estiverem sozinhos, mas em um segundo momento, ao viver a experiência da cooperativa habitacional de fato, provavelmente os cooperativados passem questionar a status quo e almejar outra sociedade orientada por outros valores: solidariedade, participação, democracia, etc.

¹⁹ Não é por nada que a COOHABRAS investe em um processo pedagógico de Educação Popular. Há uma compreensão clara de que os processos formativos contribuem para troca de saberes, novas leituras de mundo e, sobretudo, motiva as pessoas participarem ativamente da dinâmica da cooperativa e, consequentemente, da sociedade. A COOHABRAS não acredita em projeto social sem processo pedagógico.

A prática participativa e autogestionária de uma cooperativa desperta a consciência crítica nos cooperativados que ao longo do processo devem perceber a necessidade de viver tal prática também fora do espaço da cooperativa. A partir de um cotidiano participativo das pessoas na cooperativa, se desenvolve uma lógica pedagógica que proporciona aos cooperativados outra leitura sobre viver no mundo contribuindo para que a cooperativa faça parte de um projeto de sociedade justa, democrática e solidária que é pautado pelo coletivo e não pelo individualismo, pela participação e não pela centralização de poder (SANTOS, 2004).

Uma sociedade justa e solidária começa a ser perseguida à medida que seus cidadãos deixem de olhar para uma democracia passiva e passem a viver uma democracia ativa, ou seja, não bastam leis e constituições justas e igualitárias para ter uma sociedade democrática, é preciso que os cidadãos participem ativamente de forma que estas leis e princípios sejam reflexos da mobilização social para transformação da realidade vigente. As pessoas que participam da construção e transformação da sua realidade social se reconhecem nesta realidade e respeitam as deliberações da sociedade não apenas por serem justas ou por garantirem seus direitos individuais, mas por sentirem-se parte da experiência coletiva e responsável de contribuir nas decisões da sociedade.

Num momento histórico onde as pessoas são mais rotuladas pelo que o têm ou deixam de ter do que pensam ou deixam de pensar, em que os movimentos populares estão fragmentados e suas lutas pulverizadas, torna-se urgente repensar práticas sociais, políticas, produtivas, educacionais, habitacionais, entre outras, que promovam atitudes não conformistas desenvolvendo práticas politicamente criadoras de novidades (práticas criativas).

O novo na cooperativa de habitação se expressa na propriedade coletiva e na gestão democrática que promove mudanças dos cooperativados não só entre eles mesmos, mas deles com a família, comunidade, autoridades públicas, religiosas, intelectuais, etc. Segundo Singer (2000: 28), ao se referir as cooperativas da economia solidária, “a cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com os modelos hierárquicos e autoritários” e assim, estes empreendimentos vão se constituindo em elementos significativos que compõem uma das estratégias para um projeto de sociedade que quer construir outra realidade social.

A COOHABRAS representa uma prática inovadora. Alguns poderão achar que se trata de uma proposta de “desenvolvimento local”, outros podem achar que são estratégias de desenvolvimento para além do capital e outros podem achar que são experiências funcionais ao capital. De qualquer forma, a COOHABRAS está desafiando o Estado e a sociedade civil ao colocar a vida coletiva em questão, apresentando um projeto autosustentável que pode ser replicado em qualquer lugar do país e, quem sabe, do mundo.

O QUE EU QUERO, O QUE EU PRECISO E O QUE EU POSSO PAGAR. (COMO TORNAR POSSÍVEL O QUE É NECESSÁRIO)

O desafio que a cooperativa de habitação se propõe a superar é a falta de moradia e precisa fazer isso com qualidade e dignidade. Assim, é preciso que cada grupo determine que tipo de imóvel tem interesse e descubra quanto este imóvel vai custar. Assim a cooperativa pode construir canais de acesso a estas moradias.

Gostaria de dialogar com você cooperativado sobre que tipo de imóvel você quer. Nossos desejos de moradia expressam nosso sonho de morar bem, de ter nossa casa própria, de poder ter um endereço fixo. Como é um sonho, é sempre grande. O que queremos é sempre o ideal de moradia, onde temos muito espaço para as crianças brincarem, um espaço de lazer, para receber nossos amigos. Enfim, um lugar perfeito, perto de tudo, mercado, padaria, escola, posto de saúde, faculdade, no centro da cidade.

Sem dúvida, seria maravilhoso se todos os cidadãos e cidadãs brasileiras pudessem ter um lugar assim para morar. Mas, infelizmente não é este o cenário onde a COOHABRAS atua. Nossas cidades são populosas e os centros urbanos são utilizados para o comércio e os bairros para a moradia. Desta forma, quero sugerir outro debate sobre a nossa futura casa. Quero discutir com você cooperativado sobre o que você e sua família precisam para morar bem, para terem conforto dentro de casa.

O que precisamos, muitas vezes é diferente do que queremos. Não quero, com isso, desfazer nenhum sonho pessoal, estou apenas sugerindo um novo olhar sobre a futura casa própria que cada um de vocês conquistará através da cooperativa. A necessidade de cada família é o elemento fundamental que a cooperativa levará em conta na hora de formatar o projeto arquitetônico dos grupos. Por exemplo, uma família com dois filhos ou mais precisa de um imóvel com, no mínimo dois dormitórios, sendo ideal três dormitórios. Diante deste exemplo podemos observar o compromisso da COOHABRAS com a realidade de cada família que compõe nossos grupos. Nós não seguimos projetos padrão para toda e qualquer família que participa de nossos Círculos de Cooperação. Cada grupo demandará, de acordo com sua realidade familiar que tipo de imóvel a COOHABRAS precisa desenhar com os engenheiros e arquitetos.

Diante desta análise, surge a questão de quanto custa um imóvel maior para satisfazer as necessidades destas famílias, principalmente das famílias com renda abaixo de três salários mínimos. Pois, se concordamos que as necessidades das famílias que participam dos grupos são a referência para os

projetos arquitetônicos temos que garantir estes projetos com fontes de financiamento seguras, para podermos concretizar a obra e assim fecharmos o ciclo de acesso a moradia.

Da mesma forma que propomos uma releitura do que queremos e do que precisamos, vamos também analisar as condições de pagamento dos participantes para ajustar o projeto arquitetônico às condições das rendas das famílias participantes, sem que com isso, prejudiquemos o resultado final. Vamos entender melhor esta reflexão.

Se temos uma família que precisa de um imóvel com dois quartos e a sua renda familiar não permite que ela acesse os financiamentos tradicionais precisamos criar novas formas de acesso a outras linhas de crédito alternativo. Se uma família precisa de um imóvel de três quartos e a renda familiar não permite que este imóvel seja das dimensões que a família gostaria em metros quadrados, vamos desenvolver um imóvel em menores dimensões sem que com isso se reduza o número de quartos.

Estas estratégias fazem com que o necessário se torne possível. Ou seja, garantimos que os desejos das famílias se concretizem de maneira sustentável, sem causar um endividamento superior aos níveis razoáveis em relação a renda familiar (até 30%). E assim, a COOHABRAS ajusta o sonho da família a sua necessidade e a sua possibilidade de pagamento. Estes exercícios fazem com que compreendamos melhor a dinâmica da cooperativa de geração de moradia.

O compromisso da COOHABRAS é gerar moradia a preço de custo aos seus cooperativados para que eles morem de forma mais digna, e isso é possível e necessário.

FALTA DE MORADIA: PROBLEMA COLETIVO, SOLUÇÃO COLETIVA

Nos diálogos com as famílias sem casa temos notado uma constante preocupação de resolver o problema de moradia de forma isolada. As pessoas se preocupam em solucionar seu problema, sem se dar conta que muitas outras famílias que lhes rodeiam também não tem um lar para chamar de seu. Esta postura torna a conquista da moradia cada vez mais distante, pois estas famílias não percebem que já vem tentando solucionar este problema sozinhas e não conseguiram. Então, nós da COOHABRAS estamos propondo que problemas coletivos devem ter soluções coletivas.

Desta maneira, estamos fazendo uma leitura de como as famílias tem tentado conquistar sua casa e, assim, encontrado as saídas necessárias para resolvermos o problema de falta de acesso à moradia digna. Se uma família continuar a insistir em ter sua casa de forma isolada poderá passar uma vida toda tentando e não conquistar sua moradia. É preciso avançar e compreender que é justamente por trabalhar de forma isolada que não tem tido sucesso em sua empreitada. Pois sozinho, a capacidade de poupança é muito pequena, o tempo para juntar os recursos necessários para a compra do lote é muito grande e a possibilidade de acessar um financiamento diminui.

Já na COOHABRAS, as formas de comprar os lotes, de construir as moradias e acessar os financiamentos são todas coletivas e coletivizantes. São coletivas enquanto método, ou seja, ninguém busca nada sozinho, sempre você estará envolvido e participando de um grupo e são coletivizantes porque educam para uma nova cultura de ajuda mútua constante, de trabalho em grupo, de participação ativa junto a todos os cooperativados e cooperativadas.

Vamos entender melhor como são estes processos coletivos e coletivizantes da COOHABRAS. Todos os participantes estão organizados em Círculos de Cooperação ou Grupos de Incorporação.

Os Círculos de Cooperação são os grupos de cooperativados que tem como principais tarefas: a) poupar recursos financeiros advindos dos próprios membros para a compra da área de terra onde será executado o projeto arquitetônico das moradias destas famílias e, b) desenvolver um processo pedagógico para reeducar os membros da COOHABRAS a sair da cultura individualista e transitar para uma cultura coletivista, cooperativista. A poupança conjunta do Círculo de Cooperação é o instrumento econômico utilizado pela cooperativa habitacional para resolver o problema que as famílias têm de comprar um lote/terreno. O processo pedagógico é o instrumento educativo e social que a cooperativa habitacional utilizado para proporcionar a transição de consciência dos cooperativados na direção de um novo jeito de ver o mun-

do e, em especial, o problema da falta de moradia.

Os Grupos de Incorporação são o avanço dos Círculos de Cooperação. É o segundo passo dado dentro do processo de acesso a moradia na COOHABRAS. Neles os cooperativados se vinculam a uma obra que vai gerar a sua moradia definitiva. É o ponto de chegada da jornada de construção de um novo lar, um imóvel legalizado em nome do cooperativado. Estes imóveis são produzidos a preço de custo pela COOHABRAS e repassados aos cooperativados pelo mesmo valor, fazendo com que os membros da COOHABRAS paguem o preço justo pela moradia.

Percebam que desde o início deste texto apresentamos estratégias coletivas que colocam cada participante da COOHABRAS dentro de uma casa com valor justo, ou seja, sem que o lucro impeça o trabalhador e a trabalhadora de ter um lar. Assim, precisamos, mais uma vez, reforçar que a busca individualizada da casa própria é uma ilusão criada para gerar mais lucro às empresas do ramo imobiliário e da construção civil, que vem endividando o povo brasileiro na ânsia de ter uma casa a qualquer custo. Quanto mais caímos na armadilha do mercado, mais atrasamos a realização do sonho de ter uma casa própria.

É preciso participar dos Círculos de Cooperação para compreender cada vez melhor os projetos e instrumentos utilizados pela COOHABRAS para podermos nos conscientizar que os problemas coletivos precisam de soluções coletivas. E a cooperativa de habitação é uma solução coletiva para o problema coletivo de falta de moradia para os trabalhadores e trabalhadoras de nosso país.

Esta nova postura e novo jeito de viver de forma coletiva já transformaram a vida de muitas pessoas pelo Brasil, onde as cooperativas de habitação construíram imóveis a preços muito abaixo dos praticados pelo mercado. Demonstrando que é possível produzir moradia de forma mais barata, mais rápida e mais ampla para a população brasileira.

Esta proposta da COOHABRAS é um chamado destinado a todos os brasileiros e brasileiras para fazer parte de um movimento nacional organizado, de produção de moradia a preço de custo. Este movimento quer superar definitivamente o obstáculo que impede as famílias de ter uma casa própria, que são os altos preços praticados no mercado especulativo de imóveis. Todos tem capacidade de pagar o preço de custo, então, o que precisamos fazer é produzir imóveis a este preço. O lucro é o que impede o acesso a moradia, então, precisamos eliminá-lo do processo gradualmente até os níveis mais reduzidos possível.

Temos certeza que com esta estratégia vamos multiplicar a capacidade da COOHABRAS de produzir moradias pelo Brasil inteiro, construindo um novo canal de acesso à casa própria. A falta de casa será apenas uma triste história a ser contada as futuras gerações, pois não fará mais parte do cotidiano de nossos filhos e netos o déficit habitacional que oprime e exclui tantas e tantas famílias no Brasil de nossos dias.

Vamos continuar juntos, meus amigos e minhas amigas, cooperativados e cooperativas da COOHABRAS, estamos no caminho certo, estamos no rumo de nossas casas próprias que serão construídas coletivamente por nós. Nos vemos nos Círculos de Cooperação e nos Grupos de Incorporação da COOHABRAS.



TAREFA DO
EDUCADOR

A TAREFA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO EDUCADOR POPULAR

Ivo Dickmann

Ivanio Dickmann

Primeiras palavras...

Ser um Educador Popular é uma tarefa ousada, pois implica tornar-se um agente de transformação social a partir do diálogo sobre a realidade concreta com os educandos, entendendo ambos como sujeitos no processo de construção de conhecimento. E, além de conhecimentos, se constrói alternativas aos problemas sociais. Portanto, um Educador Popular é um líder popular, ele motiva, organiza, acompanha, assessora grupos populares enfrentando e superando os dilemas que os oprimem.

Disso podemos concluir que sua tarefa nunca é neutra, por isso, política. Podemos concluir também que sua tarefa é dialógica, por isso, pedagógica. E, sendo assim, a tarefa político-pedagógica do Educador Popular é seu compromisso social com os trabalhadores para transformar o mundo onde vivem.

A compreensão desta situação-limite é fundamental, por isso, falaremos neste texto um pouco mais sobre suas nuances e, assim, teremos um entendimento mais apurado do quadro de ação dos Educadores Populares.

Júlio Barreiro (1978, p. 35-36) identificou em sua obra *Educação Popular e Processo de Consciencialização*, dois fatos diante da situação de exclusão:

1. O povo é sujeito de sua história e, se algum momento dessa história é o da sua opressão, deve ser, entre todos, o agente determinante comprometido com uma luta decididamente libertadora dessa “situação de opressão”.
2. Uma das conseqüências da situação de opressão é que os oprimidos não têm: consciência deles próprios como classe oprimida; conhecimento da situação de opressão por meio de seus fatores; perspectivas de superação da estrutura social opressora; dimensões de seu papel na realização da “tarefa da libertação”.

De acordo com o primeiro item, os nossos Educadores Populares precisam tornar o seu trabalho com os grupos de pessoas sem casa da cooperativa, um processo de conscientização coletiva pelo diálogo em torno do problema social que é a exclusão do direito fundamental a habitação. Somente as pessoas que não tem casa, tem a capacidade de reunir-se em grupo e fazer o processo necessário para adquirir a casa própria a preço de custo, e isso já foi percebido historicamente nos grupos de cooperativas acompanhados por nós na Região Sul do Brasil. Por isso, podemos afirmar que a Educação Popular

é um processo conscientizante e não conscientizador. E sua intencionalidade é resultar sujeitos conscientes e não conscientizados. Ou seja, o processo educativo-popular não é formatador e sua finalidade não é modeladora, mas problematizadora, ela possibilita pensar a realidade concreta.

Para o segundo item cabe pormenorizar as ações dos Educadores Populares através das características e da função por eles assumidas, a fim de cumprir seu papel histórico de liderança apresentando sua análise da realidade local para a apreciação do grupo.

Diante disso, podemos agora conhecer as características e a tarefa do Educador Popular, segundo uma síntese a partir do pensamento freiriano. Os Educadores Populares precisam assumir cada dia a sua tarefa de buscar alternativas para que este processo de educação (conscientização), de maneira que os cooperativados sigam junto os caminhos desta descoberta, e não sejam apenas espectadores de ensinamentos impostos pelos Educadores Populares. Esta perspectiva freiriana de pedagogia permeia todo o processo de idealização e concepção da COOHABRAS.

Assim sendo, destacamos agora algumas características que serão assumidas pelos Educadores Populares para garantir a busca e a construção desta tão sonhada mudança. Explanaremos cada uma delas de forma a tornar mais compreensível suas dimensões.

A ordem que apresentamos não está numa perspectiva hierárquica, tampouco deve ser entendida numa perspectiva gradual, ou seja, que seria preciso dominar a primeira característica para passar à segunda, pois na prática não funciona assim. Paulo Freire nunca as organizou como estamos apresentando agora, nossa pesquisa as concatenou e as listou na ordem em que foram surgindo na obra de Freire. Inclusive estas características aparecem em diversos momentos mescladas umas as outras e em diversos momentos da Pedagogia do Oprimido. São dez características, a saber:

1. O Educador Popular é um “Ser de Permanente Reflexão”;
2. O Educador Popular é um “Ser da Práxis” ou “Ser do Quefazer”;
3. O Educador Popular tem função de “Coordenador”;
4. O Educador Popular deve estar “Unido com os Grupos Populares”;
5. O Educador Popular é “Dialógico”;
6. O Educador Popular é um “Ser de Comunicação”;
7. O Educador Popular é “Transformador da Realidade Opressora”;
8. O Educador Popular é “Desmitificador da Realidade Opressora”;
9. O Educador Popular é “Substantivamente Político”;
10. O Educador Popular é “Adjetivamente Pedagógico”.

Percebe-se o uso de “Educador Popular”. Porém, podemos colocar aqui como sujeitos e proprietários das mesmas características as lideranças populares, os coordenadores de grupo, os animadores, os educadores sociais, os orientadores, os franqueados sociais, enfim, todo aquele que cumpre a função ou tarefa social de contribuir para a construção de um novo homem e de uma nova mulher, de um novo mundo, de um novo Brasil.

1. O Educador Popular é um “Ser de Permanente Reflexão”.

Para Paulo Freire, é uma exigência a todos os Educadores Populares que se comprometem com a luta pela libertação dos oprimidos, “uma permanente e corajosa reflexão” (PO, p. 122)¹. A transformação da realidade se dará através de uma ação transformadora que, por sua vez, clama por uma teoria transformadora. “E, na razão mesma em que o quefazer é práxis, todo fazer do quefazer tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine.” (PO, p. 121).

Esta reflexão é, nas palavras de Freire, um pensar “com” as massas e um pensar “em torno delas” para conhecê-las melhor, é um pensar companheiro. O educador que se insere no processo libertador está inserido no meio do povo. Ele não impõe sua maneira de pensar e o povo realiza suas determinações. Seu pensar é solidário ao pensar do povo, e é também, crítico. Essa crítica supera o pensar ingênuo sobre a realidade. Ou seja, o grupo se fez agente a partir de uma ação crítica dos educadores. Não recebe uma ordem a ser cumprida, é estimulada a ser protagonista.

Quando pensa “em torno” da massa, os educadores se entregaram ao pensamento desta, para compreendê-la melhor e, assim, fecundam, com seu conhecimento crítico, o conhecimento experiencial em torno da realidade, no diálogo com ela. Desta forma foi-se transformando este conhecimento em “razão da realidade” (PO, p. 132).

Portanto, os educadores, enquanto problematizam todas as formas que os opressores se utilizam, ajudam a construir uma nova forma de pensar nas massas da qual ela faz parte. Estas reflexões são, pois, o combustível da prática transformadora. Este papel os educadores devem assumir com muita responsabilidade, para tanto deverão se preparar e se predispor uma formação continuada e permanente. Não é possível que chegue de fora e derrame um monte de conteúdos sobre um grupo como se este nada soubesse. Ao contrário, é preciso partir da realidade concreta do grupo que está sendo assessorado.

¹ PO é a sigla que usaremos para a obra *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire (2003).

2. O Educador Popular é um “Ser da Práxis” ou “Ser do Quefazer”.

Há duas palavras que se confundem e se fundem na pedagogia freiriana, a práxis e o quefazer. Segundo Freire, “... o quefazer é teoria e prática. É reflexão e ação.” (PO, p. 121), é, pois, práxis. Nas palavras do próprio autor: “... se os homens são seres do quefazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis.” (PO, p. 121). Esta é uma marca dos Educadores Populares, estar agindo e refletindo na busca pela liberdade dos oprimidos.

Os Educadores Populares não devem se ver como os responsáveis pelos planos e estratégias a ser seguido pelos grupos, eles são o grupo também, portanto, são agentes da transformação. Se quiséssemos simplificar esta explicação poderíamos dizer que os educadores pensam e, ao mesmo tempo, fazem. Contudo não há tempo para agir e tempo para refletir na práxis, ou no quefazer, pois estas palavras expressam justamente estas duas dimensões (agir e refletir) simultaneamente.

Os Educadores Populares nunca determinarão algo a ser feito e os grupos, passivamente, serão as executoras de tais determinações. Ou o oposto, os educadores agem em nome dos grupos e estes se sentem realizadas na ação dos educadores. Estas duas possibilidades seriam o fim da práxis autêntica. Um educador, uma liderança libertadora, preza pela sua práxis e pela práxis do grupo, pois como afirma Freire, do contrário, “... na medida em que a liderança nega a práxis verdadeira aos oprimidos, se esvazia, conseqüentemente, na sua.” (PO, p. 122).

A dimensão da práxis traz em si o que chamamos de testemunho, ou seja, faz o que diz, porque pensa conforme diz, e, por conseguinte, diz o que diz por que assim pensa. Esta característica serve tanto para os Educadores Populares quanto para o grupo mostrando a interrelação entre educandos e educadores.

3. O Educador Popular tem função de “Coordenador” e/ou “Diretor”.

Uma das grandes críticas feitas a Paulo Freire é que ele teria reduzido a importância dos educadores (lideranças) em função dos educandos (grupos populares) terem assumido um papel na centralidade dos processos político-pedagógicos. Esta crítica é descabida, porque Freire apenas recolocou os educandos onde eles sempre deveriam estar, ao lado de seus educadores, e não subjugados a eles – educandos e educadores como sujeitos do processo político-pedagógico.

Segundo esta crítica, os educadores teriam perdido a função de coordenação e direção dos processos político-pedagógicos. Mas isto não é verdade. O que se destruiu foi a absolutização da ignorância, que decretava que o professor, e só ele, sabia e os alunos, absolutamente, nada sabiam, e, portanto,

deveriam divinizar seu mestre.

Portanto, ao contrário do que se critica, a função de coordenação e de direção dos processos político-pedagógicos está com as lideranças coordenadoras. Uma vez que são elas que fazem a reflexão primeira sobre a realidade e a partilham com as massas. O que se desconstruiu foi a dimensão de poder e mando do educador sobre os educandos. Coordenar não significa, em hipótese alguma, mandar. Dirigir, não pode ser sinônimo de autoritarismo. A autoridade destas novas lideranças está na comunhão e na liberdade com os grupos.

Ao comunicar uma verdade, da qual ela é partícipe, por sua reflexão acerca da realidade, estará dando linhas de coordenação e direção ao grupo, que as julgarão pertinentes ou não, que absorverão por completo sua idéia, talvez parcialmente ou até rejeitarão, fazendo com que a liderança repense seu pensar. Provocando na liderança um permanente refletir. Isso faz com que a liderança não substitua a absolutização da ignorância pela absolutização de sua verdade.

Esta reflexão foi frisada por Freire na seguinte passagem da *Pedagogia do Oprimido*:

Não pode admitir, como liderança, que só ela sabe e que só ela pode saber – o que seria descrer das massas populares. Ainda quando seja legítimo reconhecer-se em um nível de saber revolucionário, em função de sua mesma consciência revolucionária, diferente do nível de conhecimento ingênuo das massas, não pode sobrepor-se a este, com seu saber.” (PO, p. 131)

Diante deste alerta, cabe aos Educadores Populares partilhar sua análise e dialogar com os grupos quanto aos próximos passos a serem dados. Seria imposição colocar sua análise como norteadora única das ações, uma vez que podem estar equivocadas. O diálogo em torno desta análise é o passo seguinte. Por isso, no trabalho com os grupos, cabe num primeiro momento conhecer a realidade local e os anseios e desejos que o grupo tem, para qualificar nossa ação como Educadores Populares.

4. O Educador Popular deve estar “Unido com os Grupos Populares”

Um Educador Popular que convive e comunga com os grupos sociais em exclusão, que está unida a eles é prova e testemunho de que está disposta a doar-se pela transformação da situação de opressão e expressa isso de corpo inteiro. Esta união não significa morar na mesma cidade, no mesmo bairro ou habitar na mesma casa dos que sofrem. Significa unidade, sintonia de projetos, como disse Freire “na práxis revolucionária há uma unidade, em que a liderança [...] não pode ter nas massas oprimidas o objeto de sua posse” (PO,

p. 123), portanto, a união é estar com estes grupos e não possuí-los.

Os Educadores Populares solidarizam-se com os oprimidos. Grupos e líderes se fazem, na convivência, seres uns para os outros na busca da liberdade. Esta solidariedade não pode ser quebrada, pois a transformação não é feita pelos educadores para o povo, nem o povo a faz para sua liderança, ela é feita para ambos.

É um encontro onde o Educador Popular testemunha sua confiança no povo, na sua força transformadora. A liderança que emerge na busca pela libertação se coloca como um dos pólos neste cenário, que tem também os opressores e os oprimidos, na superação da dominação. Há, como já foi dito, uma identificação da liderança com os oprimidos, donde esta também advém. Assim deve ser os momentos dos encontros mensais dos grupos da cooperativa, onde todos se sintam parte do projeto e todos se sintam responsáveis, não podendo haver assimetria entre os participantes.

5. O Educador Popular é “Dialógico”

O diálogo com os grupos populares é uma das marcas mais reforçadas por Paulo Freire numa liderança popular (educadores). É imperativo que os educadores dialoguem com as massas a fim de que, juntos, possam pronunciar o mundo e, com isso, transformá-lo. Na Pedagogia do Oprimido o autor reitera que “impõe-se [...] a dialogicidade entre a liderança revolucionária e as massas oprimidas...” (PO, p. 123), como forma de superação da contradição em que se encontram num dos pólos da situação real de opressão.

Noutra passagem, Paulo Freire afirma, veementemente, sua convicção quanto ao diálogo quando afirma: “A nossa convicção é a de que, quanto mais cedo comece o diálogo, mais revolução será” (PO, p. 125). Se o papel da liderança é auxiliar na revolução, na transformação da realidade opressora, seu instrumento é, com certeza, o diálogo.

A dialogicidade da liderança popular inaugura o diálogo com os grupos e as torna parte do poder. Não há receio do que o povo venha a dizer, a criticar, ou seja, sua participação efetiva no poder. Embora haja aqueles que acreditem que é primeiro necessário chegar ao poder para depois iniciar um diálogo com os grupos. Para Freire “...se não é possível o diálogo com as massas populares antes da chegada ao poder, porque falta a elas experiência do diálogo, também não lhes é possível chegar ao poder, porque lhes falta igualmente experiência dele” (PO, p. 134). Para Freire, é justamente na práxis entre os grupos e as lideranças que ambas aprenderão o diálogo e o poder. Esta descoberta – da possibilidade de mudar – advém do diálogo e é através dele que os grupos começaram descobrir sua força, que estava escondida no silenciamento ao qual estavam subjugados.

6. O Educador Popular é um “Ser de Comunicação”.

Da característica anterior – o diálogo – emana este outro matiz do Educador Popular: a comunicação com os grupos populares. Esta é uma exigência, segundo Freire, porque as pessoas são “...seres que não podem ser fora da comunicação...” (PO, p. 125). Qualquer obstáculo a ela (a comunicação) reduziria as pessoas a “coisas” e isto seria um grande favor aos que oprimem, pois necessitam das pessoas coisificadas, para melhor dominá-las.

A verdadeira transformação nasce da comunicação das lideranças e das massas populares. Os canais de comunicação reforçam os espaços e os momentos democráticos. Portanto, as lideranças populares devem tomar muito cuidado para não repetirem procedimentos dos opressores no contato com os grupos. Como alertado por Freire na *Pedagogia do Oprimido*:

Há os que pensam, às vezes, com boa intenção, mas equivocadamente, que sendo demorado o processo dialógico – o que não é verdade – se deve fazer a revolução sem comunicação, através dos ‘comunicados’ e, depois de feita, então, se desenvolverá um amplo esforço educativo. Mesmo porque, continuam, não é possível fazer educação antes da chegada ao poder. *Educação Libertadora*. (PO, p. 132)

Este deslize ético de certas lideranças é fruto dos opressores “hospedados” nelas que as fazem pensar que dos grupos populares nada se pode esperar a não ser obediência, que elas são manobráveis e que seria desperdício imaginar que elas seriam capazes de refletir sobre os comunicados que suas lideranças lhes fariam, não restando outra alternativa senão fazer a transformação e, só depois, partilhar a vitória. É preciso muita coragem para fazer a autocrítica e superar este desafio. É preciso estar constantemente em avaliação pessoal e coletiva para se evitar tal deslize.

Este equívoco destrói todos os canais de comunicação que são, por sua vez, uma parte dos canais de libertação do povo. Nunca uma revolução feita somente pelas “mentes iluminadas” de lideranças messiânicas terá o efeito de revolução cultural-pedagógica sonhada e inspirada por Paulo Freire. Ou a revolução se faz pelo coletivo (liderança-grupo) ou será mais um engodo histórico.

Temos confiança de que o projeto da COOHABRAS está firmemente alicerçado sobre esta reflexão de forma a sustentar-se por seus resultados que são frutos de seres de comunicação.

7. O Educador Popular é “Transformador da Realidade Opressora”.

Primeiramente é importante dizer que esta transformação se dá com os oprimidos e oprimidas. Não é uma ação isolada, messiânica, de Educadores Populares que transformam a realidade. Muito menos os que se bene-

ficiam desta realidade de opressão farão esta mudança. Ela será feita pelos oprimidos e oprimidas, juntamente com uma liderança popular comprometida. Ressaltamos mais uma vez a importância do trabalho coletivo entre os educadores e os grupos. Ambos intentam esta realização como um objetivo comum, que beneficiará toda a comunidade a eles atrelada.

A liderança não se autoneeia como tal. Ela emerge do processo de busca da libertação, na práxis com o povo, nasce do povo, comunga com o povo, é, pois, povo. Esta liderança-educador é alguém que conhece profundamente a história do grupo social do qual está se dispondo a atuar revolucionariamente. O Educador Popular não “cai do céu”. Ele se faz no meio da conjuntura sócio-cultural ao qual está inserido. Isso nos aponta a possibilidade de mudança, uma vez que se afirma que dos oprimidos nada se pode esperar, pois a liderança que daí emana é prova viva da transformação a que as pessoas estão predispostas potencialmente a partir das relações sociais.

São os educadores quem provocam a reflexão sobre esta mesma realidade, que é histórica, e, por conseguinte, humana. Assim, problematiza a consciência de mundo dos grupos e os coloca em movimento em direção a “ultrapassagem do estado de objetos para o de sujeitos...” (PO, p. 127). A realidade é transformada a partir do momento em que as pessoas a compreendem e assim podem “manuseá-la”. Com a realidade “nas mãos” pode-se dar a ela nova forma, como o oleiro dá forma à argila, os oprimidos vão moldar o novo mundo a partir de sua nova forma de vê-lo.

Ao lado deste novo povo que surge, que está se tornando sujeito, surge então, o novo mundo feito por ele juntamente com suas lideranças que tiveram a coragem e a ousadia de assumir a tarefa de despertar as consciências com sua análise do mundo opressor. A tarefa dos Educadores Populares é acelerar este processo sem que isso signifique atropelar o processo, ou seja, mostrar o caminho e não trilhá-lo sozinho.

8. O Educador Popular é “Desmitificador da Realidade Opressora”.

Para manter a dominação sobre os oprimidos, os opressores se utilizam de vários instrumentos, entre eles a mitificação da realidade². Colocando os dominados sob o jugo de mitos para poder dominar mais. Aos Educadores Populares cabe desmitificar esta realidade falsa, criada para fazer com que os oprimidos não reajam diante dos opressores. Em especial eles ficam muito vulneráveis a estas estratégias, pois o instrumento utilizado para tal são os meios de comunicação de massa (em especial rádio, TV e internet).

² Freire cita alguns destes mitos na Pedagogia do Oprimido, p. 137.

Portanto, precisa-se desvelar estes mitos e mostrar que não passam de modelos apresentados para que o povo se distancie da verdadeira realidade opressora, ou não a perceba desta forma, para a manutenção da opressão. Enquanto os jovens correm atrás das roupas de marca e os adultos do carro do ano, se perdem nas ilusões e não lutam pela transformação desta realidade que os impulsiona para os abismos do consumismo desenfreado e sem sentido.

Uma liderança popular não tem dúvidas de que tais afirmações são mitos que sustentam a ideologia opressora, para manter o *status quo*. É uma luta árdua da liderança esta tarefa de desmitificar a realidade de opressão, contudo, é necessária. Por isso que os processos educativos são “cada vez mais intensos, mais radicais, mais complexos e mais decisivos”³. Com o desvelamento da realidade o povo poderá admirar uma realidade mais próxima da verdade e poderá superar a situação onde só tem “pão e circo” ofertado através dos mitos que o enganam e o mantêm oprimido.

Superando os mitos poderemos – educadores e grupo – construir em seu lugar uma nova forma de ver o mundo. Uma forma que não nos engane, mas que nos dê uma perspectiva onde se pode sonhar com o que necessitamos e conquistar aquilo que precisamos e queremos dentro de uma lógica sustentável e não mais consumista e insustentável.

9. O Educador Popular é “Substantivamente Político”.

É impensável uma liderança popular que não seja apaixonada por política. Isso porque toda ação da liderança é uma ação em busca do bem comum, portanto, política. Necessariamente, não precisa ser partidária, porém, pode ser desde que seja coerente.

Pensar a ação transformadora como ação política é um dos estágios mais avançados da liderança popular. Demora um tempo até perceber que ser liderança e buscar a transformação social é o papel político de toda pessoa engajada nesse tipo de processo. Independente se a liderança for de um movimento social, pastoral ou sindical, ela precisa compreender o seu papel político.

De forma mais direta, toda ação é política, só que algumas são conservadoras e outras libertadoras. Obviamente, que a liderança popular é comprometida com a mudança e, por isso, faz a opção pela política transformadora. No projeto que estamos analisando seria inútil um Educador Popular que estivesse sintonizado com um projeto que exclua as pessoas do alcance da casa

³ BARREIRO, Júlio. Educação Popular e Processo de Conscientização.

própria. Agir politicamente significa, portanto colocar-se em oposição aquilo que vá contra o bem da comunidade.

A compreensão de política é uma das maiores dificuldades encontradas na formação da liderança. O processo de re-significação do conceito, tão mal interpretado devido às ações dos maus políticos é difícil e necessita de várias experiências para – aos poucos – construir uma nova imagem do que isso simboliza. Porém, tomar consciência do papel político que se tem e se faz é uma necessidade para toda liderança, não há como escapar dessa característica.

Outro fator que é importante refletir é que jamais uma liderança assume uma postura de neutralidade, já que esta é impossível. Toda neutralidade afirmada é uma postura escondida, afirmou Freire diversas vezes. Sempre somos a favor de algo ou alguém e contra algo ou alguém, neutros é o que não podemos ser. Isso não significa compreender o mundo em dois pólos antagônicos apenas, mas compreendê-lo em oposição dialética, como resultado de uma tensão histórica permanente.

10. O Educador Popular é “Adjetivamente Pedagógico”.

Ao mesmo tempo em que é política, a liderança popular é também pedagógica. Isso porque é indissociável o caráter pedagógico da política e o caráter político da educação. Isso impõe ao seu testemunho (sua ação política) um cuidado para que se torne um exemplo a ser seguido pelos grupos (caráter pedagógico). Educa-se muito mais pelos pequenos exemplos do que pelos grandes discursos.

Assim, toda ação da liderança popular tem caráter formativo e auto-formativo. Ela, por ser humana, está sempre aprendendo, sempre sendo mais com os outros. Pela função que exerce, a liderança popular tem uma responsabilidade maior, será mais cobrada, mais exigida, cabendo a ela tornar-se cada dia mais eficiente, mais pedagógica. É um esforço que precisa, acima de tudo, de conhecimento e convicção para se manter. É difícil para um Educador Popular enfrentar forças contrárias, porém deve ter a plena certeza de que seu esforço político resultará em modelo pedagógico que arrastará aos demais pelo testemunho perseverante.

Ser educador é um desafio que poucos se lançam. Ser liderança implica fazer muitas escolhas e com elas vêm muitas renúncias também.

A adjetividade pedagógica de um Educador Popular o compõem com as demais características anteriormente citadas e funde o esboço a que todos que tem o anseio de colocar-se a serviço da causa dos excluídos deverão esforçar-se para sintetizar em seu quefazer. Não é um padrão a ser adotado

como único molde para ser Educador Popular, mas é uma lista que auxilia-nos para melhor nos colocarmos em nossa tarefa de Educação Popular com mais eficiência diante dos grande enfrentamentos que nos aguardam.

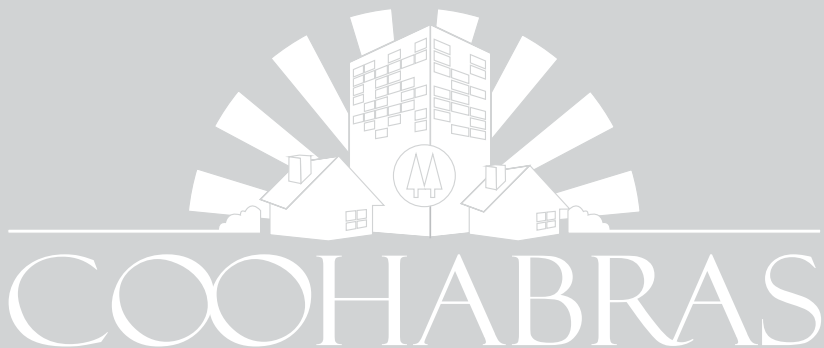
Considerações Finais

Não queremos com esse texto expor a lista única das características dos Educadores Populares, até porque não temos a trajetória de muitos outros pesquisadores que poderiam estar fazendo isso de forma mais completa e qualificada. Porém, o desafio de escrever sobre essas características, nos coloca em um estado de reflexão da própria prática junto aos grupos das cooperativas que acompanhamos até hoje.

Cabe aos Educadores Populares tomar essas referências e complementá-las, ampliá-las a partir de suas múltiplas experiências. Nós acreditamos que muito em breve estaremos tornando público um conjunto de “boas práticas” em cooperativismo habitacional que nos dará a real dimensão das características do Educador Popular envolvido com o projeto habitacional.

Hoje, nos é possível falar da prática dos últimos anos que tanto nos ensinou e contribuiu na organização de alguns grupos que estão trilhando o caminho definitivo para dentro de casa e que nos ensinaram, no diálogo sistemático com eles, a desenvolver em nós estas características anteriormente citadas. Por isso, esse texto é uma partilha de vida que tem o interesse de despertar nos Educadores Populares da COOHABRAS esse perfil necessário para o bom desempenho da função junto aos nossos grupos.

Esperamos que cada um que ler esse texto se sinta impelido a prática da Educação Popular de forma coerente e comprometida, pois é desse Educador Popular que a COOHABRAS precisa para ser a sua representante e o seu canal de comunicação junto as nossa base de trabalho que são os Círculos de Cooperação e os Grupos de Incorporação.



COOHABRAS

REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

AFTB. Associação Frutos da Terra Brasil. **Relatório de Sustentabilidade – desde a fundação**. São Paulo: AFTB, 2010.

AFTB EM FOCO. São Paulo: AFTB, v. 1, n. 1, out. 2009.

ANTEAG. **Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. São Paulo: Anteag, 2000.

BARREIRO, Júlio. **Educação Popular e Processo de Consciencialização**. Lisboa: Livros Horizontes, 1978.

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. 3 ed. São Paulo: Arte e Ciência, 1998.

BEZERRA, Aída et al. **Sustentabilidade dos empreendimentos populares: uma metodologia de formação**. Porto Alegre: Catarse, 2010.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativismo de Crédito Solidário: constituição e funcionamento**. São Paulo: Kingraf, 2000.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativas Crédito Solidário: Constituição e funcionamento**. Brasília: Lid, 2001.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no Governo Lula**. In: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, n. 2, p. 70-104. 2008. Disponível em <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf> Acesso em 12 de maio de 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O ardil da ordem: caminhos e armadilhas da Educação Popular**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1986. (Coleção Krisis; 05).

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2009.

BRUTSCHER, Volmir José. **Educação e Conhecimento em Paulo Freire**. Passo Fundo: Berthier, 2005. (Coleção Diá-Logos; 07).

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Cooperativas de habitação no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAFIERO, Carlo. **O Capital: uma leitura popular**. 3 ed. São Paulo: Pólis, 1983.

CARBONARI, Paulo César. **Ética da responsabilidade solidária: estudos a partir de Karl-Otto Apel**. Passo Fundo: IFIBE, 2002. (Coleção Diá-Logos; 03).

CARNEGIE, Dale. **Como desfrutar sua vida e seu trabalho**. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1990.

CARNEGIE, Dale. **Como fazer amigos e influenciar pessoas**. 51 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CEAP. **Gênero na Educação Popular**. Passo Fundo, 2003. (Cadernos temáticos; 01).

CRESOL CENTRAL SC/RS. **Mapa de localização**. Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br>>. Acesso em 17 de junho de 2009.

CORAGGIO, José L. **Economía urbana: la perspectiva popular**. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

CORAGGIO, José L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETTE, G. et al. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes/UCSal, 2000.

DICKMANN, Ivanio. (Org.). **Construindo Cidadania: cooperativa de habitação, política pública e Educação Popular**. Passo Fundo/Veranópolis: Battistel/HABESOL, 2008.

DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivanio. **Primeiras palavras em Paulo Freire**. Passo Fundo/Veranópolis: Battistel/HABESOL, 2008.

DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivanio. **Como organizar uma cooperativa de habitação**. Passo Fundo/Veranópolis: Battistel/HABESOL, 2009.

DUARTE, Lajyárea Barros; VIEIRA, Paulo Gonçalves Lins. **Manual de orientações Assembleia de Cooperativas**. São Paulo: Livronovo, 2009.

DUARTE, Marise Costa de Souza. **Meio ambiente sadio: direito fundamental em crise**. Curitiba: Juruá, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria da Prática da Liberdade**. São Paulo: Cortez Editora, 1979.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. NOGUEIRA, Adriano. **Que Fazer: teoria e prática em educação popular**. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas**. 2 ed. Belo Horizonte: FJP, 2006.

GADOTTI, Moacir. **A Educação contra a Educação: o esquecimento da educação e a educação permanente**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GADOTTI, Moacir. **Educação e compromisso**. Campinas: Papyrus, 1985.

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto (Orgs.). **Educação Popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez/Edusp, 1994.

GAIGER, Luiz Inácio. **A solidariedade como alternativa econômica para os pobres**. Revista Contexto e Educação, Ijuí, v. 13, n. 50, p. 47-71, abr./jun. 1998.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária no RS: viabilidades e**

perspectivas. Cadernos CEDOPE: movimentos sociais e cultura, São Leopoldo, ano 10, n. 15, 1999.

GAIGER, Luiz. Significados e tendências da economia solidária. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Sindicalismo e Economia Solidária**: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999a.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso em: maio de 2002.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

GALHARDO, José H. da S.; VIEIRA, Paulo G. L. **Lei 5.764/71**: atualizada pela LC 130/09. São Paulo: OCESP, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Questões de nossa época; 05).

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus, 1988. (Novas buscas em educação; 34).

HEDERRA, Sérgio Carvalho. **Cooperativas de habitación**. Washington: OEA, 1952.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGRI, Cledir A. **Cooperativismo de crédito solidário**: reflexões e boas práticas. Passo Fundo: Editora IFIBE, 2010.

MARTINS, José S. **Para compreender e temer a exclusão social**. *Revista Vida Pastoral*, São Paulo, n. 239, 2004.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PAULI, Jandir. **Gestão em Desenvolvimento Rural e Cooperativismo de Crédito Solidário**. Artigo publicado no Seminário “O papel do crédito no desenvolvimento da Agricultura Familiar: os desafios institucionais da CRESOL”. Chapecó: CRESOL, 2008.

PERUZZO, Dilvo. **Habitación**: controle e espoliação. São Paulo: Cortez, 1984.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo nos meios capitalista e socialista**. São Paulo: Edusp, 1961.

PRAHALAD, C. K. **A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

RAZETO, Luis. **Los caminos de la economía de solidaridad**. Buenos Aires: Ediciones Lumen-Humanitas, 1997.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Aline Mendonça. **Vivendo e pensando o diferente: representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária**. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

SANTOS, Aline Mendonça. **O Movimento da Economia Solidária no Brasil e os dilemas da organização popular**. Tese de doutorado defendida na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA / MTE . **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA / MTE. **Sistema nacional de informações em economia solidária**. Brasília: MTE, SENAES, 2004.

SILVA, Ademir Alves da. **Política Social e Cooperativas Habitacionais**. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SIMÕES JORGE, J. **Educação crítica e seu método**. São Paulo: Loyola, 1981.

SINGER, Paul; SOUZA, André. (Orgs.). **Economia solidária no Brasil: a autogestão contra o desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

SOUZA, André; CUNHA, Gabriela; DAKUZAKU, Regina. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito à moradia e de habitação: análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas com os direitos de personalidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

STEIN, Suzana Albornoz. **Por uma educação libertadora**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

TORRES, Carlos Alberto. **Leitura crítica de Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1981.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Ática, 2009.

YUNUS, Muhammad. **Criando um negócio social**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.



AUTORES

IVANIO DICKMANN

Presidente da COOHABRAS. Foi Diretor Geral e Educador Popular do Centro de Assessoria em Educação Popular, Cooperativismo e Economia Solidária - HABESOL, graduando em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), organizador das cooperativas habitacionais em Veranópolis-RS, durante o período que foi o Chefe do Departamento Habitacional. Participou da Oficina Nacional de Formação para Gestores Públicos em Economia Solidária da Secretaria Nacional da Economia Solidária - SENAES, do Curso de Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos do CAPINA - RJ e do processo de Formadores do Centro de Formação em Economia Solidária - CFES.

IVO DICKMANN

Diretor Pedagógico da COOHABRAS. Bacharel em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier - IFIBE, Mestre em Educação e Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Educador Popular do Centro de Assessoria em Educação Popular, Cooperativismo e Economia Solidária - HABESOL. Organizador das cooperativas habitacionais em Frederico Westphalen-RS. É autor, juntamente com Ivania Dickmann, do livro *Primeiras Palavras em Paulo Freire* (2008), *Construindo Cidadania* (2008), *Juventude da Agricultura Familiar* (2009), *Como Organizar uma Cooperativa de Habitação* (2009), *Vivendo em Cooperativa* (2011) e *Fazendo Diferente* (2011).

CLEDIR ASSÍSIO MAGRI

Doutorando em Filosofia pela UNISINOS, Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF), pós-graduado em Gestão em Desenvolvimento Rural e Cooperativismo de Crédito Solidário (IMED), pós-graduado em Direitos Humanos pelo (IFIBE); graduado em Filosofia pelo IFIBE, educador popular e assessor pedagógico da Cresol Central SC/RS. É autor, juntamente com Ivo Dickmann e Ivania Dickmann, do livro *Construindo Cidadania* (2008) e *Juventude da Agricultura Familiar* (2009). Publicou também *Agricultura Familiar: alternativas em construção* (2008), *Cooperativismo de Crédito Solidário: reflexões e boas práticas* (2010).

ALINE MENDONÇA DOS SANTOS

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (2000), Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004) e Doutorado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010). Durante o ano universitário europeu 2008, realizou estágio doutoral junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). Atualmente é coordenadora pedagógica CFES- Sul da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É membro do Grupo de Estudos sobre Economia Solidária do CES (ECOSOL CES), membro do Grupo de Pesquisa sobre Economia Solidária da UNISINOS (ECOSOL UNISINOS) e pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas (LPP/ UERJ). Tem experiência nas áreas de Sociologia e Serviço Social atuando principalmente nos temas trabalho e economia solidária.



www.cooabras.org